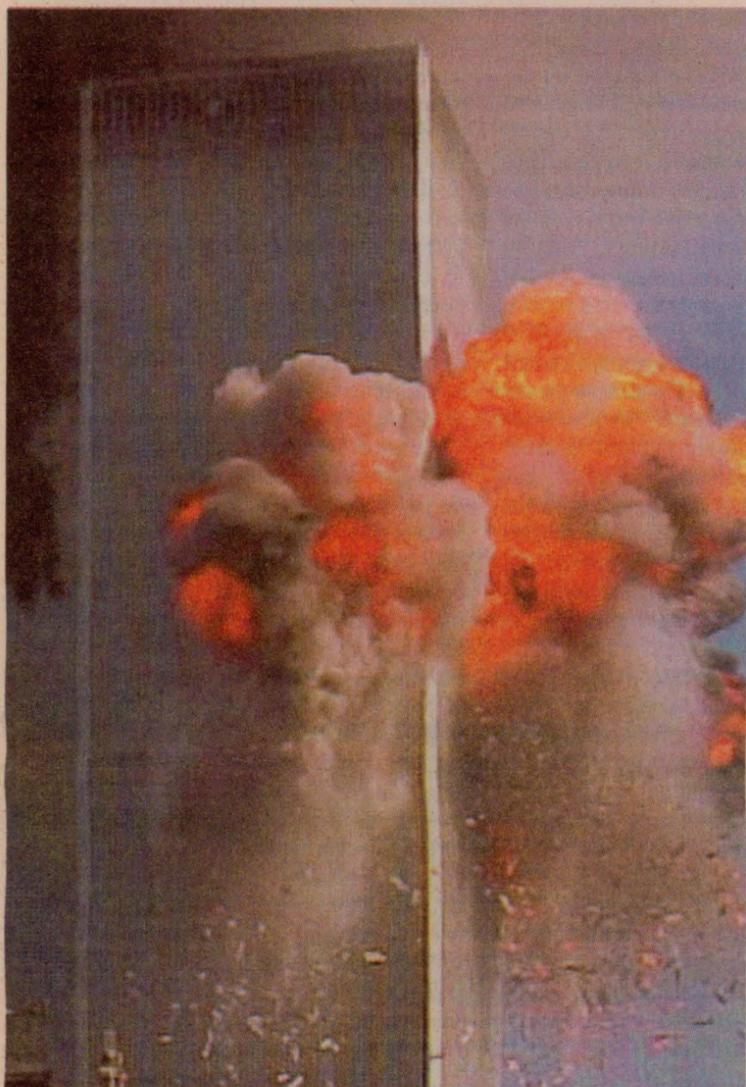


## Estados Unidos preparam escalada de guerra



Arquivo

O governo norte-americano desenvolve uma ofensiva política e militar contra os povos árabes a pretexto de responder aos ataques que mataram e deixaram feridos milhares de inocentes em 11 de setembro. As ações terroristas foram condenadas por todos os povos amantes da paz e da solidariedade entre as nações. Mas a resposta histórica do governo de George W. Bush atíça o ódio entre os povos e a intolerância contra os muçulmanos e os árabes. O PCdoB emitiu no dia 11 o seguinte comunicado sobre os atentados:

1- Uma série de ataques terroristas ocorreu na manhã de 11

de setembro nos Estados Unidos, atingindo centros econômicos, políticos e militares de grande importância nas cidades de Nova Iorque e Washington. O Partido Comunista do Brasil condena de forma veemente esses métodos de ação política, que só agravam a situação mundial. Expressa também o seu pesar ao povo norte-americano, lamentando a morte de milhares de pessoas.

2- Esses atentados acontecem num momento em que a maioria da população mundial está submetida a uma ordem social extremamente injusta e desigual, onde campeia a insegurança e o intervencionismo, que tem

o governo dos Estados Unidos como principal artífice. É grande a revolta contra o crescente hegemonismo e belicismo norte-americano.

3- O Partido Comunista do Brasil luta por um novo ordenamento político, social e econômico, em que haja convivência pacífica e cooperação entre os povos e nações.

Sobre os últimos pronunciamentos de Fernando Henrique Cardoso, que pretendia invocar o Tiar (Tratado Interamericano de Assistência Recíproca), para apoiar os Estados Unidos em sua ação belicista antiterror, Renato Rabelo, vice-presidente do PCdoB, declarou que "o Brasil deve se pautar por uma política externa soberana e independente, não aceitando nenhum alinhamento automático, como aliás tem sido tradição no Itamaraty. Além disso, o Brasil deve definir firme posição em favor da democracia e da paz, estimulando os líderes mundiais, no âmbito das Nações Unidas, a buscar a cooperação e o entendimento e não a preparação de ações guerreiras contra Estados soberanos".

Leia na página 11 análise sobre os atentados e a nota do PC dos Estados Unidos condenando as ações terroristas e a postura do governo Bush.



Arquivo

Os atentados nas torres de Nova Iorque e no Pentágono, em Washington: terrorismo açula belicismo

## Parlamentares criam frente em defesa do movimento estudantil

Mais de 150 parlamentares, entre deputados e senadores participaram da criação da Frente Parlamentar em Defesa do Movimento Estudantil, na Câmara dos Deputados. A Frente abriga políticos de quase todos os partidos e pretende obrigar o governo a retirar a Medida Provisória 2208 que tira a exclusividade de emissão de carteira de estudantes pela UNE (União Nacional dos Estudantes) e Ubes (União Brasileira dos Estudantes Secundaristas).

Políticos do PFL, como os deputados Paulo Marinho (MA), Rubem Medina (RJ) e o deputado e ex-governador do Rio Grande do Norte, Lavoisier Maia, estiveram presentes e fizeram coro à indignação dos políticos à tentativa do governo de asfixiar as duas entidades representativas dos estudantes brasileiros.

A UNE, representa hoje mais de 2,4 milhões de estudantes universitários e com a

emissão das carteiras de estudantes, arrecada cerca de 1,8 milhão de reais, utilizados para manter sua estrutura administrativa em atividades culturais, políticas e sociais, além da Bial da UNE, competições esportivas, boletins, filmes, peças de teatro, jornais e boletins. Já a Ubes representa cerca de 47 milhões de jovens estudantes e arrecada pouco menos de um milhão de reais.

Páginas 6 e 7

## Novas investigações sobre a Guerrilha do Araguaia

A Guerrilha do Araguaia despertou interesse público crescente. Foi instalado um Grupo de Trabalho específico sobre a guerrilha na Câmara dos Deputados, vinculado à Comissão de Direitos Humanos. O Ministério Público Federal, numa ação articulada de quatro procuradores (de São Paulo, Brasília e Pará), foi ao Sul do Pará no início de

julho para colher novos depoimentos dos moradores que – direta ou indiretamente – protagonizaram os acontecimentos.

Os novos fatos mostraram que o transcurso do tempo, longe de obscurecer a História, valoriza seu dom de atualização – meio mágico, meio trágico –, alumian-do o passado e lançando luzes so-

bre as vidas que tombaram ou foram duramente maltratadas naquele pedaço de Brasil conflagrado – na confluência do Pará, Goiás e Maranhão. O Grupo de Trabalho é composto pelos deputados Luiz Eduardo Greenhalgh, Aldo Arantes, Socorro Gomes, Agnelo Queiroz e De Velasco.

Páginas 2 e 10

## Tribuna de Debates do 10º Congresso

O 10º Congresso tem mobilizado a militância comunista em todo o Brasil. Lançamentos, debates, filiações e assembleias de base têm ocorrido em todos os Estados. No próximo dia 4 de outubro irá ao ar, em cadeia nacional de rádio e TV, o programa de dez minutos do PCdoB, que abordará os temas do Congresso.

A terceira Tribuna de Debates traz textos de militantes do Partido sobre os três temas das Teses ao 10º Congresso (situação internacional, situação nacional e Partido). São 27 artigos escritos por camaradas de todas as partes do país e das mais diversas instâncias partidárias – desde a base até o Comitê Central.

A próxima Tribuna de Debates é a última edição da Fundação de textos devem ser en-

viados até o dia 13 de outubro através do endereço eletrônico [princip@vento.com.br](mailto:princip@vento.com.br) ou para a rua Adoniran Barbosa, 53, CEP 01318-020, Bela Vista, São Paulo/SP.

Leia mais na página 13

ENCARTE ESPECIAL - 9

### TRIBUNA de DEBATES

Partido cresce com o 10º Congresso

CDM  
Fundação de Documentação e Memória  
Maurício Grabois

PCdoB

# Mens@gens

**Laércio S:** Mais uma vez o Partido soube analisar com sobriedade os ataques aos Estados Unidos.

**Danilo C:** Quero mais. Pois acho de grande valia os artigos informativos que estou recebendo. Eles mostrando o que às vezes os olhos não vêem.

**Pedro P:** Parabéns pela agilidade na avaliação dos ataques aos EUA. Estava precisando desta opinião para orientar comentário no jornal do Sindicato.

**Geovan F:** Concordo com a nota do Partido, mas está claro que a política adotada pelos ianques está levando o mundo a uma guerra.

**Omar P:** É de suma importância refletirmos sobre o papel que cada cidadão compartilha do pensamento socialista como meio de transformação para um mundo mais justo.

**Claudia L:** Gostaria de saber o que vocês possuem sobre convenções partidárias para ilustrar meu trabalho escolar.

**Francisco S:** Gostaria de participar de maneira mais assídua no Partido. Sou sindicalista e militante.

**Carlos B:** Gostaria de receber todo material disponível do Partido, como estatuto, programa, história...

**Elis N:** Este mês estarei apresentando um trabalho sobre a História do Comunismo no Brasil e encontrando este sítio, acreditei que pudessem me auxiliar na pesquisa enviando pelo meu e-mail, dados sobre o PCdoB.

**Maurício S:** Estudando a história brasileira podemos verificar que a frase "Brava gente Brasileira", que está no nosso Hino Nacional, tem realmente sentido. Mas ultimamente a maioria da população está se acomodando, e estão deixando entregarem tudo que conseguimos com muito sofrimento e até sangue. Não podemos deixar isto acontecer, temos que alertar a população para que defenda o Brasil.

**Luciana H:** Gostaria de receber (via e-mail) artigos, textos ou qualquer outro material sobre o PCdoB.

**Thiago G:** Após ter lido a história do partido no livro *Brasil: nunca mais*, fiquei perplexo ao ver o sofrimento dos pensadores comunistas e ao mesmo tempo fiquei feliz em saber que um partido comunista perdurou por anos em uma luta que visa o proletário, assim como Marx...

**Alvaro C:** Pela presente, venho manifestar a minha intenção de participar ativamente na política e em especial no PCdoB.

**Willians C:** Preciso conhecer mais sobre o Partido Comunista e sobre o comunismo em geral, estou e sempre fui contra o sistema em que vivemos, acredito na melhoria, e quero participar.

**Elaine C:** Estou torcendo para que o PCdoB conquiste mais espaço na Câmara Federal em 2002. Mas o que me leva a acreditar é a vontade de me filiar a este partido. Tenho 24 anos e já há algum tempo venho refletindo sobre isto e tive contato com outros partidos, mas só me identifiquei com este.

**Carolina C:** Gostaria de saber se há ligação da UJS com o PCdoB, se são coisas totalmente diferentes mas com os mesmos ideais.

**Antonio G:** Gostaria de informações para formação do PCdoB em minha cidade.

**Rodrigo L:** Há cerca de um ano eu acessei a página do PCdoB e requeri filiação pela Internet. Tenho recebido a semaninha e os informes do gabinete de Haroldo Lima.

**Warley S:** Como faço para me filiar ao Partido? Sou matemático e me identifiquei com as ideias socialistas/comunistas.

**Renato M:** Neste momento acho que

devemos nos unir e discutir o que fazer contra FHC.

**Joilson M:** É pela primeira vez que acesso este sítio. É muito importante este trabalho. Tirei cópia de quase tudo.

**Emerson B:** Olá, infelizmente o partido está desativado em minha cidade, mas estou tentando fazer contato com o diretório em na capital.

**Idelfonso S:** Gostaria de receber informações duas vezes por semana.

**Adeval M:** Parabéns ao Partido e ao serviço na Internet.

**Waldir:** É com grande prazer que visito a página do PCdoB pela primeira vez. A página esta muito boa.

**Márcia N:** Gostaria de saber como posso obter informações sobre a Guerrilha do Araguaia.

**Marcos B:** Gostaria de receber textos sobre a Corrente Sindical Classista e sobre o a atuação do Partido no movimento sindical e textos sobre conjuntura nacional e internacional.

**Anselmo G:** Quero me filiar e gostaria de receber adesivos e bandeiras do Partido.

**Aleksandr M:** Gostaria de ter a opinião deste Partido para um trabalho que preciso fazer na escola.

**George S:** O Partido Comunista do Brasil é o único que tem compromissos com os trabalhadores. Parabéns pelo desempenho dos seus parlamentares.

**Ricardo D:** Não conheço muito bem a história do Partido. Por favor, me enviem alguma sobre o Partido.

**Ana F:** Estou estudando o socialismo e me interessei pelo tema.

**Jailson:** Procuo todas as informações possíveis sobre este pequeno, mas "grande" partido político.

**Ricardo D:** Acho o PCdoB o único partido democrático existente no país. É bom saber que existam pessoas preocupadas realmente com o país e trabalhe contra a política neoliberal e a favor do povo.

**Felipe M:** Eu queria me filiar ao PCdoB, porque queria estar mais atualizado na política brasileira e mundial.

**Francisco J:** Gostaria de parabenizar os companheiros pela página e dizer que estamos certos em lutar para a transformação do nosso país em uma nação socialista.

**Danielle M:** Estou indignada com a privatização da COPEL - Companhia Paranaense de Energia. Devo confessar que entrei por acaso no sítio do PCdoB. Li muitas coisas e estou feliz por saber que existem pessoas atuantes politicamente como no caso do PT e do PCdoB. Realmente dá pra encher o coração de esperanças por um mundo melhor para todos!

**Leonardo R:** O PCdoB tem a ideologia de lutar pelos direitos estudantis, na qual faço parte da entidade municipal e estamos querendo levantar a UJS.

**Davidson L:** É com muito orgulho que recebo a notícia da realização do Congresso do nosso Partido.

**Fernando R:** Gostaria de receber a posição do Partido referente a este ataque que o Palácio do Planalto efetuou contra as entidades estudantis, UNE e Ubes.

**Rodrigo:** Considero A Classe Operária o principal instrumento de luta da vanguarda organizada do proletariado.

**Danielle S:** Que bom receber um e-mail de vocês! Sinceramente, achei que isso não ocorreria. Essa é a primeira vez que recebo retorno e isso melhora ainda mais a imagem que fiquei de vocês!

**Rafael C:** Deveria partir do PCdoB a iniciativa de unir as esquerdas em torno de um projeto de governo de salvação nacional. O PCdoB é o Partido que tem mais cara de esquerda no Brasil.

## Respostas às perguntas mais freqüentes

### Guerrilha do Araguaia – como foi?

A Guerrilha do Araguaia ocorreu no início da década de 70. Foi uma batalha desigual. Mesmo atualmente é difícil conseguir informações sobre o confronto ocorrido no Sul do Pará a partir de um ataque do Exército em 12 de abril de 1972, "o único movimento rural armado contra o regime militar – cujo combate mobilizou o maior número de tropas brasileiras desde a Segunda Guerra Mundial", conforme uma série de reportagens publicada por *O Globo* entre abril e maio de 1996. A Guerrilha do Araguaia só foi oficialmente reconhecida mais de 20 anos depois de ocorrida, quando foram revelados extratos de um relatório militar comprovando a morte de dois guerrilheiros, Idalísio Aranha Filho e Bergson Furjão de Farias, em dezembro de 1992. O general Hugo de Abreu, que participou das operações contra os moradores do Araguaia, chegou a afirmar que essa foi a luta mais importante já realizada no meio rural.

Dos 69 militantes do Partido Comunista do Brasil que estavam na área, 59 morreram no conflito, além dos moradores da região, também assassinados, e das baixas das Forças Armadas – as estimativas variam entre 4 e 200 (!) militares mortos. Do lado do governo, segundo *O Globo*, houve "inclusive casos de militares mortos no combate à guerrilha cujos corpos foram entregues às famílias em caixões lacrados, acompanhados da explicação de que a morte ocorrera por acidente durante uma manobra de treinamento".

As Forças Armadas desencadearam três campanhas militares contra a guerrilha. A partir da terceira campanha, os próprios militares passaram a se referir às operações que desenvolviam como "guerra suja". "Os guerrilheiros não se tornariam prisioneiros de guerra. Simplesmente deixariam de existir. Todos, com a exceção de Ângelo Arroyo, que escapou, foram mortos. São muitas as denúncias de tortura", reporta *O Globo*. O jornal informa que os oficiais do Exército avaliam que a Guerrilha do Araguaia duraria décadas, caso não fosse combatida da forma criminosa que foi: "Mesmo os oficiais decorados por bravura na repressão à guerrilha evitam falar no assunto. Ao contrário dos militares que lutaram na Segunda Guerra Mundial, que exibem com orgulho as medalhas que conquistaram na luta contra o nazifascismo, os heróis das Forças Armadas no Araguaia são discretos. Afinal, como justificar as condecorações numa guerra que, oficialmente, não houve?"

Alguns guerrilheiros, como o Osvaldão, foram decapitados. A prática de decapitar a cabeça de adversários não é nova na história da repressão no Brasil. Zumbi teve a cabeça exibida em Recife, como forma de intimidar escravos que pudessem lhe seguir o exemplo rebelde. Tiradentes, depois de enforcado, foi esquartejado e a cabeça e os membros foram expostos aos brasileiros. Lampião e seus seguidores mais próximos igualmente tiveram as cabeças separadas dos corpos e exibidas (neste caso, ficaram expostas num museu em Alagoas).

Em 1964 implantou-se no país uma ditadura militar que se voltou raivosamente contra os brasileiros. As liberdades foram brutalmente suprimidas e a atividade política, rigorosamente controlada, limitava-se a dois partidos, o MDB e a Arena. Instaurou-se um regime de perseguição aos democratas conseqüentes, particularmente à juventude. O povo brasileiro reagiu e promoveu inúmeras manifestações de protestos contra a tirania que se instalara no país. Uma dessas manifestações que ficaram em nossa

memória foi a grande passeata dos cem mil, que condenava a morte do estudante Edson Luís, no Rio de Janeiro.

Os militares responderam a estes atos com brutalidade nunca vista, torturas infames, assassinatos de presos políticos nos DOPS e nos Doi-Codi. As greves foram proibidas e os sindicatos interditados. Com o chamado Ato Institucional nº 5, impôs-se um regime de terror contra o povo. É nesse ambiente que surge o Araguaia, organizado e dirigido na clandestinidade pelo Partido Comunista do Brasil. Destinava-se a organizar a resistência armada contra a ditadura, já que outras formas de luta não tinham espaço para se concretizar nas cidades. O objetivo político da Guerrilha do Araguaia estava expresso em um documento, largamente distribuído entre a população do Sul do Pará, intitulado *União pela Liberdade e Pelos Direitos do Povo*. Um movimento intimamente ligado à população camponesa, pobre e sofrida da região. Outras tentativas de resistências armada já haviam ocorrido no país, organizadas por outras correntes políticas, no Vale da Ribeira e em Caparaó. Mas duraram pouco tempo. Araguaia resistiu por três anos.

No Araguaia encontravam-se pessoas de diferentes formações: operários, camponeses, bancários, médicos, engenheiros, geólogos e, principalmente, estudantes universitários. Dentre os que para lá se dirigiram, estava Maurício Grabois, constituinte de 1946. Tinha a seu favor o conhecimento da região e a ampla relação com a população local. Enfrentavam, porém, tremenda desigualdade no que diz respeito ao armamento, em contraste com as armas sofisticadas das Forças Armadas. Essa luta era a luta de cem contra vinte mil, Davi contra Golias.

As Forças Armadas atuaram no Araguaia como bárbaros. Cometeram crimes imperdoáveis. Degolaram guerrilheiros, expuseram corpos mutilados nas vilas e nas cidades para atemorizar a população. Violentaram as próprias leis de guerra (a convenção de Genebra). Mataram prisioneiros indefesos. Torturaram. Muitos dos torturados enlouqueceram. As Forças Armadas destruíram tudo que podia lembrar a guerrilha. Incendiaram os barracos construídos pelos guerrilheiros. Destruíram até os móveis primitivos que eles haviam improvisado. Aplicaram a política de terra arrasada, de não deixar vivo nenhum dos que combateram no Araguaia. Foi assim que acabaram matando Ângelo Arroyo, um dos comandantes da guerrilha, um ano e meio depois de terminada a luta, na Chacina da Lapa, em 1976.

Araguaia é mais um elo na longa cadeia das gloriosas lutas populares do Brasil. São muitos os exemplos: Cabanagem, Guararapes, Canudos, Contestado, Revolta da Chibata, Quilombo dos Palmares, Revolução dos Alfaiates... Hoje, os Movimentos dos Sem Terra. Esses movimentos sempre enfrentaram em desvantagem o adversário poderoso e arrogante.

Nas Forças Armadas havia setores que condenavam as barbaridades cometidas. As Forças Armadas são instituições pagas com o dinheiro do povo, não podem tê-lo como inimigo principal. É necessário que essas Forças repudiem tais crimes, condição para que possam contar com a simpatia do povo, preparando-se para as grandes batalhas que poderão advir em defesa da soberania e da independência da pátria.

Informações retiradas da publicação *Guerrilha do Araguaia*, da Editora Anita Garibaldi, rua Monsenhor Passalacqua, 158, CEP 01323-010 São Paulo/SP, fone/fax 11 289 1311 - <http://www.anitagaribaldi.com.br> E-mail: [livraria@anitagaribaldi.com.br](mailto:livraria@anitagaribaldi.com.br)

### EXPEDIENTE

Diretor e Jornalista Responsável: João Amazonas - Edição: Pedro de Oliveira (Mtb 9.813 - SP), Carlos Pompe (Mtb 249/01/128/AL), Edvar Bonotto, Remy Feres (Mtb 28085SP) e Ana Maria Franco (arquivo). Editoração Eletrônica: Marco Black. Administração: Francyrose de Andrade Matarazzo. Assinaturas: Edilene F. Barbosa, Publicação mensal da Empresa Jornalística A Classe Operária - Rua Adonir, Centro de Documentação e Memória, Bela Vista, Belo Horizonte, Minas Gerais. Fone: 0 11 3106 0412. PCdoB na Internet: <http://www.pcdo.org.br> - Correo eletrônico: [classeop@vento.com.br](mailto:classeop@vento.com.br)

NACIONAL

# Cenário marcado pelo anseio de mudança

RENATO RABELO\*

Na atualidade crescem os riscos de uma recessão mundial – considerada pelo próprio FMI como uma possibilidade significativa. As economias capitalistas centrais passam por acentuada desaceleração, em nível igual ao dos anos 1970, durante a crise do petróleo. A economia norte-americana, mesmo com as quedas sucessivas das taxas de juros, não reage. Os gastos de consumo caem e cresce a busca pelo seguro desemprego. As dívidas das empresas norte-americanas correspondem a 85% do Produto Interno Bruto do país. O Japão retorna ao processo recessivo e também a economia européia se retrai.

O cenário brasileiro está marcado por uma crise multifacética que envolve um governo desacreditado e um anseio de mudança e renovação, com ênfase crescente no debate acerca dos caminhos de saída da situação em que se encontra o país e intensificação da disputa sucessória à Presidência da República. Todo esse cortejo é resultante do pesado contencioso de problemas estruturais que se acumularam durante a última década, na qual predominou a orientação neoliberal.

A grave e profunda crise que atingiu a Argentina – país que é uma versão passiva, de aceitação completa dos postulados liberalizantes –; os crescentes impasses que vai atravessando o Brasil – também aluno fiel a esses postulados –; a recessão que se apodera dos países capitalistas centrais nas condições impostas pela chamada globalização vêm colocando em xeque toda farra financista e revelando mais nitidamente o crescimento da desigualdade e da pobreza, e a dimensão da ameaça neocolonial que pesa sobre a maioria das nações. Em consequência, cresce e se amplia a tendência que questiona os preceitos neoliberais predominantes, antes função exercida apenas pelas correntes de esquerda. Até mesmo entre os protagonistas da política neoliberal em curso impõem-se iniciativas visando manobrar as dificuldades crescentes, ou tentativas de reciclagem da política aplicada, onde o "consenso de Washington" dá lugar ao "dissenso".

No Brasil crescem as manifestações contra os resultados da política oficial, as denúncias do círculo vicioso em que está metida a economia do país. Aumenta o número de dissidentes do "pensamento único". Começa a ser posta em questão por círculos mais amplos o preceito basilar da política dominante do governo de Fernando Henrique Cardoso, de que a causa impeditiva de uma nova etapa de desenvolvimento do país residiria no "desequilíbrio das contas públicas" e, por conseguinte, tudo seria reflexo desta situação. Para o governo, a "solução" tem consistido sempre na adoção dos ajustes fiscais (cortes de despesas e investimentos para se obter pesados superávites primários) e monetários (elevação das taxas de juros, e da carga tributária que, no ano passado, alcançou

32,6% – a maior da história do país, segundo a Secretaria de Assuntos Fiscais do BNDES). A insistência de tal orientação desconhece a causa verdadeira, resultante do sistema de dependência imperante, do impasse econômico histórico e contemporâneo do Brasil, passando a agravá-lo mais ainda, ou seja: a acumulação capitalista com crescente endividamento externo, produzindo maior desequilíbrio estrutural do balanço de pagamentos.

Os defensores da política em vigor afirmam que a necessidade de depender dos mercados financeiros é uma "solução", e não um problema. Justificam que haveria suficiente capital de fora para financiar o déficit decorrente. Argumento recorrente, que não foi confirmado em nenhum período histórico precedente e, mais uma vez, vem sendo desmascarado nas condições da globalização financeira. Atualmente o Brasil necessita captar US\$ 55 bilhões por ano para financiar suas contas externas, numa situação de declínio do investimento estrangeiro.

Mas, o que a realidade em andamento revela de maneira eloqüente é que esse impasse econômico brasileiro atingiu proporções sem precedentes, sobretudo a partir dos quase sete anos de governo FHC – excesso de endividamento, rolado a taxas de juros inéditas, comprometendo de vez as finanças públicas com o serviço da dívida externa, e desnacionalização sem par da economia brasileira. O contínuo saldo negativo das contas externas tem aumentado a dívida interna (o país deve 52,5% do que produz). Nos sete primeiros meses do ano, os encargos com juros consumiram R\$ 76,260 bilhões, resultado ainda mais elevado em decorrência dos efeitos devastadores da desvalorização cambial (somente neste ano o Real já foi desvalorizado em mais de 30%) e o aumento sucessivo das taxas de juros. Em suma, a origem da vulnerabilidade do país advém em última instância dessa crescente debilidade externa, tornando-o assim fragilizado às freqüentes turbulências de fora e revelando a inconsistência do batido discurso dos "bons fundamentos econômicos".

Devido à extremada dependência externa a que chegou o Brasil, o governo FHC foi se tornando impotente para a condução autônoma do país, recorrendo desde final de 1998 ao FMI. O "ajuste" econômico-financeiro levou ao predomínio dos interesses dos grandes credores e financiadores estrangeiros e domésticos no Estado brasileiro, conduzindo-o a uma governabilidade cada vez mais subordinada ao FMI/Banco Mundial/Tesouro dos Estados Unidos. A recorrência sucessiva ao FMI (duas vezes em menos de três anos) revela uma situação nova – a formação de um condomínio de governo com essa instituição controlada pelas grandes potências capitalistas. Porque esse procedimento, nas condições atuais, não consiste somente da demanda de um recurso financeiro mas, sobretudo, de uma proteção política, como exigência de garantia aos grandes rentistas e investido-

res estrangeiros. É o carimbo da comprovação de que o Brasil persistirá no cumprimento do "dever de casa" ditado pela oligarquia financeira transnacional. Essa é a característica da governabilidade atual, provocada em função da aplicação dos preceitos liberalizantes.

Essa situação de conjunto, agravada por mais um período de desaceleração econômica, acentuada pela crise energética, leva a que tomem corpo o anseio e os apelos por mudança e renovação. Em recente pesquisa do Instituto Vox Populi, apenas 5% dos consultados ainda são favoráveis a manter as "mesmas prioridades e programas do governo atual". Por seu turno, 91% tendem à mudança, sendo que 44% optaram por "mudar completamente as prioridades e programas do governo atual". Então, ficar como está é opção de reduzida minoria. É evidente que essa situação é francamente favorável às correntes oposicionistas, permitindo fortalecer a previsão de vitória destas forças na eleição presidencial de 2002.

Entretanto seria enganoso subestimar o arsenal político e econômico a serviço das forças situacionistas, dentro e fora do país, concretizado no já analisado condomínio de governo e nas formas de "blindagem" – arcabouço de leis que amarra o futuro presidente ao modelo vigente. Mesmo porque o governo FHC, por meio de manobras diversionistas e demagógicas, respaldado pela maioria da mídia, extenso contingente de tecnocratas e setores dominantes mais poderosos, não deixará de considerar a realidade patente, forjando um "cenário intermediário", tentando até tirar proveito da tendência mudancista. Atua para circundar o apagão e lança de forma desesperada e demagógica, sem convencer até mesmo os empresários, o jargão de efeito: "exportar ou morrer", já modificado para "exportar para viver".

Historicamente, nos ciclos longos de endividamento externo e interno, próprio dos problemas estruturais brasileiros, em função do "buraco" que cresce nas contas externas, sempre o próximo lance consistia no esforço desesperado de alcançar o superávit comercial, tentando tapar o furo. Daí as recorrentes campanhas exportadoras. O governo FHC tenta repetir essa dinâmica estrutural da dependência em condições ainda mais graves. Quando Fernando Henrique assumiu o seu primeiro governo, encontrou um superávit comercial de mais de US\$ 15 bilhões de dólares. Isso foi revertido para um elevado déficit comercial. A política de estabilidade monetária se fixou em abrir radicalmente o mercado comercial brasileiro, favorecendo as importações, sobretudo no período inicial de sobrevalorização cambial. Com isso visava elevar a oferta de bens para estabilizar os preços. Isso, somado a uma desnacionalização sem precedente histórico e sem expansão produtiva, sobretudo de produtos não exportáveis (*No Tradables*), desidustrialização, juros altos e crédito restrito, condicionou uma situação es-



Renato: unidade necessária

trutural antiexportação que não poderá ser revertida mantidos os atuais fundamentos políticos. A comprovação disso é que o Ministério do Desenvolvimento nunca deslanchou, tornando-se simples fachada, com um sucessivo sobe e desce de ministros que nada podiam fazer. Por isso, o bordão "exportar ou morrer" é uma tentativa desesperada do governo FHC, sem consequência e carente de credibilidade entre os empresários e os setores bem informados.

A apresentação dos orçamentos anuais é sempre um momento em que se pode desvendar a verdadeira catadura da política governamental. Daí o seu esforço em diversionar e confundir nessa oportunidade. A candidatura governista tentará o malabarismo de juntar continuidade e "mudança", ou apresentar uma candidatura descolada do "núcleo governamental", a qual se apresentaria sem defendê-lo ostensivamente – exemplo das candidaturas José Serra e Roseana Sarney (esta já aparecendo na segunda colocação à Presidência da República nas pesquisas de opinião).

Ao mesmo tempo, as forças situacionistas e seus serviços bradam ameaças sobre uma possível vitória das correntes oposicionistas, atemorizando camadas sensíveis da população acerca da pretensa "ingovernabilidade" que a descontinuidade da linha oficial traria. Na verdade, o que eles pretendem é deixar intocado o sistema político e econômico montado na década de 90, a serviço do capital financeiro. Também é notório que os acontecimentos em curso firmam uma opinião pública contrária ao governo FHC, tornando mais difícil esse intento das forças continuistas. Entretanto, contraditoriamente, importantes forças oposicionistas prostram-se defensivamente na sustentação de um projeto de ruptura com os fundamentos do modelo em vigor. Constata-se tal comportamento porque ainda predomina no plano de conjunto, no mundo e no Brasil – onde prevalece a legitimação da hegemonia do capital financeiro – uma correlação de forças ainda adversa às forças políticas mais consequentes, populares e democráticas, e as massas trabalhadoras e deserdadas ainda não se organizaram em extenso movimento capaz de impor a ordem dominante atual.

O campo governista firma a

consciência de que somente uma candidatura única seria capaz, nas condições de hoje, de disputar o segundo turno das eleições e reunir trunfos para derrotar o candidato oposicionista. A disputa entre os governistas se acirra, mas localiza-se na questão de quem comandará o processo de escolha e quais os candidatos a presidente e vice que reuniriam melhores atributos para concorrer e vencer. O governo conseguiu importante trunfo ao manter a maioria do PMDB do seu lado e derrotar Itamar Franco. Agora se empenha em firmar a aliança PSDB/PFL. E crescem progressivamente as candidaturas de José Serra e Roseana Sarney.

No campo da oposição prevalece a tendência à fragmentação, com a candidatura petista de Lula em ascensão, uma candidatura de "oposição não petista", reunindo Ciro, Itamar e Brizola (PDT e PPS) e, por fora, a candidatura de Garotinho (PSB). Ultimamente voltam a crescer, nesse campo, os apelos de unidade oposicionista e até de candidatura única, ainda sem maior consequência. Todavia prevalece entre estas forças a expectativa de que a unidade da oposição somente se daria num possível segundo turno das eleições.

O PCdoB continua sustentando que a unidade oposicionista, conformada num programa democrático, de reconstrução nacional e base popular, é uma aspiração da maioria da nação e uma garantia para a vitória. A oposição carece ainda de compor e sintonizar os objetivos e prioridades programáticas com as aspirações mudancistas das grandes camadas do povo, visando contestar o combalido ideário neoliberal e buscar novo rumo para o Brasil. É preciso captar o sentido profundo da mudança deste momento, as suas particularidades, traduzindo em palavras de ordem tangíveis à maioria da população. Pode adquirir expressão e se desdobrar o lema em defesa do Brasil, da democracia e do trabalho, que concentra o sentido atual de outro caminho a seguir.

Tendo em vista colocar no centro da discussão a proposta programática, buscando envolver amplos setores de oposição e as organizações de massa, o PCdoB apresentou sete pontos fundamentais, (veja edição 204) de forma determinada para demarcar uma nítida linha oposicionista ao projeto do governo FHC. O Partido deve evitar uma ação permanente visando intervir na luta dos trabalhadores e das massas populares, defendendo suas reivindicações e unindo-os num extenso movimento político, em torno de um programa comum democrático, de reconstrução nacional e de progresso social. Esse movimento, juntamente com a frente política partidária oposicionista, é parte constitutiva fundamental para a garantia do êxito de um projeto de ruptura com os fundamentos neoliberais vigentes.

\*vice-presidente do PCdoB, informe a 28ª reunião da Comissão Política do Comitê Central

## NACIONAL

# Maluf, FHC e o custo da corrupção

ANA MARTINS\*

O ano de 2000 tem tudo para deixar marca na história como o ano em que o Brasil iniciou uma faxina em suas esferas políticas. São Paulo, por exemplo, desfruta de condição privilegiada para varrer do mapa um político que tem sua prática recriminada por grande parte da população, empresários e maioria absoluta das entidades democráticas. No centro de denúncias de que teria um patrimônio de, no mínimo, US\$ 200 milhões na ilha de Jersey, mais de R\$ 500 milhões, o ex-prefeito Paulo Maluf (PPB) acaba de ser colocado na marca do pênalti, simultaneamente pelo Departamento de Inquéritos Policiais de São Paulo e pela CPI da Dívida Pública da Câmara Municipal de São Paulo. Ele fez da Prefeitura de São Paulo seu trampolim político, com cobertura do governo de FHC, que acabou achacando mais ainda o município com altos juros.

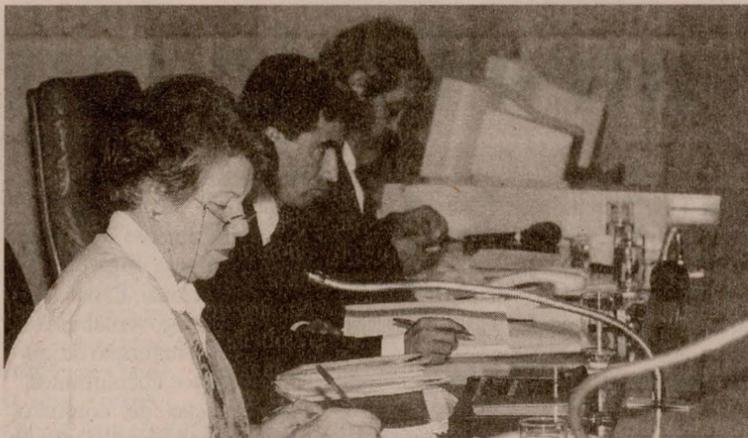
Na Justiça, ele, sua mulher, Sylvia Lutfalla, os filhos Flávio, Otávio, Lina e Lígia, além da nora Jacquelline, tiveram quebrados seus sigilos bancário e telefônico (ligações internacionais) desde 1993. A CPI avançou mais ainda, conseguindo também a quebra do sigilo bancário, fiscal e telefônico do ex-prefeito. A devassa fiscal é a primeira já ordenada pela Justiça contra Paulo Maluf.

A CPI, em decorrência do segundo depoimento de Maluf, no

dia 20 de agosto, apresentou ao Ministério Público requerimento para que seja investigado suposto crime de falso testemunho. No dia 10 de setembro o ouviu pela terceira vez. Em todos os depoimentos ele foi evasivo em muitas oportunidades e esquivou-se de responder se seria beneficiário de um trust (modalidade de investimento em que se omite o nome do real detentor da aplicação) na ilha de Jersey ou demais paraísos fiscais.

Maluf sempre foi um mestre na arte de manipular dados e de omitir verdades. Distorce informações de conhecimento público sem qualquer preocupação com a ética e a lisura. Na CPI, teve a coragem, por exemplo, de desmentir a história, ao afirmar que ajudou Tancredo Neves a restabelecer a democracia no país. Suas versões, aliás, sempre chocam-se com os fatos. Tenta vender a imagem da honestidade e competência, enquanto a Justiça apura denúncias e mais denúncias de irregularidades em suas administrações.

Os fatos estão aí: em 11 de outubro Maluf tem encontro marcado na 8ª Vara Criminal Federal para depor em processo por falsidade ideológica e de responsabilidade no caso das emissões de Letras Financeiras do Tesouro Municipal e desvio de seus recursos para outras finalidades, que não o pagamento de precatórios conforme determina a Constituição. Também se encontra às voltas com investigações de superfatura-



Ana Martins preside a CPI da Dívida Pública da Câmara/SP

mento de obras; recursos mantidos fora do país e não declarados ao Imposto de Renda, entre outras. Mas afinal de onde vem o alto patrimônio de Paulo Maluf e de sua família?

Felizmente, a hora da verdade está próxima. O Brasil e o povo de São Paulo vão saber enfim se parte da riqueza de Maluf tem relação com o endividamento de São Paulo. Durante sua gestão, a dívida da cidade deu um salto de 114%. Na administração de seu afilhado, Celso Pitta, cresceu mais 92%. Hoje, segundo estimativas preliminares da CPI, ultrapassa a casa dos R\$ 30 bilhões – quase quatro orçamentos municipais. Portanto, ele está obrigado a explicar – e muito bem explicado – os documentos oficiais originários da ilha de Jersey e da Suíça, que dão conta de vultosas aplicações financeiras tendo Maluf como beneficiário.

Maluf levou São Paulo à falência. Mas corrupção e desvio da função pública não são exceção no Brasil. Senão vejamos: no primeiro semestre, Antônio Carlos Magalhães (PFL) sofreu um grande revés e foi obrigado a renunciar após o escândalo do painel eletrônico do Senado. Jader Barbalho (PMDB) começou o segundo semestre com a corda no pescoço, devido às denúncias de desvios de recursos de Banpará.

As denúncias que vemos dia-a-dia contra “notáveis” da política deixam claro que, no Brasil o custo da corrupção é altíssimo. Outro dado importante: a maior parte dos envolvidos nesses escândalos pertence – ou pertence até recentemente – à base de apoio do governo de Fernando Henrique Cardoso.

Portanto, é explicável – porém, lamentável – o esforço que o governo federal faz para barrar investiga-

ções de escândalos, a exemplo do que ocorreu em maio, quando liberou R\$ 80 milhões em emendas do orçamento aos parlamentares situacionistas, para impedir a instalação da CPI da Corrupção. Fechar os olhos ou acobertar políticos de má-fé é uma atitude que abre espaço para o surgimento de novos corruptos, deteriora a economia do país, condena a maioria da população à exclusão social e, tristemente, faz com que o Brasil continue e ser desrespeitado internacionalmente, como a eterna república das bananas.

Até o final do mês de setembro a CPI deverá entregar o relatório final que conterà um balanço das investigações realizadas nos últimos 180 dias. Nele estarão apontados os principais responsáveis pelo acelerado endividamento da cidade na última década, que são Paulo Maluf, Celso Pitta, Wagner Ramos e Reynaldo de Barros. Além de encaminhar para a Justiça o pedido de abertura de ações indenizatórias, a CPI pretende abrir o debate sobre a necessidade urgente do município renegociar a dívida de São Paulo com o governo federal e abrir a discussão sobre a farsa da Lei de Responsabilidade Fiscal, que tem como único objetivo o cumprimento do acordo com o Fundo Monetário Internacional, impedindo o crescimento econômico e social dos Estados e municípios.

\*vereadora do PCdoB SP/Capital

## Vereadora goiana filia-se ao PCdoB

A vereadora Maria Lúcia Cardoso Ribeiro, reeleita pelo PSDB na última eleição em Rubiataba, a 237 quilômetros de Goiânia, acaba de se filiar ao PCdoB/GO.

Outra filiação na cidade foi a do odontólogo Vanderval José Ribeiro, Ex-presidente e um dos fundadores do PSDB municipal, ele é casado com Maria Lúcia. Além deles, cerca de 60 pessoas, entre lideranças da juventude e da comunidade e professores, também vieram para o PCdoB.

“Os meus compromissos com a política soa bem maiores. Como o PCdoB tem uma linha de pensamento progressista, de defesa da democracia e voltado aos trabalhadores, resolvi entrar para o

Partido. A seriedade e a forma de condução política do PCdoB é essencial para o país”, frisou a nova parlamentar comunista.

Em Goiás, a legenda contava com cinco vereadores: Fábio Tokarski (Goiânia), Professor Tonhão (Rio Verde), Professor Mamede (Catalão), Adilson Machado (Hidrolina) e Canindé (Porteirão).

Mãe de três filhos, Maria Lúcia já militou na Pastoral da Juventude e é Vicentina. Na Câmara, apresentou projetos de lei como o exame gratuito de DNA destinado às pessoas carentes. Também atuou para a instalação a Delegacia da Mulher em Rubiataba e tem buscado conquistas na área ambiental, educacional e da saúde.

## Niemeyer contribuirá com Olinda

A prefeita de Olinda Luciana Santos, do PCdoB, e o secretário de Ciência, Cultura e Patrimônio Histórico, Sérgio Rezende, visitaram no dia 5 de setembro o arquiteto Oscar Niemeyer. A visita de Luciana teve o propósito de convidar o arquiteto a realizar um monumento para a cidade. Segundo Luciana, foram abordados assuntos como conjuntura nacional, possibilidades de fortalecimento das esquerdas para as eleições do

ano que vem e a situação política do Rio de Janeiro.

Convicto da revolução socialista, Oscar Niemeyer se mostrou entusiasmado em contribuir com a gestão de uma prefeita comunista devido às suas referências políticas. De acordo com a prefeita, tudo indica que o monumento estará situado na entrada da cidade, porém não há confirmações sobre o projeto que ainda está dando seus primeiros passos.

“Considero a participação de Niemeyer em nossa gestão algo extraordinário pela sua representatividade como técnico da arquitetura moderna e pela sua história política. É uma grande honra para Olinda que terá de um lado um patrimônio histórico e do outro uma peça representativa da arquitetura moderna. A presença da arte contemporânea contemplará ainda mais a história da nossa cidade.”, declarou Luciana Santos.

## Pelo fortalecimento do Mercosul

EDSON SILVA\*

Uma iniciativa oportuna – foi como ficou vista a realização do Fórum de Governadores do Mercosul, reunido dia 5 de setembro, em Porto Alegre, na sede do Governo do Rio Grande do Sul. O evento vinha sendo articulado pelo governo da Frente Popular (PT/PSB/PCdoB) como uma tentativa de deflagrar a construção de um ente político afirmador da integração soberana e solidária dos países e povos da América Latina, a partir da consolidação do Mercosul. Essa condição era vista ainda como espaço importante da resistência à ofensiva que o império do norte faz pela constituição da Alca, sintonizada com os propósitos expansionistas dos monopólios norte-americanos.

“Percebe-se na América Latina, um clima de grande preocupação com as repercussões e desdobramentos do quadro internacional para os países da região. No âmbito do Mercosul, os efei-

tos das oscilações estruturais do modelo vigente têm gerado instabilidade, insegurança e dúvidas sobre o futuro da integração regional. É precisamente neste momento de dificuldades significativas que nós, Governadores de Estados, Províncias e Departamentos de países do Mercosul e de outras nações da América do Sul, agregamos esforços e unimos nossos povos para juntos, construirmos os caminhos de busca de oportunidades para os nossos povos e superação da crise. Por isso nesta data estamos fundando e constituindo o Fórum de Governadores do Mercosul, como expressão de um esforço prioritário que visa o fortalecimento, a consolidação e a ampliação do Mercosul” – diz a Carta do Rio Grande do Sul, tornada pública ao final do evento.

Um conjunto de objetivos foi debatido e aprovado pelos membros do Fórum, entre os quais a busca da garantia de expressão da diversidade e singularidade

das distintas regiões no processo de formação do bloco, a realização de intercâmbio e cooperação na elaboração e desenvolvimento de políticas públicas e a viabilização de debates e propostas atinentes ao processo de integração, compreendendo não somente aspectos alfandegários e comerciais, mas também de questões afetas aos distintos campos da vida humana.

O texto final do encontro foi subscrito por representantes da Argentina, do Paraguai, do Chile, do Uruguai e da Venezuela, além do anfitrião, o governador do Rio Grande do Sul, Olfívio Dutra, do governador do Mato Grosso, Dante de Oliveira, do governador do Mato Grosso do Sul, José Orcírio (o Zeca do PT) e de enviados dos governos do Rio de Janeiro, de Santa Catarina e do Paraná.

## Saudades, Toninho

O PCdoB vem a público exigir a rigorosa apuração do assassinato do prefeito Antônio da Costa Santos (PT) que abalou a população de Campinas.

O trágico fato é o retrato da política de segurança pública do Governo do Estado marcada por uma posição relapsa em relação aos direitos dos cidadãos de Campinas e da iniquidade das políticas sociais do governo federal.

O falecimento do prefeito Toninho representa uma grande perda. Sua história pessoal se confunde com a luta popular pela construção de uma cidade



mais justa, igualitária e humana.

O PCdoB reafirma nesse doloroso momento seu apoio a equipe de governo, em particular a Izalene Tiene, confiando que os compromissos de governo serão cumpridos.

Manifestamos nossas condolências à família e a todos os companheiros do Partido dos Trabalhadores.

Saudades, Campinas, 11 de setembro de 2001

Comitê Municipal do PCdoB - Campinas

## NACIONAL

# O terror interno de FHC

LUIZ CARLOS ANTERO

Quando o Pentágono – um destacado objetivo militar – e os centros financeiros dos EUA e do mundo capitalista – as torres do World Trade Center – foram alvo pelos aviões seqüestrados no dia 11 de setembro, o presidente brasileiro, Fernando Henrique Cardoso, acompanhou o mundo inteiro no coro de perplexidade que se formou. Os líderes no Congresso condenavam a ação terrorista, avaliando as possíveis conseqüências que se abateriam sobre o país. Então, FHC pediu aos presidentes da Câmara e do Senado que convidassem ao Palácio do Planalto as lideranças partidárias para ajudar na definição da posição brasileira em caso de retaliação dos EUA.

Foi assim que a população pôde assistir a uma cena inédita desde que FHC se tornou presidente, em 1995: numa mesa, lado a lado, a equipe do governo e os líderes dos partidos de oposição.

O deputado Inácio Arruda expressou a posição do PCdoB, reiterando os termos da Nota do Comitê Central que condenou os ataques terroristas aos EUA, ressaltando que estes ataques aconteceram num momento em que a grande maioria da população mundial está submetida a uma ordem social extremamente injusta e desigual. “Vivemos em um período de insegurança e intervencionismo, que tem o governo dos Estados Unidos como principal artífice”, acrescentando que “é grande a revolta contra o crescente hegemonismo e belicismo norte-americano”.

Diante da tensa situação, os partidos oposicionistas decidiram tratar o assunto com as legendas da base aliada, evitando, contudo, qualquer tipo de alinhamento com o governo.

Por enquanto é considerada a posição exposta pelo ministro das Relações Exteriores, Celso Lafer, segundo a qual o Brasil está alinhado com as posições que condenam as ações terroristas no Conselho de Segurança da ONU, mas sem promover injustiças. No caso das ações militares, Lafer admite que o

Congresso deve ser auscultado. Em princípio, uma questão policial não pode ter um tratamento militar extremado, como pretende o desequilibrado presidente norte-americano George Bush, que reivindica apoio no sentido de bombardear livremente qualquer alvo em qualquer nação do planeta.

## Talibã: em dia

Contudo, em matéria de combate ao terrorismo, FHC está adiantado e tem saldo com Bush: assinou um decreto (nº 3755) em conjunto com Lafer, em 19 de fevereiro de 2001, determinando sanções contra o regime talibã e o saudita Osama Bin Laden, que vive no Afeganistão, acusado dos atentados contra os EUA. O decreto proíbe a venda ou o envio de armas e munição “ao território do Afeganistão sob o controle do talibã”, veda a consultoria e permanência de militares brasileiros no país e bloqueia “todos os fundos e demais recursos financeiros em nome de Osama Bin Laden e de pessoas e empresas a ele associados” (Diário Oficial da União de 20.02.2001).

O fundamento é a Resolução 1.333 do Conselho de Segurança, que impôs sanções ao talibã. O decreto também veda a abertura ou o funcionamento de escritórios do talibã e da Ariana Afghan Airlines no Brasil, “decolagens, pousos e sobrevôos de aeronaves vindas ou com destino ao território do Afeganistão sob o controle do talibã” e a entrada ou passagem de altos funcionários do regime ou pessoal armado sob controle do talibã. A “disponibilização” de recursos financeiros a Osama Bin Laden e associados também é vedada para brasileiros ou pessoas de outras nacionalidades residentes no Brasil.

Além de armamentos, está proibida, desde fevereiro, a venda de veículos militares, equipamentos paramilitares e peças de reposição para esses equipamentos. Também é proibido o treinamento militar “do pessoal armado sob o controle do Talibã”, numa determinação que leva à proibição da



FHC reúne-se com as lideranças do Congresso

permanência, no Afeganistão, de oficiais, agentes, consultores ou militares brasileiros em atividades relacionadas aos equipamentos.

FHC está mais adiantado ainda, se considerada a proibição do trânsito de aeronaves talibãs, com bloqueio de bens do regime, ainda em novembro de 1999, seguindo outra resolução da ONU (1.267).

## Terror interno

Efetivamente, o atraso de FHC está na gestão do terror interno. Somente um sério envolvimento brasileiro numa guerra externa de vastas proporções poderia distrair a sociedade de suas preocupações quanto aos rumos deste governo e quanto às conseqüências de sua política – responsável por grandes dificuldades. Enquanto o ainda senador Jader Barbalho – “bola da vez” – esperneia, tentando inutilmente se livrar das acusações que ameaçam seu mandato, foi instalada a CPI destinada a investigar as operações de socorro do Banco Central a 20 instituições financeiras.

A CPI – na fila de requerimentos aprovados desde 1996 – tem que explicar uma ajuda aos bancos privados que totaliza mais de R\$ 20 bilhões, oriundos do chamado Programa de Estímulo à Reestruturação do Sistema Financeiro (Proer), criado em 1995. Naquela época, o objetivo era investigar as operações que envolveram os bancos Nacional, Econômico e Bamerindus, mas a oposição quer explicações para outros casos, como a ajuda do Banco Central aos bancos Marka e FonteCindam na desvalorização do real, ocorrida em janeiro de 1999.

Um trio do Planalto instalou-se no comando. Para a presidência da CPI foi eleito o deputado Gustavo Fruet (PMDB-PR); o deputado João Carlos Bacelar (PFL-BA) ficou com a primeira vice-presidência; e o deputado Alberto Goldman (PSDB-SP), escolhido relator, tratou logo de informar que os trabalhos da Comissão começam pelo exame dos atos administrativos e políticos que levaram à edição da MP que criou o Proer. Célebre como dedicado governista, ele diz que “é preciso entender primeiro porque os bancos privados chegaram a uma situação tão delicada”, e, em seguida, saber qual foi o papel do Banco Central, avaliando se as medidas “de salvamento” adotadas foram corretas.

Para o “constutivo” Goldman, a CPI “deve ser menos policial e mais político-administrativa”, oferecendo “sugestões para que nunca mais haja necessidade

de colocar recursos públicos para salvar o sistema financeiro”. A partir da posição do Palácio do Planalto (e de sua equipe econômica), de que o Proer “deu lucro”, a oposição terá muito trabalho para mostrar como de fato ocorreu a cobertura de cheques sem fundo dos banqueiros falidos. Para começar, a CPI solicitou à consultoria da Casa um levantamento sobre as ações do Supremo Tribunal Federal pertinentes ao Proer, e o conjunto dos documentos da CPI do Senado que investigou o Sistema Financeiro nacional.

Ao mesmo tempo em que se empenha para manter sob controle a CPI do Proer, FHC tem acompanhado a evolução do caso Jader Barbalho, que ajudou na campanha para a Presidência do Senado, temendo que o seu desespero viabilize a CPI da corrupção – muito mais ampla que a do Proer –, visto que suas ameaças são mais realistas que as de ACM. No Planalto, a expectativa é a de que Jader cumprirá o que promete quando perder o mandato, comprometendo outros parlamentares e elementos palacianos.

Em busca de apoio para salvar-se, Jader não encontrou apoio público de nenhum dos antigos aliados, entre os quais se incluem FHC e a cúpula governista do PMDB. Estes tentam convencê-lo a renunciar à Presidência do Senado, “reduzindo o interesse da mídia e a pressão popular”, e a enfrentar a votação secreta em Plenário, onde “os senadores poderiam absolvê-lo por crimes praticados antes do exercício do mandato”. Mas Jader argumenta que o pedido de licença não arrefeceu o cerco sobre ele, que o acordo que enviaria seus processos à Justiça não foi cumprido e, agora nas mãos do Conselho de Ética, passará por um julgamento político. Assim, insiste em reverter a situação de isolamento com ameaças a senadores e com a assinatura que falta para a CPI da corrupção.

## Duas faces

FHC enfrenta também outra batalha, mais interna do que as outras porque ocorre no PSDB, dividido em dois grupos que pretendem ganhar a marca governista na sucessão presidencial: contra e a favor da candidatura do ministro da Saúde, José Serra. A primeira facção adota o governador do Ceará, Tasso Jereissati, como o mais viável nome contrário às pretensões de Serra. Os outros são Álvaro Neves, presidente da Câmara, também cotado, Paulo Renato, ministro da Educação e Pimenta da Veiga, das Comunicações.

FHC, temendo a perda prematura do controle do poder e do processo sucessório, posterga a definição de um candidato; acha que Serra avançou o sinal e pratica diversionismo inventando presidenciais tucanos, entre os quais Pedro Malan – boicotado e descartado pelo grupo de Serra. Diante de um presidente enfraquecido, Tasso já afirma que a definição do candidato governista não é “pessoal, do coração, do momento ou da vontade de uma pessoa, do presidente Fernando Henrique”.

Outro ato de terrorismo interno envolve a proposta orçamentária da União para 2002, que desta vez chega a um ano da eleição presidencial, envolvendo questões explosivas: o valor do salário mínimo – reajustado em presumidos 5%; um reajuste linear de 3,5% para o funcionalismo público; a correção em 35% da tabela do Imposto de Renda para Pessoa Física e a contribuição previdenciária de aposentados do setor público.

Como recursos que servirão ao uso eleitoral do candidato chapa branca, a oposição já contabiliza o pretenso aumento de 14% das verbas para a área social, que elevaria as dotações dos ministérios da Saúde e da Educação – de dois tucanos pré-candidatos à sucessão presidencial –, e a maior verba do Fundo de Combate à Pobreza (R\$ 5,5 bilhões – R\$ 1,5 bilhão a mais do que o previsto, pois a dotação de 2001 não foi utilizada), somados aos R\$ 5,3 bilhões do Projeto Alvorada, que, na propaganda neoliberal, prioriza ações sociais em regiões de baixa renda.

Ocorre que essa aritmética do terror cortará R\$ 2 bilhões em investimentos, pois o acordo firmado agora com o FMI impôs um novo arrocho aos cofres públicos: o superávit primário para 2002 será de R\$ 36,7 bilhões – R\$ 5 bilhões a mais que o valor aprovado na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), no primeiro semestre do ano. Assim, essa exigência, que marca a submissão do país por um novo período, é responsável pelo represamento da demanda por reajuste do funcionalismo, de novos investimentos para a superação da crise energética, e pela exacerbação da gritaria oficial em torno do déficit do sistema previdenciário – agitado em R\$ 40 bilhões pelos financistas neoliberais para explicar a absurda insistência na proposta de emenda constitucional que determina a cobrança de contribuição de inativos.

Na verdade, é o preço da submissão incondicional ao monitoramento do FMI, além das garantias políticas exigidas de um governo que cumpra prontamente o dever de casa – todas as metas fiscais impostas quanto às dívidas interna e externa. Submetido a uma extrema vulnerabilidade externa, e refém dos grandes capitais externos e internos, o país oscila perigosamente diante da recessão americana e das crises da Argentina, buscando fôlego cambial para saldar crescentes compromissos externos. No final, essa política de FHC – de terror contra o país e seu povo – tem o mesmo objetivo: manter o futuro governo, aprisionando seus movimentos no alçapão armado em confraria com a agiotagem internacional.

ASSINE



## A CLASSE OPERÁRIA

Rua Adoniram Barbosa, 53, CEP 01318-020, São Paulo - SP  
Tel.: 0\_11 3104-4140 Correio eletrônico: classeop@vento.com.br

### 12 edições = R\$ 18,00

#### Pagamento:

- Cheque nominal  
 Dinheiro  
 Vale postal nº

- Cartão nº  
Validade  
 Depósito na conta  
Ag.2809-6  
C/C 7825-5,  
Banco do Brasil

Nome: .....

Endereço: .....

Bairro: ..... Cidade: .....

CEP ..... Estado: .....

Data de nascimento: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

Tel.: ( ) \_\_\_\_\_

Profissão: .....

Correio eletrônico: .....

Data da assinatura: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

## MOVIMENTO

# A intervenção autoritária do governo FHC no movimento estudantil

RICARDO ABREU (ALEMÃO)\*

Nos últimos dois anos o movimento estudantil foi o movimento popular que levantou com mais força a bandeira do Fora FHC. Depois das jornadas de luta de 1999, 2000 e 2001, nas quais foram realizadas as maiores passeatas desde o Fora Collor, o governo federal, que já vinha ameaçando o movimento, finalmente agiu. A Medida Provisória 2208 é o mais violento ataque ao movimento estudantil desde o decreto-lei 477, de 1969, durante o período ditatorial.

A MP 2208 é um verdadeiro decreto-lei de intervenção no movimento estudantil, tendo como pretexto demagógico a "ampliação" do direito à meia entrada. Na verdade a MP não cria direito nem amplia direito algum. É uma agressão à independência das entidades estudantis e tem caráter claramente político, pois é um ataque a um movimento que vem lutando contra as "reformas" educacionais ditadas pelo imperialismo, através do Banco Mundial, e resistindo bravamente à política neoliberal do governo FHC.

O neoliberalismo não combina mesmo com a democracia. Tenta promover por todas as formas a divisão, a cooptação, a despolitização e o enfraquecimento dos movimentos populares. Na ditadura constitucional de FHC houve a ofensiva contra o movimento

sindical e a CUT - especialmente no caso dos petroleiros, contra o MST e agora mais recentemente contra a OAB, com a ameaça de levar a contabilidade da OAB para o Tribunal de Contas da União.

Quando da edição da MP, o ministro Paulo Renato aproveitou ainda para revelar seu anticomunismo, caluniando o Partido Comunista do Brasil exatamente por saber do prestígio que o PCdoB e sua organização juvenil, a UJS, desfrutam entre as lideranças estudantis. O ministro foi interpelado pelo Partido no Supremo Tribunal Federal.

## Aprendendo com a história

Não é a primeira vez que o governo federal intervém autoritariamente contra o movimento estudantil. O Estado Novo criou a "Juventude Brasileira" para combater a UNE. Em maio de 1964 a direita golpista concluiu uma CPI que tinha por objetivo "investigar as atividades da UNE, bem como a gravidade que representa para o País a influência do Partido Comunista e de outras organizações subversivas sobre a mentalidade de nossos dirigentes universitários". A CPI recomendou a "fiscalização obrigatória, por parte do Ministério da Educação, de toda e qualquer entidade estudantil" e ainda a "criação de órgão fiscalizador para evitar que as verbas que são dotadas as entidades

representativas dos estudantes se desviem para fins antidemocráticos ou subversivos".

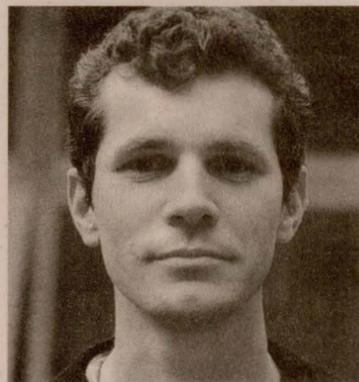
Logo após a CPI, a ditadura militar tentou extinguir as entidades estudantis com a Lei Suplício de Lacerda, que criou o "Diretório Nacional dos Estudantes - DNE". Depois vieram os decretos-lei 228 e 477. Essas tentativas de divisão do movimento estudantil sempre ocorreram depois de momentos de grandes mobilizações estudantis. Até agora todas foram derrotadas com o ressurgimento do movimento estudantil unitário e combativo.

Os fatos acima são parte de nossa História e qualquer semelhança com a situação atual não é mera coincidência.

## FHC quer entidade governista

O objetivo do governo FHC com a MP 2208 é inviabilizar o financiamento das entidades estudantis unitárias, democráticas, plurais e combativas e, principalmente, abrir caminho para quebrar a histórica unidade de representação no movimento estudantil brasileiro e para atrelar as entidades estudantis ao Estado.

A MP diz que para comprovar a condição de estudante vale a carteira de qualquer "associação ou agremiação estudantil a que pertença" o estudante. É a brecha que a Juventude do PSDB queria para que sua "Social Democracia



Cecilia Jorge

## Alemão: FHC ataca a UNE

Estudantil, SDE", emita uma carteira de filiação com validade para a meia entrada, em "livre concorrência" com a UNE e a UBES, segundo eles próprios.

A "SDE" é um novo "DNE", braço estudantil pelego e oficial do governo FHC. Os documentos da "SDE" são claríssimos quanto a isso. O "Programa da SDE" defende "uma entidade alternativa à unicidade hoje existente" que faça uma "política estudantil mais estudantil da política". Já o "Manifesto da SDE" é eivado do anticomunismo mais primário. Não é à toa que esses jovens da nova direita lançaram uma campanha por uma nova "CPI da UNE", em junho deste ano. Isso tudo cheira a naftalina.

Demonstrando seus métodos criminosos e neofascistas, a "SDE" falsificou uma carteira da UNE em nome do seqüestrador de Patrícia Abravanel e responsabili-

zou a própria UNE. O Ministério Público do Rio de Janeiro está apurando o caso e Pedro Trenchouze da Souza, dirigente da "SDE" que se fez passar por diretor da UNE, deve ser processado e condenado pela Justiça.

## Cresce resistência à MP 2208

O movimento estudantil está unido na luta contra a MP. Na greve das federais, nas escolas, em passeatas, atos, assembléias, fechamentos de estradas e acampamentos os estudantes protestam e pedem a revogação da MP. Entidades como a OAB, a Andes, o Fórum Nacional de Luta, governadores, prefeitos, assembléias legislativas e câmaras municipais manifestam solidariedade às entidades estudantis.

No Congresso Nacional foi lançada a Frente Parlamentar em Defesa do Movimento Estudantil, que também exige a revogação da MP e defende as entidades unitárias e históricas de representação estudantil.

Os estudantes brasileiros e nosso povo já enfrentaram muitas ditaduras, a ditadura constitucional de FHC não é a primeira. Mais uma vez os militantes do Partido e da UJS estão na linha de frente do combate pela verdadeira democracia.

\*responsável pela juventude na Comissão Política do Comitê Central

## 34º Congresso da Ubes é deflagrado com luta e unidade

O 7º Conselho Nacional de Entidades Gerais - Coneg da Ubes -, foi realizado de 17 a 19 de agosto, em São Paulo. Contou com a participação de 234 delegados de entidades municipais e estaduais e mais de 500 pessoas. O movimento "A gente faz um país", liderado pela UJS, teve o apoio de 117 votos e foi vitorioso no Coneg.

A principal marca do Conselho foi a continuidade da luta pelo Fora FHC e a unidade do movimento estudantil contra a Medida Provisória 2208 de Paulo Renato (veja artigo nesta edição). No primeiro semestre deste ano as entidades estudantis levaram às ruas mais de 150 mil pessoas pelo fim do governo neoliberal de FHC, por um novo Brasil e uma nova educação.

O Coneg foi palco da come-

moração de duas recentes conquistas da Ubes. A primeira, a campanha "Universidade Pública: é prá lá que eu vou!", que teve sua proposta de projeto de lei que reserva vagas nas universidades estaduais públicas para estudantes de escolas públicas regulamentada no Estado do Rio de Janeiro. A segunda, relativa à ação judicial movida pela Ubes que obriga a União a complementar os recursos do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (Fundef) do ano de 1999. No dia 30 de julho essa ação recebeu sentença favorável, em primeira instância, e a União foi condenada a investir mais 3,4 bilhões de reais no Fundef.

Foi convocado o 34º Congresso da Ubes e definidas as etapas estaduais, que serão realizadas de 22

de setembro a 4 de novembro. A Etapa Nacional do Congresso será de 14 a 18 de novembro.

A Ubes deflagra seu 34º Congresso acumulando conquistas históricas para o movimento estudantil, unindo ainda mais os estudantes, construindo novos canais de participação, estimulando o protagonismo juvenil consciente e organizado, abrindo espaço para que novas lideranças surjam, com capacidade para superar os desafios na elaboração e na crítica ao modelo educacional ditado pelo Banco Mundial ao nosso país. Remexendo as estruturas do movimento estudantil, a fim de aglutinar ainda mais forças para dar uma resposta política dura à medida provisória de Paulo Renato e FHC. Abrindo caminhos na luta pela construção de um novo Brasil.

## PCdoB repudia declaração do ministro da Educação

O líder do PCdoB, deputado Inácio Arruda (CE), informou que o partido ingressou com uma interpelação judicial junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) contra o ministro Paulo Renato, a fim de que este reafirme e comprove as declarações feitas ao jornal *O Globo* de que a receita das carteirinhas estudantis da União Nacional dos Estudantes (UNE) sustenta o PCdoB. O parlamentar citou trechos da nota oficial da direção nacional do Partido Comunista do Brasil repudiando as de-

clarações do ministro da Educação (publicada na Classe nº 204). Jandira Feghali (PCdoB-RJ) também repudiou as declarações do ministro, sustentando que elas tinham como objetivo desmoralizar o Partido e a instituição representativa dos estudantes. "O PCdoB e a UNE são segmentos de resistência democrática neste país, portanto não podemos aceitar declarações levianas e inverídicas de um ministro de Estado", afirmou. Para a deputada, o ataque do ministro à UNE é resultado da

oposição que a entidade faz à política educacional do governo. "A UNE combate o provão, o corte de verbas, o abandono das universidades e hospitais universitários, ou seja, a entidade não tem dado tréguas à inoperância desse ministro", ressaltou.

Tânia Soares (PCdoB-SE) disse que a declaração do ministro é muito grave e "atinge um partido sério, transparente e respeitável". "A UNE tem em seus quadros representantes do PSDB, PMDB e dos demais partidos", frisou.

## UJS realiza Plenária Nacional e elege novo presidente

A União da Juventude Socialista realizou a sua Plenária Nacional, composta pelos membros da Direção Nacional e por dois representantes de cada Direção Estadual. A Plenária Nacional "Carlo Giuliani" da UJS homenageou o jovem italiano assassinado pela polícia quando participava das manifestações contra a globalização neoliberal durante a reunião do G-8 em Gênova, Itália. Foi realizado o balanço da atuação da UJS no primeiro semestre deste ano, planejadas as ações para este semestre e realizadas mudanças na Direção Nacional.

Na avaliação do primeiro semestre, os dirigentes da UJS ressaltaram a participação da entidade na luta contra a política do governo FHC e pela CPI da corrupção, principalmente nas mobilizações estudantis de março, abril e maio. Foi também abordado o desenvolvimento da campanha contra a redução da maioridade penal. Foram confeccionados cartazes, adesivos e camisetas e entre as principais realizações da campanha está o circuito de hip hop da UJS, no qual importantes grupos do rap nacional, como GOG, Face da Morte e Realidade Cruel viajam para fazer debates e apresentações musicais para adolescentes de periferia, principais interessados em barrar a proposta reacionária que tramita no Congresso Nacional. No entanto a campanha ainda não está sendo realizada em vários Estados, que devem assumi-la a partir de agora.

A plenária também discutiu políticas públicas para a juventude, solidariedade internacional e fez o balanço da ação da UJS no movimento de jovens cientistas e entre os jovens trabalhadores.

No movimento estudantil, depois do êxito obtido no 47º Congresso da UNE, a UJS tem pela frente o desafio das etapas estaduais e da Etapa Nacional do 34º Congresso da Ubes. O pontapé inicial foi dado pelo 7º Coneg da entidade, com expressiva vitória do movimento "A gente faz um país", do qual a UJS participa.

## Mudanças na direção nacional

Importante momento da Plenária foi o das mudanças na Direção Nacional. Entraram para a Direção Nacional Danilo Moreira e Emerson Martins. Foram eleitos para a Executiva George Braga, diretor de movimento estudantil, e Elisa Campos, tesoureira. Aldanny Resende, que era tesoureiro, continua na Direção Nacional e passa a ter tarefas também na UJS de Minas Gerais.

Orlando Silva Júnior, que foi presidente da UJS nos últimos três anos, completou 30 anos em maio e encerrou durante a Plenária a sua brilhante participação na UJS. Orlando é membro do Comitê Central do PCdoB e passa a assumir tarefas na Comissão Sindical Nacional do Partido. A Plenária elegeu como novo presidente nacional da UJS o companheiro Wadson Ribeiro, ex-presidente da UNE.

## MOVIMENTO

# Um golpe contra entidades estudantis

ALDO ARANTES\*

O governo Fernando Henrique Cardoso, através da Medida Provisória 2.208/01, acaba de dar um duro golpe na autonomia das entidades estudantis e em um direito histórico dos estudantes brasileiros: a meia-entrada. Por isso venho hoje nesta tribuna como deputado e ex-presidente da UNE, autor da lei que legalizou as entidades estudantis, para manifestar meu protesto contra esta medida autoritária e me solidarizar com a UNE e a Ubes.

Mais uma vez o governo lança mão do instrumento da medida provisória para impor ao povo brasileiro sua política autoritária. É necessário que esta Casa questione a urgência e relevância que tem este problema para que se justifique o uso de medida provisória. Este é um assunto da alçada dos estudantes e se o governo achar por bem se intrometer teria de fazê-lo através de Projeto de Lei. Não fez isto por medo e covardia da mobilização estudantil e do debate nesta Casa. Através de uma justificativa demagógica, o ministro da Educação, Paulo Renato, diz querer ampliar o direito a meia-entrada, pois hoje a emissão das carteiras de estudante seria um monopólio da UNE e da Ubes. Na verdade esta medida tem como único alvo enfraquecer as entidades estudantis, que hoje fazem oposição ao governo Fernando Henrique e que lutam em defesa do ensino público.

A retirada do controle da UNE sobre a emissão das carteiras de estudante foi feita pelo regime militar usando argumentação se-

melhante à usada pelo ministro. Os militares também tinham o mesmo objetivo, enfraquecer material e politicamente as entidades estudantis.

Na realidade a carteira da UNE e a meia-entrada são parte de uma luta maior de reconquista de direitos dos estudantes perdidos durante a ditadura militar. Logo após o golpe de 64, simpatizantes do regime militar, num ato de orientação fascista, queimaram a sede da UNE. A ditadura colocou as entidades estudantis na ilegalidade, roubou o seu patrimônio e liquidou com o movimento estudantil. Implementou uma combinação de medidas políticas e econômicas com o objetivo de estrangular as entidades estudantis.

O governo Fernando Henrique Cardoso, fiel representante dos banqueiros e dos grupos mais conservadores de nosso país, impossibilitado de colocar a UNE na ilegalidade, adota medidas para retirar as condições materiais para que ela possa exercer plenamente suas funções.

Ao permitir que inúmeras entidades e escolas produzissem uma infinidade de carteiras diferentes, o regime militar permitiu a fraude generalizada na emissão de carteiras, o que fez com que os empresários passassem a recusar a carteira de estudante como documento estudantil e fez com que o general Figueiredo em 1983, alegando o grande número de falsificações, acabasse definitivamente com a meia-entrada. O argumento da meia-entrada para todos era usado também pelo regime militar para questionar o privilégio da meia-entrada apenas para quem

era portador da carteira de estudante. A meia-entrada para todos representou na verdade a meia-entrada para ninguém.

O governo Fernando Henrique Cardoso segue desta forma o caminho autoritário e antidemocrático do regime militar ao tentar enfraquecer as entidades estudantis e solapar o direito dos estudantes.

A meia-entrada é uma conquista da UNE que teve origem ainda na década de 30 e que cria facilidades para que o estudante pudesse complementar sua formação acadêmica, através do acesso diferenciado à cultura, ao esporte e ao lazer. Por isso mesmo a meia-entrada é um direito inquestionável dos estudantes europeus, que através da apresentação da carteira emitida por suas entidades nacionais têm acesso a museus, estádios, albergues, teatros, trens e quaisquer eventos de natureza esportiva ou cultural.

Nesta Casa têm tramitado nos últimos anos inúmeros projetos de lei dispendo sobre a meia-entrada para jovens de até 21 anos, funcionários públicos, doadores de sangue, professores, trabalhadores que recebem um salário mínimo e muitos outros. Todos estes projetos foram rejeitados na Comissão de Educação, pelo entendimento de que a meia-entrada é uma maneira de garantir a complementação da formação acadêmica através do acesso diferenciado a cultura. É um direito que garante a ampliação dos conhecimentos e uma melhor formação educacional do estudante brasileiro. Ao permitir que qualquer pessoa até os 18 anos possa ter acesso a meia-entrada, distorce o princípio



Arantes, ex-presidente da UNE

da meia-entrada que é o de assegurar a complementação ao ensino formal.

Desconhece também o que falou o Presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Marco Aurélio Mello, sobre a legitimidade do uso da carteira da UNE como garantia de acesso a meia-entrada, no jornal Folha de São Paulo do dia 5 de julho do corrente ano. Para ele "a carteira de estudante representa um estímulo ao ingresso e à permanência na escola e que, por isso ela deve ser preservada". O que o ministro Paulo Renato chama de monopólio sobre as carteiras é na verdade a garantia de segurança que empresários e estudantes têm ao usarem a carteira da UNE e da Ubes de que aquele é um documento legítimo.

Ao entrar numa discussão que pertence exclusivamente à esfera

das entidades estudantis, que têm autonomia para, junto com os estudantes brasileiros, resolverem os seus problemas, o ministro Paulo Renato dá a impressão de que não tem nada de sério para se preocupar. No entanto, a universidade pública brasileira enfrenta uma de suas maiores crises, com professores e funcionários em greve na maioria das universidades federais. Diante desta situação, o ministro atua como defensor da política econômica e do ajuste fiscal deste governo, que tem minguado as verbas para as instituições federais de ensino superior a cada orçamento, permite a existência de um enorme déficit de professores existentes em nossas universidades, tem arrojado os salários dos servidores e professores, possibilita a enorme proliferação de instituições privadas de baixa qualidade e o aumento abusivo de mensalidades.

Por tudo isso fica claro que, por trás da argumentação demagógica do governo, o que existe é uma política que visa atacar a estrutura material das entidades estudantis que têm jogado importante papel na luta contra a política privatista e antipopular do governo Fernando Henrique Cardoso.

Conclamo esta Casa a se solidarizar com os estudantes brasileiros e apelo a todos os parlamentares democráticos a se posicionarem contra a medida provisória 2.208, negando sua urgência e votando contra o seu mérito.

\*deputado federal (PCdoB/GO), pronunciamento feito no dia 21 de agosto de 2001

## Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes reúne 6 mil na Argélia

ANA MARIA PRESTES  
E KERISON LOPES\*

O 15º Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes é fruto de uma tradição que se iniciou em 1947 em Praga, e que foi retomada com o vitorioso 14º Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes, em Havana, Cuba, no ano de 1997. A delegação da União da Juventude Socialista, UJS, ao chegar à Argélia, percebeu um país irmão, de um povo sofrido e oprimido pelo colonialismo francês. Apesar de rico em petróleo e gás natural, visivelmente o povo argelino ainda não pôde usufruir das riquezas geradas em seu próprio solo.

A Argélia tem ainda o fascínio dos países berços da humanidade, às margens do Mediterrâneo. Já foi palco de diversas batalhas e inúmeros conquistadores, dentre eles romanos, mouros e árabes islamistas. Sobre diversas camadas de história humana que descansam sob seus pés, este povo, de alegria e fraternidade invejáveis, vive em um país de frágil democracia e fortes intempéries provocadas por grupos islâmicos extremistas, que promoveram seu último golpe no ano recente de 1992 e diversos ataques terroristas nos últimos anos. Um dos elementos mais fortes da cultura argelina é a religião muçulmana, que coloca este país no rol dos países árabes.

O simbolismo da realização de um festival em solo africano e árabe não é menor. A África é o continente mais agredido pelo imperialismo na história moderna. Recordista em todos os índices mundiais de fome, pobreza, analfabetismo, doenças, atrasado científico e tecnologicamente, dependente economicamente e com diversos sistemas políticos frágeis e instáveis, a África merece um esforço de mobilização mundial na promoção da solidariedade aos seus povos e nas denúncias ao sistema cruel, que passa por cima de qualquer princípio da humanidade, para firmar seu domínio.

Realizar o Festival em solo árabe colocou no centro das discussões as atrocidades cometidas pelo imperialismo norte-americano, através de Israel, em todos os territórios árabes ocupados. A ocupação sionista é hoje a principal ameaça à paz na região e vem fazendo centenas de vítimas na luta desigual entre o Estado armado de Israel e povos indefesos. Foi um momento de prestarmos solidariedade à luta desse povo por independência e soberania, contra as ocupações e agressões sionistas, em solo Palestino, Libanês e Sírio. Foram também denunciados os criminosos bloqueios econômicos, promovidos pelos EUA, ao Iraque e à Líbia.

A delegação brasileira e as demais delegações latino-ameri-

canas levaram para o Festival preocupações similares em relação à nossa independência e à ameaça ao nosso território. A UJS conseguiu introduzir, como questões centrais de denúncia, a rejeição à Alca (Área de Livre Comércio das Américas) e ao Plano Colômbia. Nossa acusação apresentada no Tribunal Antiimperialista foi quanto ao processo de invasão da Amazônia, tendo como consequência a extração das riquezas naturais de seu território e a ocupação de uma área estratégica.

O Festival teve a participação de cerca de 6 mil jovens e estudantes, em sua maioria árabes, de 143 países diferentes. A delegação brasileira, composta pela UNE, Ubes, UEE/RJ, UEE/SP, UEE/MG, UJS, Juventude do PT, JPS, MST, JSB, JR8, JS-PDT, MJT e UJC foi acolhida calorosamente pelo povo argelino, que durante três anos aguardou o Festival. Na capital, Argel, duas universidades, dentre elas a maior universidade da África, projetada pelo arquiteto brasileiro Oscar Niemeyer, sediaram



Delegação brasileira com um estudante argelino

os debates, plenárias, reuniões, conferências e a feira de solidariedade que faziam parte da programação diária. Eixos políticos, como Paz e Segurança; Democracia, Direitos Humanos e Justiça Social; Direitos dos Jovens e Estudantes; Globalização Neoliberal e Desenvolvimento e finalmente o Tribunal Anti-imperialista, evidenciaram que o Festival manteve a tradição de coerência e responsabilidade política com a luta da juventude e dos povos contra o imperialismo.

Vários obstáculos tiveram que ser vencidos para que a tradição do movimento dos festivais tivesse continuidade. A intensa campanha

da mídia européia contra o Festival não impediu sua realização. A tentativa da própria ONU de deslocar para outro fórum a mobilização da juventude mundial tão pouco teve sucesso. Estes fóruns se justificam na imensa guerra que, de batalha em batalha, travamos com o imperialismo mundial, no desafio de organizar e elevar o nível de consciência da juventude, na necessidade de ampliar e fortalecer, em conjunto com os partidos e as organizações da sociedade civil, a batalha antineoliberal dentro de cada país.

\* membros da Direção da UJS

## MOVIMENTO

# A luta do povo paranaense contra a venda da Copel

CARLOS ROBERTO BITTENCOURT\*

A Companhia Paranaense de Energia Elétrica (Copel) foi um enorme investimento feito pelo povo do Paraná para atender à demanda crescente de energia elétrica, a partir da década de 1950. A estrutura privada que então atuava no setor energético não investia adequadamente, o que fez o Estado assumir suas rédeas para reverter o quadro de precariedade no atendimento.

A Copel diversificou sua atuação, verticalizando-se. Tem 18 usinas em operação e um total de 4.545 megawatts, 6.500 km de linhas de transmissão e 151.000 km de linhas de distribuição. Para construir as instalações que se encontram em operação, seriam necessários investimentos superiores a 10 bilhões de dólares. Ainda, a Copel detém no setor de telecomunicações 45% das ações da Sercomtel e um anel de fibras óticas que cobre todo o Paraná.

Só na última década, a Copel construiu e colocou em operação duas usinas de grande porte e realizou investimentos superiores a 5 bilhões de dólares. A Copel tem cerca de 2,9 milhões de consumidores, sendo 78,4% residenciais, 10,2% da área rural e 8,6% do setor comercial. Seu quadro de pessoal é de 5.925 empregados, numa relação de 489 consumidores por empregado, número muito acima da média nacional e internacional.

O valor da Copel não está apenas em seus números, mas na qualidade dos serviços. De fato, pesquisas da Aneel e da Abradee apontam a empresa com o maior índice de satisfação dos consumidores dentre as demais empresas distribuidoras de grande porte do país.

A Copel lucrou no ano passado 430 milhões de reais e fez investimentos em valores equivalentes. Vendê-la, portanto, é ato contra os interesses dos paranaenses.

Com a determinação de defender o principal patrimônio público do Estado, uma dúzia de en-

tidades fundaram, no início deste ano, o Fórum Contra a Venda da Copel. Agora são mais de 400 instituições representantes da sociedade civil a discordar de um governador que trata com indiferença a manifestação do desejo popular.

Defender a Copel como empresa pública tem sido o grande desafio da população paranaense, num movimento que suplanta até mesmo o que defendeu as eleições diretas à presidência da República, em 1984. Prova disso foi a culminância de um trabalho feito em cada região do Paraná, com a apresentação do primeiro projeto de lei estadual de iniciativa popular do Brasil. O projeto revogaria a lei que dava direito ao governador Jaime Lerner de vender a Copel.

Não foi pouco o que conseguimos em 25 dias. Obtivemos 138.700 assinaturas de eleitores, número significativo se calcularmos que com apenas 63 mil nomes teríamos assegurado o direito regulamentar de propor o projeto de lei.

Nunca antes na história do Paraná foi possível reunir tanta gente diferente ao mesmo tempo. O movimento contra a venda da Copel teve a participação da CUT, da Força Sindical, do MST, da Fetaep, entidade dos trabalhadores rurais e os agricultores familiares; e da Faep, dos médios e grandes agricultores, por exemplo.

Por sua vez, tanto católicos, evangélicos e pentecostais fizeram questão de assumir publicamente sua contrariedade diante da iminência da privatização da Copel. No domingo que antecedeu a votação do projeto de lei de iniciativa popular, milhares de pessoas compareceram à Catedral Metropolitana de Curitiba para fazer um laço de solidariedade em defesa do maior patrimônio público paranaense.

Não é à-toa que há tanta mobilização. A Copel traz investimentos do capital privado e gera lucros que vão sair do Paraná e do Brasil. E não se sabe o que é pior, mas o número de demissões será alto, o corpo técnico da Copel terá



Bittencourt: defesa da autonomia no setor energético

profissionais estrangeiros e desmerecerá a excelência, por exemplo, da nossa própria engenharia.

A luta em defesa da Copel tem agora uma representação que vai além do objeto em questão. O povo do Paraná guardará os dias 14 e 15 de agosto como momentos históricos do sindicalismo e da política paranaense, quando centenas de pessoas não arredaram o pé da Assembléia Legislativa, na sessão mais longa já realizada naquela Casa.

Com duração de 22 horas e suspensão por cinco dias, os deputados governistas tiveram que suportar a resistência dos demais parlamentares posicionados a favor do povo e de todos os que lotavam as galerias e os corredores da Assembléia Legislativa.

Naquela votação, foi apresentado o projeto de lei do deputado Braz Palma, que propunha que fosse adiado por 90 dias o processo de venda da Copel. Face ao empate de 26 a 26 votos, o projeto foi reprovado com o voto de Minerva do presidente da Assembléia, deputado Hermas Brandão.

Na manhã de 15 de agosto, foi providencial a ocupação pelos estudantes da Assembléia Legislativa. Durante cinco horas, os deputados de oposição e lideranças tentaram negociar com a direção da Casa a participação deles nas galerias. Já que o presidente não dava acesso a

ninguém, nem mesmo com as galerias vazias, não houve saída senão entrar com tudo e demonstrar, pela irreverência, o desagrado diante da falta de democracia, do excesso de autoritarismo, do gesto perverso de preferir o arbítrio, a indiferença ao anseio popular.

De quem é a Assembléia Legislativa? Não é do povo? Então, foi legítima a entrada no prédio. Com muita coragem, a União Paranaense dos Estudantes (UPE) e a União Paranaense dos Estudantes Secundaristas (Upes) mobilizaram alunos que vieram de muitas cidades, determinados, entre outros objetivos, a expressar repúdio pela política excludente de Jaime Lerner.

Os estudantes permaneceram nas dependências da Assembléia Legislativa até o dia seguinte. Por mais que o governo tenha propalado a ocorrência de depredação, os estragos foram irrisórios perto do que poderá acontecer com o estrago da venda da Copel. É verdade. Não foi possível evitar a revolta frente ao acinte dos parlamentares governistas. Não teve outro jeito.

Na semana seguinte, com a retomada dos trabalhos parlamentares, mais de 3 mil pessoas lotaram os pátios do Centro Cívico. O presidente da Assembléia Legislativa, Hermas Brandão, garantiu que as galerias seriam divididas

entre os prós e os contras, o que não ocorreu. O presidente, já evidentemente posicionado no grupo lernista, proibiu o acesso aos que defendem a manutenção da Copel como empresa pública.

A votação do primeiro projeto de lei de iniciativa popular da história paranaense e do país terminou dez minutos antes da meia-noite de 20 de agosto, resultando em 27 votos a 26, com a vitória dos governistas. Hermas Brandão foi lacônico, seco. "O projeto de lei está arquivado", disse. Para ele, estava terminado o problema. Antes, votara com o grupo de Lerner em todas as questões de encaminhamento. Uma lástima.

O debate sobre a Copel motivou tanto a mídia como o cidadão que quase nunca lê jornal. Participou-se de debates no ambiente de trabalho, em casa, nos pontos de ônibus, nas paróquias, nos clubes, nos bairros. Talvez, também de modo inédito, milhares de pessoas acompanharam o processo de votação pelo rádio, atentas, preocupadas e interessadas em que o destino da economia paranaense fosse o melhor.

Apesar de tudo, os 27 deputados da base aliada do governador votaram e derrubaram o projeto de lei popular, contrariando a vontade dos mais de 90% da população.

Os deputados de oposição, por sua vez, em conjunto com o Fórum Popular Contra a Venda da Copel, passaram a trabalhar pela anulação da sessão fatídica da Assembléia Legislativa, por várias falhas regulamentares de encaminhamento. Também se empenham para dar viabilidade a um plebiscito que referende a vontade da maioria de manter a Copel como empresa pública.

Por fim, o governador Jaime Lerner e seus aliados nos deixam mais uma tarefa: a de afastá-los para sempre do poder público.

\*presidente do Sindicato dos Engenheiros do Paraná (Senge-PR)

## CNTE convoca 28º Congresso

Na primeira quinzena de janeiro de 2002 será realizado na cidade de Blumenau (SC) o Congresso da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE).

Nesse Congresso a CNTE elegerá sua nova direção e o plano de luta da Confederação.

A CNTE é a maior confederação da estrutura da CUT, repre-

sentando 2,5 milhões de trabalhadores em educação do setor público do ensino fundamental e médio.

Dos 17 membros da atual direção executiva da entidade, os comunistas ocupam duas secretarias (a sindical e a de assuntos educacionais). O objetivo dos comunistas nesse congresso será ampliar a sua presença na executiva.

Das 27 entidades que compõem a CNTE, os militantes do PCdoB estão presentes em 18. Quando se iniciou a atual gestão, os comunistas participavam de quatro direções e mais que triplicando sua participação nos últimos três anos.

As eleições dos delegados ao Congresso ocorrem neste período de setembro a novembro de 2001.

No dia 3 de outubro ocorrerá a marcha da educação em Brasília para protestar contra a política nefasta do governo FHC e seu ministro.

Contatos com: Rui Oliveira (Bahia, fone: 71 9988-9439); Júlio César (Brasília, fone: 61 9323-8556); Antonieta Araújo (Pernambuco, fone: 81 9182-0830); e Raquel Guisoni (São Paulo, fone: 11 9764-9716).

## Câmara aprova duplo emprego na área de saúde

O Plenário da Câmara dos Deputados aprovou, por 391 votos a favor, 2 abstenções e nenhum voto contra, a Proposta de Emenda Constitucional nº 308, que permite a profissionais da área de saúde – que exerçam a atividade regulamentada – acumular dois empregos no serviço público.

A aprovação beneficia enfermeiros, técnicos e auxiliares de

enfermagem, psicólogos, odontólogos, assistentes sociais, fonoaudiólogos, biólogos, bioquímicos, farmacêuticos, veterinários, engenheiros sanitaristas, nutricionistas, entre outros. Pela Constituição, só podiam acumular dois empregos públicos professores e médicos.

Além disso, a proposta amplia a oferta de profissionais no mercado de trabalho, especial-

mente em nível municipal onde o número atual é insuficiente para atender a demanda existente.

A PEC, de autoria da deputada federal Jandira Feghali (PCdoB/RJ) tramitava na Câmara desde 1996. Para a deputada, a proposta irá gerar profundas mudanças na administração pública, favorecendo as pessoas que realmente necessitam do

SUS. "A matéria representa a garantia de atendimento à população, que carece de assistência além do fim das pressões que os profissionais da área vêm sofrendo por parte dos governos estaduais e municipais", diz. Por se tratar de Emenda Constitucional, o texto ainda precisa passar por outra votação na Câmara para depois seguir para o Senado.

## Minas debate um novo mundo

O Fórum Social, promovido pelo Comitê Mineiro, teve como eixo Produção de Riquezas e Reprodução Social-Minas Por Um Outro Mundo. Foi um evento importante, desdobramento do Fórum Social Mundial/2001 e preparação para o Fórum Social Mundial/2002.

Inscreveram-se cerca de 1200 pessoas da capital e do interior de Minas. Foram organizadas oficinas sobre direito do consumidor, juventude e movimento estudantil; 22 anos de anistia; resgate da memória e contemporaneidade da luta contra a repressão (onde foi abordada por Gilse Cosenza a Guerrilha do Araguaia); a questão da criança e do adolescente (o adolescente em conflito com a lei, violência contra crianças e adolescentes e sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente). A passeata de encerramento do Fórum Social cobriu as bandeiras do PCdoB cobriram de vermelho as ruas de Belo Horizonte.

## MOVIMENTO

# Intensificar as denúncias ao acordo de Alcântara

O que era para ser mais um gesto de submissão entre os muitos do governo Fernando Henrique Cardoso, transformou-se numa cruzada em defesa da soberania brasileira. O Acordo de Alcântara, assinado na calada da noite entre os governos brasileiro e o norte-americano, recebe críticas de todos os lados por causa de seus termos francamente contrários à soberania brasileira e prejudiciais ao desenvolvimento espacial brasileiro. Recebeu parecer contrário do relator da matéria na Comissão de Relações Exteriores da Câmara, deputado federal Waldir Pires (PT/BA). A deputada federal Socorro Gomes (PCdoB/PA), uma das maiores críticas do Acordo, comenta a situação em entrevista para **A Classe**.

**Classe Operária: O que existe de lesivo à soberania nacional nesse acordo?**

**Socorro Gomes:** É um acordo totalmente nocivo ao país. Do começo ao fim, todas as suas cláusulas são contra o Brasil. A pretexto de impedir o acesso à tecnologia norte-americana, o texto proíbe o Brasil de comercializar na área espacial com países que não sejam membros do Regime de Controle de Mísseis, como a China, por exemplo. Segundo este acordo, o Brasil não pode comercializar com países vítimas de sanções do Conselho de Segurança da ONU, nem fazer lançamentos para países que tenham dado

apoio a atos de terrorismo "a juízo de qualquer das partes". Ou seja, para os norte-americanos vetarem acordos espaciais brasileiros com algum país, basta acusá-lo de terrorista. Eles já fazem isso com Cuba, Líbia, Iraque, Síria, Coréia do Norte, entre outros, usando os critérios mais absurdos. Isso não é instrumento de proteção da tecnologia norte-americana, é interferência direta nas relações externas brasileiras. É uma agressão absolutamente inaceitável à nossa soberania. Símbolo das humilhações que constam nesse acordo, há uma proibição de utilização dos recursos do aluguel da Base em tecnologia espacial, proibindo sua utilização na construção do Veículo Lançador de Satélites brasileiro, objetivo que perseguimos há décadas.

**Classe: O resto é proteção à tecnologia norte-americana?**

**Socorro:** Não. O resto escondendo outros objetivos políticos estratégicos, dada a crescente militarização norte-americana, o Plano Colômbia e o retorno da Guerra nas Estrelas. Pelo acordo, os "containers" de equipamentos chegam lacrados ao Brasil e não podem ser inspecionados enquanto permanecerem em território brasileiro! Prevalendo o acordo, não saberemos portanto se lançarão satélites de uso comercial ou militar, ou ainda satélites espíões, quem sabe contra alguma nação

amiga. O acordo ainda garante áreas absolutamente restritas aos Estados Unidos na Base. Ou seja, se alguma autoridade do governo brasileiro quiser entrar, o fará só, e somente só, com os crachás de acesso que são emitidos pelo governo dos Estados Unidos da América, mesmo estando em território brasileiro! Ora, os americanos terão acesso exclusivo às áreas essenciais da Base, não são vitoriosos na alfândega, podendo lançar o que quiserem. Em caso de acidente, o acordo é absolutamente claro e explícito, ainda que em território brasileiro, o Brasil fica proibido de pesquisar, filmar, fotografar ou recolher os detritos.

**Classe: O ministro da Ciência e Tecnologia, Ronaldo Sardenberg, alega que esses acordos são uma praxe internacional...**

**Socorro:** O relatório do deputado Waldir Pires demonstra que isso não é verdade. Não há paralelo entre o acordo de Alcântara e os demais assinados por outros países que têm bases de lançamento.

**Classe: O relatório é positivo ou falta alguma coisa?**

**Socorro:** O relatório, que dá parecer contrário a este acordo, é preciso. Chama a atenção ainda para a clara intenção norte-americana de impedir a construção de nosso Veículo Lançador. Com base no texto do Acordo e outros a-



**Socorro: defesa da soberania**

justes complementares ao Acordo Quadro de Cooperação Espacial, comprometendo mais de 50% dos recursos destinados ao desenvolvimento espacial que serão aplicados na Estação Espacial Internacional em claro detrimento de nosso VLS. Pires diz claramente que o que querem os norte-americanos é colocar a Política Espacial Brasileira na órbita dos interesses estratégicos norte-americanos. Talvez eu acrescentasse como indício importante a instalação de bases americanas na Argentina, a presença na Colômbia, a cobiça crescente na Amazônia e a intenção de controlar Alcântara como parte de um plano de fortalecimento geo-

político dos Estados Unidos na América Latina, dentro da estratégia de neocolonização. A reação ao acordo de Alcântara foi grande, mas ele ainda pode ser aprovado.

**Classe: O que você está propondo para a continuidade da luta contra a sua aprovação?**

**Socorro:** Intensificar as denúncias ao acordo de Alcântara. É preciso dizer que a situação atual é fruto das denúncias que fizeram vários brasileiros, comprometidos com a nossa soberania, com o nosso desenvolvimento científico e tecnológico. Foi necessário a Bancada do PCdoB dar entrada em um Mandado de Segurança no Supremo para que o governo enviasse o Acordo ao Congresso. Então acredito que esse deve continuar sendo o caminho. Mostrar ao povo brasileiro, à nossa intelectualidade, nas escolas e universidades e entre os trabalhadores o quanto esse Acordo é nocivo à soberania brasileira. É um atentado ao futuro da tecnologia brasileira e um dado revelador, por um lado, dos objetivos mercenários, perniciosos e imperialistas dos Estados Unidos em relação ao Brasil, e por outro, da postura submissa, entreguista e antipatriótica do governo de Fernando Henrique Cardoso. Para nós, para os defensores do Brasil, é absolutamente inadmissível que o Congresso brasileiro aprove um acordo tão aviltante quanto este.

## Comunistas discutem atuação no movimento popular

Nos dias 21 e 22 de agosto, o Instituto Maurício Grabois, em São Paulo, foi palco do "Seminário Nacional dos Movimentos Sociais e Populares", onde estiveram presentes 50 comunistas de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia, Pará, Pernambuco, Goiás, Rio Grande do Sul, Ceará e Distrito Federal. Além de membros do Comitê Central do Partido e representantes de destacadas lideranças partidárias dos diversos movimentos, participaram dirigentes estaduais e municipais, vereadores e deputados estaduais. O evento contou, ainda, com a presença do camarada Batista, secretário sindical Nacional e do camarada Renato Rabelo, vice-presidente do PCdoB.

O Seminário foi aberto por Vital Nolasco, do secretariado do PCdoB, que fez uma análise da situação sócio-econômica do país e uma síntese do projeto político do Partido. Ele destacou a crescente dependência do país em relação ao capital financeiro internacional, o que vem a comprometer sobremaneira o nosso futuro, aumentando o desemprego, causando subempregos e dificultando o acesso da população a direitos e serviços como saúde, educação, moradia, saneamento básico etc. Vital Nolasco exemplificou a dramaticidade em que vive o povo brasileiro, apresentando os seguintes números: 16,4% dos trabalhadores recebem até um salário mínimo; 40% da população não têm qualquer tipo de

rendimento; 20% das famílias sobrevivem com um rendimento mensal de R\$ 125,00; e somente 43,6% das residências são atendidas pela rede coletora de esgoto. Vital destacou que 82% dos brasileiros nunca participaram de qualquer tipo de mobilização ou abaixo assinado. Finalmente, ressaltou que o rompimento com o projeto neoliberal é uma necessidade, pois sua continuidade provocaria o agravamento dessa situação e o Brasil veria, por fim, ameaçada sua existência como nação soberana.

Liège Rocha, presidente da União Brasileira de Mulheres, apresentou o tema "O Movimento Social e Popular e o PCdoB". Ela destacou a necessidade de se fazer um investimento maior nas organizações de base, para elevar o nível da militância, providência imprescindível para a compreensão melhor do papel dos movimentos sociais e populares, ONGs e espaços institucionais. Somente assim, segundo ela, será alcançado um nível mais elaborado e politizado de intervenção, que possibilitará traçar linhas de ação mais específicas para cada frente. Falou também da importância do conhecimento da realidade brasileira e da atuação no curso do movimento real e chamou a atenção para a necessidade de envolver todo o Partido nesse debate, fazendo a relação do movimento social com o projeto político, buscando bandeiras que unifiquem e mobilizem o conjunto dos movimentos.

Renato Rabelo, vice-presi-



**Comunistas realizam Seminário Nacional dos Movimentos Sociais e Populares**

dente do Partido, reafirmou a necessidade do rompimento com o projeto neoliberal e a conquista de um governo de salvação nacional, como pressuposto para abrir caminho para a conquista do socialismo. Para ele, a atuação dos comunistas deve visar a politização do movimento social, superando o nível das reivindicações imediatas. Rabelo chamou a atenção para o fato de que a atuação do Partido em todas as frentes, seja no movimento popular, seja na frente sindical e parlamentar, deve estar a serviço do projeto do Partido, cuja força motriz é o proletariado, entendendo com tal todo aquele que para sobreviver precisa vender sua força de trabalho. Terminou sua explanação enfatizando a importância da mobilização partidária em torno do debate das teses do X Congresso, bem como da realiza-

ção das conferências nos diversos níveis, começando pelas assembleias de base.

### Conclusões

Mais de 80% da população vive na zona urbana, nível em que, a cada dia, surgem não só novas reivindicações e demandas, como também variadas formas de organização e de movimentos. O movimento comunista historicamente vem elaborando sobre a questão sindical, a atuação parlamentar e, ainda, sobre a questão feminista. No entanto, existe pouca elaboração sobre a questão ambiental, étnica-racial e dos direitos humanos. Faz-se necessário que o Partido se debruce sobre esses temas e, para viabilizar essa intenção, foi sugerido que, imediatamente após o término do Congresso, sejam realiza-

dos seminários específicos.

A atuação no movimento popular deve objetivar a politização e mostrar ao povo as limitações da luta reivindicatória e específica, não para deixá-las de lado, mas sim para melhor embasá-las. Tal cuidado deve-se ao fato de que, cada dia mais, o capitalismo vem se tornando mais excludente e antidemocrático. Por essa razão, o povo somente terá seus reais interesses assegurados com a transformação social, que também impulsionará o Partido ao cumprimento do seu verdadeiro papel de vanguarda.

O PCdoB necessita ter muito mais vereadores, deputados e ampliar sua atuação no Poder Executivo. Esses espaços devem servir ao projeto político do Partido e sua atuação deve priorizar a mobilização e politização dos trabalhadores e dos setores populares.

## MOVIMENTO

# Araguaia: a História ocupa seu lugar

MYRIAN LUIZ ALVES E  
LUIZ CARLOS ANTERO

**L**onge da proscrição mantida pela ditadura, a Guerrilha do Araguaia desperta interesse público crescente. Foi o que ocorreu a partir da instalação – pela primeira vez após a conflagração – de um Grupo de Trabalho específico sobre a guerrilha, vinculado à Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, e quando o Ministério Público Federal, numa ação articulada de quatro procuradores (de São Paulo, Brasília e Pará), foi ao Sul do Pará no início de julho para colher novos depoimentos dos moradores que – direta ou indiretamente – protagonizaram os acontecimentos.

Os novos fatos mostraram que o transcurso do tempo valoriza seu dom de atualização – meio mágico, meio trágico –, alumando o passado e lançando luzes sobre as vidas que tombaram ou foram duramente maltratadas naquele pedaço de Brasil conflagrado – na confluência do Pará, Goiás e Maranhão. A Guerrilha foi combatida para que as multinacionais e a grilagem de terras, ao lado de uma falsa reforma agrária, ganhassem uma das regiões mais ricas do planeta. Os guerrilheiros teriam que ser eliminados como parte da inglória meta de destruição do pensamento nacional.

O ponto de partida para a formação do GT (composto pelos deputados Luiz Eduardo Greenhalgh, Aldo Arantes, Socorro Gomes, Agnelo Queiroz e De Velasco) foi uma reportagem publicada no *Jornal do Brasil* no dia 31 de março, na qual foi realçada a dificuldade de acesso do cineasta Ronaldo Duque, que dirige um filme sobre o tema, aos arquivos do Exército. Os percalços de Duque motivaram nova abordagem com personagens que contribuíram de algum modo na guerra suja promovida contra o povo e combatentes do PCdoB.

Greenhalgh, advogado de 22 familiares de desaparecidos no Araguaia, requereu os depoimentos do coronel-aviador da reserva Pedro Corrêa Cabral; do ex-major Sebastião de Moura, o estranho e truculento Sebastião Curió, hoje prefeito de Curionópolis (PA); e do general Luiz Cesário, chefe do Centro de Comunicação do Exército (Comcex).

Cabral, o único a aceitar o convite encaminhado pela CDH, reafirmou as declarações prestadas à imprensa em 1996: Curió seqüestrava prisioneiros sob o argumento de que os levaria à mata para localizar depósitos de remédios e mantimentos. Retornava sem eles. Autor de *Xambioá – novela baseada em fatos reais*, discorreu sobre o “desaparecimento” de guerrilheiros presos na Casa Azul – base militar em Marabá (PA) –, uma certa “operação limpeza”, que promovia a queimada de corpos removidos da mata para a Serra das Andorinhas (PA).

Este evento teve Curió como principal responsável e mostrou o exacerbado temor institucional gerado pela guerrilha e pelos guerrilheiros. Reafirmando a cultura das elites brasileiras, a “comunidade de informações” tratava de apagar vestígios da guerra, de

modo que nem mesmo os restos mortais dos guerrilheiros fossem localizados, mediante o mesmo procedimento adotado em relação à Guerra de Canudos, quilombos e inúmeros outros episódios heróicos de nossa História.

## Convenção de Genebra

Cabral, piloto da Força Aérea Brasileira, afirma que, no início de 1975, carregou, enfrentando o odor à base de lenços embebidos em perfume e colados ao nariz, cadáveres ainda em decomposição. Ele denunciou a violação à Convenção de Genebra (sobre o tratamento aos prisioneiros de guerra) na Guerrilha do Araguaia. E se ofereceu para identificar o cemitério dos guerrilheiros.

Os depoimentos colhidos pelos procuradores do Ministério Público Federal junto aos moradores da área do conflito, em julho do ano em curso, reafirmaram com mais detalhes o cruel tratamento oferecido à população local e mais revelações sobre as perversas circunstâncias em que tombaram os guerrilheiros. Confirmam e sedimentam os relatos de Ângelo Arroio, Osvaldo Orlando Costa, o Osvaldão, e de outros combatentes; as versões colhidas pela caravana de familiares que visitou a região em 1980, depois da qual o jornalista e advogado Paulo Fonteles produziu circunstanciado relatório para a OAB – entidade que representava oficialmente na ocasião, antes de ser assassinado, em 1985; uma nova incursão, de 1991, e uma outra, de 1996, que incluiu uma equipe de antropólogos forenses argentinos que iria identificar ossadas de guerrilheiros.

A recentíssima descoberta pelo Ministério Público de uma casa em Marabá, mantida pela “comunidade de informações” que coordenou o combate à guerrilha, trouxe à tona também os subterrâneos de uma ação que nunca deixou de existir mesmo com o final da ditadura. Foram divulgados documentos que atualizam os inimigos (incluindo como “forças adversas” movimentos sociais como o MST) e admitem “ferir os direitos dos cidadãos” na pretensa missão de manter a “ordem interna”.

FHC tentou isolar as ações: “Não se pode confundir a instituição com ações de uma minoria. Nenhum governo do mundo consegue controlar todos os atos de seu Exército”.

Uma cartilha básica exhibe o teor dos cursos realizados na preparação de agentes. Uma investigação dos procuradores terminou unindo este acontecimento à contemporânea persistência dos velhos problemas estruturais e às ações da sociedade voltadas para a sua superação.

## Falso passarinho

Um símbolo remanescente dessa “comunidade de informações”, Sebastião Curió recusou três vezes o convite de Greenhalgh. Diz que é o comandante do Exército Brasileiro o responsável sobre quaisquer esclarecimentos relativos à Guerrilha do Araguaia. E o general Luiz Cesário se apóia na controvertida lei de arquivos, formulada em 1991, pe-

ríodo em que alguns departamentos de ordem política e social (-DOPS) começam a ceder às pressões políticas de familiares e abrem (pelo menos algumas informações) às pesquisas de seus documentos, com referências em geral aos guerrilheiros urbanos. Sobre o Araguaia, apenas informações indiretas, quase nada.

Em entrevista de 1981 a Paulo Fonteles, frei Gil Vila Nova, então decano dos dominicanos nos sertões do Araguaia, dizia que “Curió é um passarinho muito safado, que andava cantando muito, enganando outros passarinhos”. O Estado brasileiro proporcionou e ainda proporciona a um elemento – sobre o qual pairam hediondas acusações – uma região inteira para reinar, batizando até uma cidade (Curionópolis) em sua homenagem.

## “Paulistas” e “mineiros”

A Guerrilha do Araguaia efetivamente registra um dos principais movimentos de luta pela liberdade e de resistência aos arranjos fascistas. E ameahou o respeito do inimigo. “O mais importante movimento do Brasil rural”, dizia o general Hugo Abreu. Mesmo Curió admitiu: “Tiro o meu chapéu pela tenacidade e dedicação desse pessoal”.

O PCdoB empreendeu o caminho da luta armada em pleno regime militar, ainda como esforço de resistência, demarcando, desde os anos 60, o terreno reconhecido pelo jornalista Fernando Portela no livro *Guerra de Guerrilhas*. Referindo-se, em 1972, ao conflito armado na região do Araguaia, ele falava de uma Guerrilha organizada com “o maior capricho”.

A confluência do Araguaia foi o palco principal para a convivência com a população. Militantes envolvidos em inquéritos geralmente mudavam seus nomes, outros não. Assim, o comandante Maurício Grabois, líder da banca comunista na Constituinte de 1946, por exemplo, era o velho Mário; o operário Líbero Giancarlo Castiglia era o Joca; João Carlos Hass era o Juca; Osvaldo Orlando Costa era Osvaldão mesmo.

Os depoimentos mostram o apoio firme dos moradores aos guerrilheiros, todos estimados pela população local. Para cortar as fontes de apoio à guerrilha, ao tempo que atacava o Partido nas cidades, a “comunidade de informações” orientou a prisão, tortura, desaparecimentos, destruição de roças e de casas de centenas de moradores. Os que forneciam qualquer ajuda aos “paulistas” ou “mineiros” foram perseguidos, torturados, assassinados ou levados à loucura.

## Lendas e contendas

Mais de 30 guerrilheiros foram capturados vivos, mas são 59 os desaparecidos e 19 os camponeses que tiveram o mesmo fim. Dinalva Oliveira Teixeira, a Dina da Guerrilha, estava em adiantado estado de gravidez ao ser presa, em 1974. Foi vista pelo coronel Cabral na Casa Azul – um dos principais centros de tortura de camponeses na época, conforme apuraram agora os procuradores



Doca (agachado): guerrilheiro

do MPF.

Dina foi vice-comandante do Destacamento C e os moradores dizem que teria sido conduzida a Brasília. Garimpeiros dizem que Curió tinha “gana” da Dina até mesmo pelo temor que gerava nos militares – muitos choravam para não entrar na mata. Geóloga formada pela Universidade Federal da Bahia trabalhou com seu marido (morto em 1972 também na guerrilha, e ainda desaparecido) Antônio Carlos Monteiro Teixeira no Ministério das Minas e Energia, no Rio de Janeiro.

Na região desde 1970, auxiliava os moradores como parteira e professora. Na guerrilha, porém, era uma exímia atiradora, temida, responsável pela captura e libertação de soldados. Dina, como Osvaldão, é personagem de lendas no sul do Pará. Ela vira passarinho, e ele, geralmente se transforma em tronco de árvore para se esconder. Os garimpeiros dizem hoje que ela teria descoberto uma mina de diamantes em Oito Barracas – próximo a Marabá –, local onde teria sido enterrada também a militante Helenira Rezende, vice-presidente da UNE em 1968. Presa, ferida com um tiro na coxa, Helenira, a *Fátima*, resistiu, disparando no quepe do comandante e foi assassinada sob tortura em 1972.

Osvaldão, mineiro de Passa Quatro, negro de dois metros de altura, foi do Centro Preparatório de Oficiais da Reserva (COPOR), formado em engenharia de minas na Tchecoslováquia, país em que ficou conhecido por sua simplicidade, inteligência e vigor físico. Entendia, diz o guerrilheiro sobrevivente Zezinho, de pedras preciosas como ninguém. Foi assassinado no final da guerrilha com um tiro disparado pelas costas. O guia (“bate pau”) conhecido como Arlindo Piauí o alvejou quando comia macaxeira sentado num tronco caído – numa capoeira próxima à localidade Palestina. Segundo o dossiê Araguaia, publicado em 1996 pelo jornal *O Globo*, Osvaldão chegou ao Araguaia em 1966, após ter passado pelo garimpo de Diamantina (BA), e uma delegação de militares chegou à região. Dois deles até hoje não foram identificados como

seus filhos, e o terceiro teria sido levado pelos militares.

Lúcia Maria de Souza, Sônia – parteira habilidosa – metralhada nas pernas numa emboscada na Grota da Borracheira, quando saía da mata para casa, antes disparou dois tiros, atingindo no rosto o major Curió. O outro tiro atingiu um outro “doutor” da “comunidade de informações”. Morreu sorrindo diante do interrogatório inútil.

## O resgate

Diante dessa e de muitas outras narrativas, o GT prepara-se para uma nova busca dos corpos de guerrilheiros enterrados no Araguaia. Durante sessão conjunta da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e Comissão de Direitos Humanos, na primeira semana de setembro, o ministro da Defesa, Geraldo Quintão, admitiu um apoio material com helicópteros da Força Aérea nas pesquisas.

A única identificação positiva até o momento é a da paulista Maria Lúcia Petit, morta em 1972, resgatada do cemitério de Xambioá em 1991 e reconhecida em 1996. Está na USP a ossada de um homem mais velho, com os traços de Francisco Chaves, o “Preto Chaves”, de longa trajetória de lutas e companheiro de prisão de Graciliano Ramos. A pedido do deputado Aldo Rebelo (PCdoB/SP), a Marinha cedeu as fichas que podem facilitar sua identificação.

Há uma ossada que aguarda análise há cinco anos na superintendência da Polícia Federal, em Brasília. Os indícios apontam para o primeiro comandante assassinado da guerrilha, o médico gaúcho João Carlos Haas Sobrinho, o Juca, pelas evidências físicas e testemunhos sobre sua vida e morte. João Carlos, conhecido e estimado pelos moradores da região, foi fundador de um pequeno hospital em Porto Franco (hoje Tocantinópolis/TO). Formado em Medicina pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em 1964, especializou-se em cirurgia cardiovascular, em Londres, era da Comissão Militar da Guerrilha e teria sido caso único de um guerrilheiro velado pela população – fato que não pôde ser evitado pela repressão militar.

Um documento do Corpo de Fuzileiros Navais revelou outros procedimentos: “(a) Os prisioneiros de guerra deverão ser encaminhados imediatamente ao S-2 e em seguida ao PC da Brigada; (b) os prisioneiros de guerra falecidos deverão ser sepultados em cemitérios escolhidos e comunicados. Deverão ser tomados elementos de identificação (impressões digitais e fotografias)”.

Nessa linha, um guerrilheiro acerca do qual se saiba as circunstâncias de sua morte poderia ser localizado. É o caso, por exemplo, de Kleber Lemos da Silva, o Carlito, que foi preso em junho de 1972 e, após três dias de tortura, foi metralhado quando, alegam seus algozes, tentava fugir em Abóbora. Como nada há de glorioso em ações desse gênero, acredita-se que algo acontecerá para remir a História do Brasil.

## INTERNACIONAL

# Sobre o terrorismo e a “novíssima ordem”

JOSÉ REINALDO CARVALHO\*

O Partido Comunista do Brasil publicou, no dia mesmo em que ocorreram as ações terroristas nos Estados Unidos, nota expressando veemente repúdio e manifestando a profunda consternação dos comunistas brasileiros pelas numerosas perdas humanas. Em todas as latitudes, os partidos comunistas se manifestaram no mesmo sentido, em uníssono com as vozes que se levantam contra a barbárie e o terror transformados em método de ação política.

Por princípio, os comunistas rejeitam o terrorismo como forma de luta. A ninguém favorece, a não ser ao inimigo da democracia e dos direitos dos povos. A ética humanista e revolucionária dos que lutamos por uma sociedade socialista deplora e condena formas de luta que atentam contra a população civil, semeiam o pânico e o horror e destroem bens materiais. A revolução social e a construção da nova sociedade serão obra consciente das amplas massas po-

pulares, fruto da experiência, da organização e da força política acumuladas. Os revolucionários não têm inimigos difusos. Travam uma luta política de classe – a dos trabalhadores – contra o sistema capitalista-imperialista da classe antagonista – a dos burgueses.

Patriotas e internacionalistas, admiramos todos os povos e nações, com os quais estamos e estaremos ligados por laços de fraternidade no combate à espoliação levada a efeito pelo imperialismo. Estimamos e admiramos o povo norte-americano, de espírito pioneiro e empreendedor, fundador desde a sua revolução de há mais de dois séculos, de valores democráticos, o que aumenta a nossa repulsa diante das dantescas cenas de destruição em Nova Iorque. Igualmente, sensibiliza-nos o estado em que se encontram os nossos compatriotas residentes nos EUA, alguns dos quais desaparecidos, em decorrência do ataque ao World Trade Center.

Os nefastos acontecimentos de 11 de setembro desnudaram a



Bombeiro socorre vítima do atentado terrorista em Nova Iorque

natureza da atual situação internacional, tensa, insegura e ameaçadora à paz, ao bem-estar, aos direitos humanos, à soberania das nações. A chamada globalização neoliberal levou a extremos a iniquidade social, a espoliação impe-

rialista sobre os povos das nações dependentes. A ordem política de hegemonia unipolar da superpotência norte-americana, baseada na sua influência diplomática e no poderio militar e nuclear, é fator de permanente instabilidade e coloca em risco a soberania das nações que não se curvem ao seu ditame.

É legítima a reivindicação da sociedade estadunidense de punição exemplar aos mentores e autores do bárbaro crime de 11 de setembro. É legítimo o seu direito de proteger-se do terrorismo, salvaguardar a vida humana, o território de seu país, o patrimônio público, a tranquilidade para trabalhar e viver em paz. O governo dos Estados Unidos dispõe de suficientes recursos financeiros e tecnológicos para proteger seu território, suas propriedades, a segurança pública e a vida dos seus cidadãos. O orçamento dos EUA destina 30 bilhões de dólares anuais para a atividade do FBI e da CIA. O governo disporá agora de verbas suplementares para essa estrita finalidade.

Mas não é este o enfoque da reação do governo norte-americano.

A Administração Bush proclamou o começo da “primeira guerra do século 21”. Para enfrentá-la e vencê-la, pretende formar uma ampla coalizão internacional hegemônica pelos EUA. Ameaça destruir os Estados nacionais que considere terroristas, ou que, segundo a CIA e o Pentágono, abriguem terro-

ristas, aludindo a um amplo espectro de nações que cobrem uma imensa área geográfica que vai do norte da África, passa pelo Oriente Médio, Eurásia e vai até o extremo oriente. No plano interno, o governo estimula a histeria, semeia o ódio, a xenofobia e a perseguição aos genericamente denominados muçulmanos. O presidente norte-americano proclamou, seguindo o exemplo do seu pai, a “novíssima ordem”, na qual quem não está com os EUA é considerado inimigo e merece ser destruído. No momento em que estas notas estão sendo redigidas, o governo e o Congresso norte-americanos discutem os termos de uma declaração de guerra, a mobilização das frotas navais, da aviação e de 50.000 reservistas.

Trata-se de grave ameaça à paz mundial e à segurança de todos os povos e nações. A solidariedade com o povo norte-americano e a justa repulsa ao atentado não devem paralisar a luta dos povos contra os planos hegemônicos do imperialismo norte-americano. Os terroristas que atiraram aviões civis repletos de passageiros contra o World Trade Center e o Pentágono deram aos EUA o pretexto de que necessitavam para intensificar a aplicação dos seus tenebrosos planos de domínio da humanidade.

Durante o século XX, a humanidade protagonizou grandes avanços de civilização, entre eles os alcançados em decorrência das revoluções socialistas e de libertação nacional. Mas viu também a barbárie do nazismo, da explosão da bomba atômica em Hiroshima e Nagasaki, o genocídio do povo vietnamita, da destruição de Bagdá, da dissolução da Jugoslávia, do massacre dos palestinos, entre outros atos de terrorismo internacional.

O imperialismo norte-americano praticou inomináveis crimes de lesa-humanidade e com isso atraiu o ódio de muita gente. O grave momento por que passa o mundo deveria estimular os líderes mundiais, no âmbito das Nações Unidas, a repensar a ordem mundial e reordená-la no sentido do entendimento entre as nações e não da preparação de ações belicistas.

\*secretário de Relações Internacionais do PCdoB

## Uma tragédia para toda a humanidade

PC dos ESTADOS UNIDOS\*

Os ataques terroristas que mataram e deixaram feridos milhares de inocentes em 11 de setembro são crimes cuja condenação por todo o mundo é uma exigência universal. Enquanto esta declaração está sendo escrita não se sabe qual é o número de mortos e feridos, mas com certeza são milhares, no pior ataque terrorista jamais visto.

O Partido Comunista dos Estados Unidos expressa sua indignação e profunda tristeza por essa agressão aterradora. Condenamos incondicionalmente todas as formas de terrorismo.

Estendemos nosso total apreço aos familiares das vítimas, incluindo os trabalhadores dos escritórios do World Trade Center e do Pentágono e aqueles que morreram nos desastres com os quatro aviões. Vestimos luto pelos trabalhadores das equipes de resgate. Centenas dos quais morreram cumprindo o dever, mostrando uma coragem incomum e sacrificando suas vidas enquanto lutavam para salvar os

feridos e os moribundos.

A resposta do povo foi generosa, desde aqueles que correram para o local das explosões e com seus capacetes reforçados procuravam alguém com vida entre os ferros retorcidos dos escombros, os médicos e paramédicos que trabalharam noite e dia, milhares de pessoas que por todo o país fizeram fila para doar sangue às vítimas. Evocamos todos que tenham condições para que participem desses esforços.

Esta tragédia traumatizou a nação. Compreensivelmente, o povo está em estado de choque, com raiva e se reúne desolado para velar os seus mortos, exatamente na mesma união pela dor que ocorreu depois da explosão do Federal Building na cidade de Oklahoma.

Devemos nos prevenir contra um afluxo de retaliações militares mesmo antes de os culpados serem conhecidos e presos. Há quem exija uma verba maior para despesas militares, uma fiscalização ostensiva no país e no exterior e a redução dos direitos democráticos. A

população árabe inocente nos EUA e no exterior, os imigrantes por todo o nosso país, enfrentam o risco de ataques racistas e xenófobos. Esperamos que o governo Bush e as autoridades dos Estados tomem medidas para garantir a segurança de toda a população. O perigo é que um ciclo de violência desenfreada e fora de controle cause ainda mais mortes e destruição.

Este momento exige calma e não histeria; iniciativas para a paz e não a guerra; democracia e não repressão. Esta crise deve ter como reação a unidade da comunidade mundial formada por todas as nações e os povos. O objetivo deve ser o de alcançar soluções políticas multilaterais que eliminem as causas da violência e promovam um equilíbrio mundial justo e igualitário, o melhor memorial, além de o único verdadeiro, para aqueles que morreram.

\*Nota divulgada em Nova Iorque em 12 de setembro de 2001

## Nova Esquerda quer Constituinte no Peru

Nos dias 10 a 12 de agosto, em Lima, Peru, realizou-se o Primeiro Congresso Nacional do M.N.I. (Movimento Nova Esquerda), contando com a presença de 400 delegados. O nome do evento foi “Congresso de Unidade, Avanço, Renovação e Abertura” e o lema aprovado foi “Uma nova esquerda para um novo Peru”. Os congressistas debateram o Informe Político do Presidente do MNI, Alberto Moreno Rojas, realizaram o Balanço da Reconstrução e da Esquerda no Peru e aprovaram os Estatutos e a Plataforma Programática da Organização.

Nesse último documento, concordou-se em lutar por uma Nova

República baseada na Democracia Participativa e exigir a convocação de uma Assembléia Constituinte que elabore uma nova Constituição. Os delegados apontaram que a economia deve estar a serviço do ser humano e não do lucro, que os processos de privatização devem ser revistos e que a dívida externa deve ser perdoada. Estas propostas formam parte do Projeto de Desenvolvimento Nacional, Independente, Integral e Sustentável.

Foi eleito o Conselho Diretivo Nacional, cabendo o cargo de presidente ao Magister Oscar Felipe Venturra e as vice-presidências a Jorge Espinoza Egoavil e Rolando Breña Pantoja.

## Ataque criminoso em Angola

Em 10 de agosto, na localidade angolana de Zenza do Itombe, província de Kuanza Norte, a Unita, dirigida por Jonas Savimbi, perpetró um cruel atentado terrorista contra um trem de passageiros, matando 250 civis e deixando mais de 100 feridos. O presidente angolano, José Eduardo Santos, qualificou o atentado como um “crime contra a humanidade”. Para o representante do secretário-

geral da ONU em Angola, Mussagy Jeichande, “foi o acontecimento mais trágico na história recente do povo angolano”. O atentado teve ampla repercussão no exterior, merecendo uma condenação veemente do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas. Em Angola, o crime despertou tristeza, indignação e protestos de rua com a participação de milhares de pessoas.

CDM  
Centro de Documentação e Memória  
Fundação Maurício Grabois

## INTERNACIONAL

# O dragão e o capital

A. SÉRGIO BARROSO\*

Insone, pelas exatas onze horas de fuso à frente (e finda toda a programação dos cinco canais estatais da TV Beijing), pela janela do hotel, via, lá pela 5 da manhã, uma densíssima névoa. No verão, ela é uma mistura de umidade e poluição, disse-me Pedro, do departamento internacional da Federação Nacional dos Sindicatos da China, num espanhol (ainda) ralo. "Más humedad...", apressou-se em relativizar o sindicalista. Lembrei-me da "névoa global", referida por Hobsbawn, acerca das incertezas no final da "Era dos Extremos".

Tão densa como a multidão de chineses que, de bicicletas, metrô, ônibus ou automóveis de todo tipo, daqui a pouco tomariam as largas avenidas de Pequim; ou como a tradição da milenar e belíssima escrita diagramática "de los chinos" – nas notas do Yuan, o mandarim e mais quatro idiomas. A propósito, é notavelmente moderna e culturalmente variada, a programação das televisões chinesas, e de alto nível técnico.

Imagens inesquecíveis. De uma China gigante, onde há nada menos que 55 minorias étnicas – os dialetos? "São simplesmente incontáveis", respondeu-me a alegre companheira Xu Ke. São quatro os municípios diretamente subordinados ao Governo Central (Beijing, Shanghai, Tianjin Chongqing), além de 23 províncias, 5 regiões autônomas (Mongólia Interior, Guangxi, Tibete, Ningxia e Xiangjiang), e as Regiões Administrativas Especiais de Hong Kong e Macau. No final de 1999, em seu território de 9,6 milhões de quilômetros quadrados, viviam 1 bilhão, 259 milhões de pessoas, ou 22% da população do planeta.

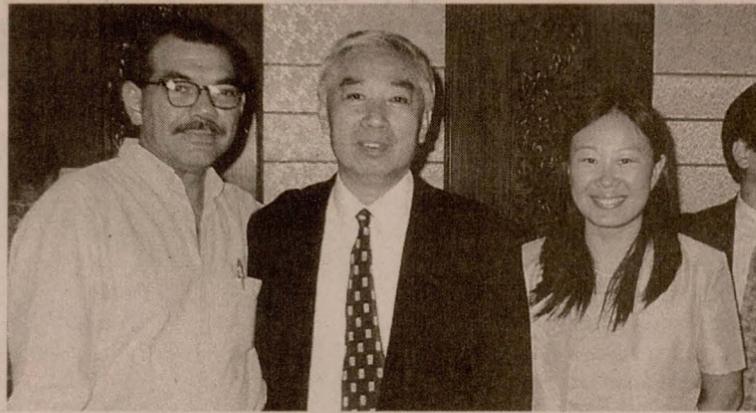
## O seminário sindical

Infelizmente, não fomos à China conhece-la e a seu amistoso

povo por mais tempo. A CUT (Brasil), a CTC (Cuba), a CUT (Chile), o PIT-CNT (Uruguai), a CGTP (Peru), CCOO e UGT (Espanha), estiveram representadas, para o seminário internacional "Mercado de trabalho. Trabalho informal. Resposta dos sindicatos" (13-23 de agosto último), entre Pequim e Shanghai. Sem sombra de dúvida, uma troca de experiência de significado especial. Um debate sério sobre questões do dia-a-dia do nosso sindicalismo, mas ocorrida sob a mais que generosa acolhida da FNSCh. E num momento em que nunca se falou tanto (e tão bem) do "Dragão".

Dadas as boas-vindas pelo vice-presidente da FNSCh, Xu Xicheng, o diretor do Departamento de Estudos Políticos, Li Yonghai, fez uma articulada exposição sobre a situação geral da China e do trabalho na atualidade. Numa síntese: 1) o excepcional crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) chinês, de 10,2% (1995), manteve-se ainda o maior do mundo, nos anos de 1998 e 1999, ou seja, de 7,8% e 7,1% – em 2000, a taxa se manteve acima dos 7%; 2) ano este em que o desemprego – "registrado, das cidades e povoados" – foi de 3,1% da PEA (População Economicamente Ativa); 3) na "transição da economia planificada para a economia socialista de mercado", sob amplo comando do Estado, a organização sindical, a defesa dos direitos e melhorias para os trabalhadores, é "tarefa muito dura e difícil", afirmou Li.

Compreensível e impressionante: em 1989, eram 10 mil empresas com investimentos estrangeiros na China; em 2000, saltaram para 360 mil (!) aquelas devidamente registradas, das quais, 180 mil em operação, abarcando 20 milhões de trabalhadores. Mais: aos 24 milhões de trabalhadores de empresas privadas (pequenas, médias e grandes), somam-se 35 milhões de municípios



Barroso, Zang Junjiu (Secretariado da FNSCH) e Xu Ke

e distritos, totalizando 79 milhões de trabalhadores nas "novas empresas". Finalmente, no ano de 2000, existiam mais 35 milhões de trabalhadores "particulares" (por conta própria), fazendo com que, o contingente de "novos trabalhadores represente mais da metade" daqueles do país (1).

Segundo Yukun, em 1999, eram 100 milhões os trabalhadores urbanos sindicalizados à FNSCh. Eleita como tarefa central a organização, o fortalecimento dos sindicatos e a sindicalização nas novas empresas, obteve-se o recorde histórico no primeiro trimestre de 2001, com a sindicalização alcançando 112 milhões, sendo 22 milhões os das novas empresas. As metas são atingir 130 milhões de filiados em 2003 – 36 milhões nas novas, até o final de 2002. Além disso, generalizar os sistema de negociação e contratos coletivos, assim como assegurar o estatuto jurídico e cumprimento, pelas novas empresas, da legislação trabalhista do país (2).

## Mobilização das forças do trabalho

Os Desafios conjugam novos e velhos problemas, que ficaram mais claros na alocação da companheira Ding Dajian, sub-diretora do Departamento de Trabalho e Seguridade, da FNSCh. Nos últi-

mos anos – disse Ding –, a reestruturação econômica e o aprofundamento das reformas nas empresas estatais, fizeram surgir "um grande número de empregados e operários que tiveram que deixar seus empregos". Que seriam de pouco mais de 6 milhões, de um total de 52 milhões de "operários e empregados" que sofreram o desemprego (agosto de 2001). Ocorre que é de 150 milhões de pessoas, a mão-de-obra excedente no campo, "a espera de conseguir emprego". De acordo com Ding, o X Plano Quinquenal deverá criar 40 milhões de distintos novos postos de trabalho, o que marcaria "como nunca a contradição entre uma oferta de mão-de-obra maior que a demanda".

Por isso a diretriz de organização massiva dos "Centros de Recomendação de Emprego e Formação Profissional" (3), hoje 4000 em todo o país, atendendo a 6,5 milhões de trabalhadores. Os Centros asseguram recursos aos desempregados para os "gastos fundamentais do nível de vida básico", por 3 anos, pensões e assistência médica, e conseguiram reempregar 13 milhões de trabalhadores, de 1998 para cá. Simultaneamente, cerca de 200 mil organizações sindicais de todos os níveis, mobilizam-se em torno da consigna "Levar calor ao coração dos operários". Num mutirão lá

nunca visto, que, inclusive, constituiu um Fundo de assistência de 2,7 Bilhões de yuans.

Inenarrável o calor com que nos recebeu, nos majestosos salões da Assembléia Nacional Popular, o camarada Wei Jianxing, presidente da FNSCH, e membro permanente do Birô Político do C.C. do PCCH. Wei relembrou o tamanho das tarefas, atacou a corrupção e, com firme confiança na marcha do "Dragão", disse estar muito alegre com a presença de todos. "Shie shie" – obrigado.

## \* Coordenação Nacional da Corrente Sindical Classista

(1) Foi o que informou o companheiro Tian Yukun, do Departamento do trabalho de base da FNSCh., na exposição "Filiari o máximo de trabalhadores nos sindicatos". Yukun, naturalmente se refere aos novos trabalhadores privados em geral e, em menor número, públicos das novas empresas. Devendo-se concluir haver aproximadamente 230 milhões de trabalhadores, urbanos, identificados, nos três ramos da economia chinesa. Destes, cerca da metade trabalhavam então em empresas mais antigas, na quase totalidade no setor estatal e público.

(2) Se FNSCh foi fundada, sob a direção do PCCh, no primeiro de maio de 1925, a primeira lei sindical data de 1950. Sofreu emenda somente em 1992, e espera-se que ainda este ano a Assembléia Nacional Popular novamente o faça. Significativo que, entre os novos artigos, em discussão desde 1998 pela Comissão de Assuntos Jurídicos da Assembléia, um deles estabeleça: "Nenhuma organização ou pessoa pode restringir e impedir os trabalhadores de criar ou participar de sindicatos".

(3) A delegação visitou o de Haidian, em Pequim. Espécie de pólo de novas tecnologias de informática, os salários médios ali são de US\$ 150 – valor de nenhuma maneira possível de transposição para os nossos, por exemplo. A jornada (40h semanais), é igual a da zona industrial de Nova Pudong, em Shanghai, onde também estivemos, entretanto com média salarial em torno de US\$ 300. E as desigualdades, perguntei. "Os impostos sobre o lucro das empresas estão subindo muito", havendo taxas pesadas para os altos salários.

# Conferência Mundial contra o Racismo mostra abismo entre imperialismo e povos oprimidos

NIVALDO SANTANA

A III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, em Durban, África do Sul, de 28 de agosto e 8 de setembro, reuniu cerca de 16 mil representantes de 123 países. Convocada pela ONU, demonstrou a inviabilidade de um consenso entre países e organizações sobre os temas em debate.

Estados Unidos e Israel se retiraram do encontro oficial. O pretexto foi o conflito no Oriente Médio, mas vários delegados americanos denunciaram que o verdadeiro motivo foi a intransigência do governo norte-americano em não reconhecer o racismo que vigora dentro do próprio país. A potência número um do mundo, demonstra incapacidade de se submeter às decisões internacionais que firmam seus interesses.

O objetivo da Conferência foi discutir a origem, causas, formas e manifestações de racismo, discriminação racial, xenofobia e formas conexas de intolerância; rela-

cionar e ouvir as vítimas; discutir medidas de prevenção, educação e proteção; aprovar remédios eficazes, compensação e outras medidas de âmbito nacional, regional e internacional para erradicar a discriminação racial, a xenofobia e outras intolerâncias.

A data da Conferência foi definida como parte integrante do Ano Internacional contra o Racismo (-2001), aprovado pela assembléia geral da ONU, em 1998. Durante a Conferência, ocorreram três eventos na cidade de Durban: Encontro da Juventude; Fórum das ONGs; Terceira Conferência (oficial).

A Conferência Oficial durou um dia a mais do que o previsto, devido às divergências na elaboração do documento de resolução. Dela, participaram 16 chefes de Estado, entre eles os presidentes da África do Sul, Thabo Mbeki, de Cuba, Fidel Castro, e da Autoridade Palestina, Yasser Arafat; 58 ministros do Exterior; 44 ministros, entre eles o ministro da Justiça do Brasil, José Gregori; e delegados dos países e de organizações não governamentais.

A delegação do Partido Comunista do Brasil constituiu-se de dois deputados federais, um deputado estadual, um vereador, dois sindicalistas e quatro militantes do movimento negro.

Uma avaliação preliminar dos três eventos, em particular da Conferência oficial, demonstra que é improvável que reuniões internacionais desta natureza consigam produzir resultados positivos e eficazes. As enormes divergências de pontos-de-vista sobre as mais variadas matérias inviabilizam a construção de consensos na luta contra o racismo, a xenofobia e temas correlatos. A ampla repercussão da Conferência deveu-se menos ao conteúdo dos debates e mais às controvérsias e impasses nas discussões.

As Conferências da ONU devem aprovar suas resoluções por consenso e os países membros não são obrigados a acatar seus termos. O tamanho e a magnitude das divergências pareciam condená-la, desde o início, a enredar-se em contradições insolúveis.

Considerar a escravidão cri-

me de lesa-humanidade ou não, caracterizar o que é e quais são as conseqüências do colonialismo, definir reparações para os países e povos vítimas da escravidão e condenar Israel pelo sionismo são questões sobre as quais países colonialistas e colonizados, escravistas e escravizados não podem chegar a qualquer tipo de acordo.

O hegemonismo dos EUA acaba tornando letra-morta qualquer resolução que contrarie os interesses imperialistas norte-americanos. O texto costurado à última hora foi uma saída honrosa para uma Conferência que se afastou bastante dos seus nobres objetivos.

Sem uma resolução de alcance mundial, resta a definição de políticas nacionais para enfrentar os problemas suscitados em Durban.

No Brasil, por exemplo, persistem as enormes desigualdades decorrentes do longo período de escravidão em nossa formação histórica. Todos os indicadores econômicos e sociais apontam para a subalternidade da população negra em nosso país.

Se é verdade que o Brasil os-

tenta índices recordes de concentração de renda, penalizando indiscriminadamente a maioria da população, também é certo que nos estratos inferiores da pirâmide social concentra-se, majoritariamente, a população negra.

A numerosa delegação brasileira voltou decepcionada com as limitações do texto aprovado, mas com uma certeza: é necessário associar às políticas públicas de caráter universalista (educação, saúde, trabalho etc), medidas específicas direcionadas aos negros para reverter a longa distância racial presente em nosso país. Este é o grande e até hoje não resolvido desafio para o Brasil.

O grande mérito da III Conferência terá sido o de retirar do armário da História o tema do racismo, da xenofobia e outras modalidades de intolerância. No mundo e também no Brasil.

CM  
Centro de Documentação e Memória  
Fundação Maurício Graciano  
Nivaldo Santana, deputado estadual, presidente municipal do PCdoB/SP, delegado à Conferência Oficial

# TRIBUNA de DEBATES

## Partido cresce com o 10º Congresso

Lançamentos públicos, debates, filiações e assembléias de base estão ocorrendo em todo o país: é o 10º Congresso do PCdoB em ação.

### Construir o 10º Congresso do PCdoB fortalecendo a luta do povo

O 10º congresso se coloca como a principal tarefa dos comunistas na atualidade, que estão chamados a construir centenas de reuniões de bases, incorporando todos os filiados e trazendo para o Partido as lideranças que se destacam na luta do povo. O debate das teses busca, fundamentalmente, contribuir no sentido de aprofundar nosso conhecimento sobre a situação política internacional e nacional, a realidade brasileira, os desafios da luta contra o neoliberalismo e o desafio de construir o Partido revolucionário dos nossos dias. O Congresso dos comunistas está inserido num contexto de grave crise por que passa o país, sendo necessário o fortalecimento da luta do povo – por um novo rumo para o país.

### Ato de lançamento das teses reúne esquerda no Pará

Realizado no último dia 9 de agosto, no auditório do Palácio Antônio Lemos, em Belém, o lançamento público das teses do 10º Congresso do PCdoB se configurou como um dos mais amplos e representativos atos políticos da esquerda nos últimos anos. Na mesa estavam presentes os partidos, como PT, PSB, PCB e PSTU, parlamentares, e movimentos sociais, como o MST e a UNE. Prestigiando o ato, participaram ainda 300 pessoas, entre personalidades públicas, intelectuais, parlamentares e lideranças do movimento popular.

Após as saudações dos presidentes dos comitês municipal e estadual, camaradas Jorge Panzera e Leila Márcia, respectivamente, o membro do secretariado do Comitê Central, João Batista Lemos, iniciou a apresentação das teses, quando falou brevemente sobre os três pontos fundamentais do documento, que já está sendo amplamente discutido nas Assembléias de Base: a situação internacional, a situação do país e a construção partidária. Ao se pronunciarem, tanto o prefeito de Belém, Edmilson Rodrigues (PT), como o senador Ademir Andrade (PSB) denunciaram a dívida externa: “Hoje existem no Brasil mais de 10 milhões de famílias de famélicos sem nenhuma perspectiva de vida. FHC não pode mais ignorar os índices da miséria que todos os dias estão sendo estampados na imprensa”, afirmou Edmilson Rodrigues. Já Ademir Andrade disse não entender o que acontece, pois existe “vacilação de algumas candidaturas da esquerda, que falam em cumprir acordos com credores da dívida”. A Deputada Federal Socorro Gomes finalizou dizendo que “a saída é a unidade do povo brasileiro, pois é isso o que o imperialismo mais teme”, citando o caso de Cuba e do Vietnã, que imprimiram derrotas históricas aos norte-americanos.

Outras questões tiveram destaque, como a discussão sobre a centralidade do trabalho, que a tese coloca como ponto fundamental para a construção do Partido, já que este deve crescer e se fortalecer tendo como base os trabalhadores. A luta contra o neoliberalismo e a alternativa socialista também foi ponto de discussão, onde Socorro Gomes defendeu a ruptura com o modelo atual e a formação de um governo de reconstrução nacional para pôr



Osmar Junior com Olavo Rebelo, novo deputado do PCdoB/PI

fim às barbáries e ao entreguismo do governo FHC. Para a deputada, o Brasil tem de seguir o caminho da soberania e do socialismo.

### “PCdoB faz parte da História do Brasil”

A frase acima resume uma constatação quase unânime dos pronunciamentos feitos no ato de lançamento das teses do 10º Congresso do PCdoB. Ao saudar os presentes, a deputada estadual Araceli Lemos (PT), lembrou que a trajetória de lutas do Partido já dura 79 anos e que a vontade dos petistas é marchar junto com o PCdoB, construindo a unidade necessária às mudanças no país. Representando o PSTU, Clayton Coff disse que o PCdoB está resgatando em suas teses o importante papel da classe trabalhadora e que o Partido, ao contrário de muitos, não cortou a palavra “socialismo” do seu programa. Já o representante do MST, Ulisses Manaças, citou a Guerrilha do Araguaia, da qual o movimento se sente herdeiro, como prova da bravura dos comunistas que lutaram contra a ditadura militar. O senador Ademir Andrade saudou o 10º Congresso do “bravo Partido Comunista” na figura de seu mártir Paulo Fonteles (assassinado em 1987 pelo latifúndio), com quem, segundo ele, aprendeu muito. Fez isso falando para o público, porém dirigindo-se especialmente àquele que considera herdeiro de sua luta, o vereador de Belém Paulo Fonteles Filho.

### Acompanhamento do Paraná

O Comitê Estadual do Paraná tem procurado informar o coletivo partidário sobre a marcha dos preparativos e da mobilização interna para a etapa estadual do Congresso do Partido e apontar as tarefas que tem pela frente: “a primeira fase de mobilização para o congresso está se encerrando. Nesta data as cidades já realizaram suas assembléias de base e lançamentos das teses. Até a presente data

maioria dos municipais já concluiu as atividades desta fase. Em Curitiba, a maioria dos Organismos de Base (OBs) já realizou suas plenárias de debates das Teses e elegeram seus delegados para a Conferência Municipal. O Mesmo ocorreu em Londrina. Os comitês municipais, também, em sua maioria já marcaram as datas de suas conferências, com exceção das cidades de Guarapuava, Guaratuba e Mal. Cândido Rondon. Portanto, podemos afirmar que vencemos uma primeira etapa.

Agora, precisamos realizar representativas conferências municipais e cumprir com as metas de mobilização estabelecidas pelo Comitê Estadual. Neste sentido, a Comissão Política tem acompanhado a mobilização em diversas cidades. Nas últimas semanas foram organizadas atividades com a presença da Comissão Política em Londrina, Maringá, Jataizinho, Pato Branco (que já realizou a conferência municipal em 1º de setembro), Francisco Beltrão e Cascavel.”

### Deputado filia-se ao PCdoB no Piauí

Cresce a mobilização dos comunistas piauienses no processo do 10º Congresso. Desde julho o PCdoB/PI realiza atividades vinculadas ao Congresso. Primeiro desencadeou uma campanha de filiação na capital e no interior do Estado, em seguida iniciou uma série de atividades de massa reunindo centenas de militantes. Em agosto foi realizada uma plenária com cerca de 800 participantes, organizada pela frente comunitária do Partido, para apresentação das teses ao 10º Congresso. Ainda no final de agosto a direção estadual realizou uma intensa programação com o deputado federal Aldo Rebelo, incluindo debates em duas universidades, Embraer e Fundação de Documentação e Arquivamento Conferenciando com uma palestra sobre as teses para cerca de 400 militantes e amigos do PCdoB.

Nos dias 27 e 28 de agosto a prefeita de Olinda, Luciana Santos, participou de ativida-

des organizadas pela direção do PCdoB e pelo Gabinete do vereador Anselmo Dias. No dia 27/8 inaugurou a sede do organismo de base do Partido no bairro Promorar (Teresina) e no dia seguinte proferiu palestra sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal pela manhã e à noite participou de debate sobre o Estatuto das Cidades.

No dia 31 de agosto o PCdoB realizou em sua sede Estadual um importante ato político para receber a filiação do deputado estadual Olavo Rebelo, que contou com a participação destacada lideranças do Partido no Estado, como o vice-governador Osmar Júnior, a presidente da Fundação de Cultura e Esporte Lourdes Rufino, o presidente do PCdoB Estadual José Carvalho, o vereador Anselmo Dias, o Promotor de Justiça Afonso Gil Castelo Branco, além dos militantes das várias frentes de atuação do Partido. O deputado estadual Olavo Rebelo tem uma relação histórica com o Partido. Ex-diretor do Sindicato dos Bancários, eleito para o primeiro mandato pelo PT, sempre foi nosso aliado e participou de importantes movimentos ao lado dos comunistas piauienses.

“Estou tomando o caminho que devia ter tomado há mais tempo. Nada mais me separa do PCdoB”; disse o deputado logo após assinar sua ficha de filiação. O vice-governador Osmar Júnior se manifestou da seguinte forma: “Ele sempre foi um aliado nosso no movimento sindical. Agora está vindo para o lugar onde sempre devia estar”. Junto com o deputado Olavo Rebelo muitas lideranças também se filiaram ao Partido. Destacamos também o crescimento no movimento sindical, estudantil e comunitário onde muitas lideranças aderiram ao PCdoB, inclusive o ex-coordenador estadual do MST no Piauí, José Francisco dos Santos. O Partido também realizou Conferências em muitos municípios e organizações de base buscando atingir as metas de crescimento partidário estabelecidos pela direção estadual do Partido.

# Globalização: mais e melhor (parte 1)

DISRAELI MACÊDO HERONILDES

"O capitalismo cria aquela classe que será seu próprio covão."

Marx e Engels  
(Manifesto do Partido Comunista)

No Manifesto do Partido Comunista, escrito a quatro mãos por Marx e Engels, encontra-se a pré-dica sintetizada na frase encaixada como subtítulo a este artigo/contribuição. Nela, como é evidente, se prediz a ascendência da classe operária à condição ímpar na etapa da história da humanidade então iniciada para o mundo consciente. Essa condição não é fruto de desejos e quimeras, mas da posição assumida por essa classe no processo produtivo e pela forma como se organiza a produção.

Tal assertiva, até o presente aceita por todos os que ainda não revisaram/deturparam o legado dos luminares do pensamento comunista internacional, engendra, em sua simples enunciação, desenvolvimentos inevitáveis e benéficos. Ora, se a classe operária desempenhará o papel de covão do capitalismo, e esse é, precipuamente, o objetivo último do Partido Comunista do Brasil, possivelmente de outros, é imprescindível sua existência. Essa, também se desprende da consigna inicial, e surge do próprio capitalismo, ele a cria, é de se lembrar.

Disso devemos concluir, sem receio de estarmos laborando em erro, estar, de modo sub-reptício, incerto no pensamento daqueles inolvidáveis comunistas, a defesa da proliferação do capitalismo. Tal proliferação ensinaria o espraiamento da classe operária, aquela cuja contradição inconciliável vivencia desvantajosamente e que, em razão disso, assumirá o relevante papel outrora exposto.

Mas o capitalismo, e isso é de suas próprias características, como também ensinaram os criadores da ciência política sob a ótica do proletariado, não se presta a tornar-se um fenômeno, como o foram os modos de produção anteriores, circunscrito a determinadas regiões do Planeta. Ele se disseminará, inelutavelmente, por todo o globo, engendrando, paulatinamente, maiores interligações entre seus variados ramos, entre os diversos territórios. Essa maravilhosa antevisão permitiu a formulação, mais fílgida, do grito de guerra que embalou o movimento comunista em todo o mundo, qual seja: "trabalhadores de todo o mundo: Uni-vos".

Esse preâmbulo tornou-se útil ante a defesa que se fará aqui de uma posição que transita entre a ignorância e a polêmica.

Nós estamos gozando o prazer, mesmo que não saibamos, de presenciar uma época na qual se principia a realização, a materialização da parte objetiva do inigualável esforço intelectual de nossos pais ideológicos, o capitalismo se aproxima do atingimento do ápice de seu processo globalizante.

Como bem realçou a tese, no respeitante à conjuntura internacional, a década de 70 foi marcada pela ascensão do ramo financeiro à predominância absoluta da economia capitalista. Ascensão essa marcada por uma peculiaridade em relação àquela esmiuçada pelo notável líder da revolução bolchevique, a saber, sua satisfação consigo própria, deixando de ser um mero suporte ao capital produtivo, notadamente o industrial. Esse período, por suas peculiaridades intrínsecas, tal como a ausência de um produto sensível, possibilitou a exponencialização do desenvolvimento tecnológico. Esse, de sua parte, incide, num processo reflexivo, sobre a forma de organização da produção global do capitalismo.

Ou seja, o capitalismo organiza sua produção de modo a integrar a cadeia produtiva de um determinado produto, e isso ocorre indiscriminadamente em todos (ou quase) os produtos consumidos no mercado mundial, nos mais variados cantos do Planeta. Tal circunstância, de si mesma, permite, ou até compunge, a aproximação dos países e da classe operária de cada um deles. Torna-se mais palpável a realização — já que desborda do plano subjetivo da luta de classes — daquela conclamação internacionalista.

Disso dessume-se o caráter benéfico da globalização, que deve apresentar formulações teóricas de aplicação prática no sentido de acelerar e aprofundar esse processo globalizante. Adotar proposições políticas de nacionalismo extremado resultará na assunção de uma postura reacionária perante a história mundial. Importa realçar outros aspectos conjuntivos ao ímpeto global, a saber, as transformações técnicas e a interação entre as empresas transnacionais dos diversos países do centro.

O desvio, indigitado pela tese, do investimento capitalista para o ramo financeiro da economia facilitou e, portanto, acelerou o processo de desenvolvimento as novas tecnologias. A globalização lastreada na produção de bens de consumo envolve a dificuldade da intercambiação de materiais de transporte tradi-

cional ou a instalação de fábricas em países diversos. Já no ramo financeiro a troca é de informação, de dados, transmissíveis por meio de satélites.

O que importa, entretanto, são as possibilidades reveladas pelas inovações tecnológicas. O homem libertou-se de um sem-número de tarefas manuais de elevada degradação física. Dessa forma o capitalismo vem cumprindo, em escala infinitamente superior a qualquer poder socialista, o aspecto objetivo do programa marxista, relativo à libertação humana do reino da necessidade, decantada por Marx e Engels n'A ideologia alemã. Outrossim, aproxima a realização prática do governo das coisas, como se prevê n'A Crítica ao Programa de Gotha, dada a facilidade de comunicação.

A interação das economias dos diversos países do centro está evidenciada. O mundo assistiu ao impressionante movimento do capital em direção à fusão de empresas transnacionais de países capitalistas centrais, ou, mesmo, a aquisição direta. A despeito de ainda não ser, suponho, uma característica majoritária da atual fase do capitalismo, certamente é uma tendência inexorável. Isso sem mencionar a proliferação dos tentáculos pelos países periféricos, mundializando cadeias produtivas as mais diversas. Essa forma de manifestação do imperialismo diferencia-se daquela analisada por Lenin, de caráter eminentemente nacional, em O Imperialismo: etapa superior do capitalismo, merecendo, muito provavelmente, uma revisita à teoria do 'elo frágil da cadeia imperialista'.

Entretanto, se a globalização é um fenômeno positivo, não o é a forma hegemônica pela qual se realiza. O liberalismo contemporâneo apropriou-se, dada a fragilidade do movimento comunista internacional, de todo o processo. Isso provoca o acréscimo impetuoso e inaceitável da miserabilidade humana. Todos os efeitos deletérios do programa econômico/social da presente globalização foram bem ressaltados pela tese.

Importa realçar estar esse programa, inclusive, em contradição com o próprio processo globalizante e com o fortalecimento mesmo do capitalismo. A exclusão em massa de trabalhadores, inclusive continentes inteiros, do processo produtivo, é um freio à globalização, um limite deletério indesejável.

De outra parte, é de se reconhecer a completa ausência de perspectiva, no curto prazo, a uma investida global do movimento comu-

nista internacional. Se de um lado as condições objetivas a esse intento se aprimoram de forma única na história da humanidade, de outro a desorganização no seio das forças comunistas é digna de nota. A ruína do bloco socialista soviético e adjacências, como a Albânia, aliada à ausência de uma análise, sob o ponto de vista marxista, da etapa atual de desenvolvimento capitalista, totalmente distinta de qualquer outra, afasta a atualidade da revolução internacional.

Como se vê, a luta de classes sofre influências diversas e contraditórias. Se de um lado acorrem ao moinho da revolução as águas objetivas, de outro o veio das águas subjetivas é incipiente e desestimulador de qualquer ação mais ousada.

Tal análise leva, inexoravelmente, a conclusões nem sempre afinadas à tese sobre a conjuntura internacional e, mesmo, as demais. Porém, dadas as vicissitudes vividas pelo movimento comunista internacional a distinção não se faz notar de modo muito relevante.

Algumas podem ser alinhavadas, tal como o foi a análise, no compreensivelmente curto espaço destinado aos artigos para debate. Tais conclusões dimanam de duas linhas mestras, quais sejam: a defesa intransigente do aprofundamento da globalização e o combate inarredável ao liberalismo contemporâneo. Essas duas tarefas são de sorte a apresentarem-se, na prática, dialeticamente entrelaçadas.

■ A globalização é um processo positivo para a humanidade e seu aprofundamento deve ser defendido com destemor.

■ A atuação comunista na batalha global deve ser no sentido de propagandear uma nova agenda à globalização.

■ O reforço do Mercosul é fundamental devendo ser utilizado não como uma negação absoluta da Alca e sim para uma integração soberana e incentivadora da integração com os demais blocos econômicos.

■ A despeito da existência de diferenciações, contradições e disputas no seio do capitalismo central a tendência econômica é de construção de uma ordem mundial integrada.

■ A aceitação de proposições nacionalistas extremadas deve resultar, unicamente, da debilidade da luta de classes internacionalista na atualidade.

(continua)

Disraeli Macêdo Heronildes é membro da base dos advogados de Natal/RN.

## Crise do capitalismo, os EUA e a Alca (parte 1)

RENATO RABELO

"O capitalismo contemporâneo desenvolve mudanças, intensificando a internacionalização econômica e dispondo de inovações tecnológicas, reestruturação produtiva, financeira e geopolítica, porém persistem e renovam-se seus grandes impasses. O capitalismo atual não vive uma nova etapa prolongada de crescimento expansivo. Ao contrário, não se apresenta sinal evidente de reversão do longo período de dificuldades para a retomada do dinamismo econômico, com progresso material expressivo, envolvendo a grande maioria das nações". (Tese internacional)

Na história do capitalismo ilude-se sempre quem proclamou o fim das crises cíclicas deste sistema. No pós-II Guerra errou quem previa que o crescimento relativamente prolongado desse período já teria superado as crises. Estas surgiram com mais força ainda no início da década de 70. Também o capitalismo da fase dos oligopólios não pôde barrar a emergência das crises, como muitos previam. E hoje os ideólogos capitalistas criaram o falso conceito de "nova economia", no qual as crises cíclicas estariam superadas. Assertiva que vem sendo desmentida pelo atual período tendencialmente recessivo da economia dos Estados Unidos.

Conforme a teoria ortodoxa a crise cíclica capitalista é sempre negada. Existiria sempre um "equilíbrio geral", auto-regulado pelo mercado. A realidade tem demonstrado exaustivamente o contrário, dando razão à teoria marxista de que a crise faz parte da natureza do sistema capitalista. O que vem sendo comprovado é que o modo de produção capitalista é específico, transitório, histórico, assenta-se em contradições permanentes, que necessariamente engendram crises. A economia capitalista não se aparta da sua contradição fundamental entre o caráter cada vez mais social e internacional da sua produção e a apropriação privada capitalista cada vez mais concentrada. "A verdadeira barreira da produção capitalista é o próprio capital, isto é: que o capital e a sua autovalorização apareçam como ponto de partida e ponto de chegada, como motivo e finalidade da produção." A tendência à produção ilimitada choca-se com os limites de realização das mercadorias produzidas, explicitando a crise. De maneira periódica a expansão econômica é assaltada por processos depressivos. É a crise cíclica de superprodução. A possibilidade de crise está presente na separação entre produção e circulação. Não se sabe, a priori, se determinada produção é efetivamente demandada.

Na atualidade pode se apreciar o ressurgi-

mento, em um contexto novo, de contradições clássicas do modo de produção capitalista mundial amplamente abafadas entre 1950 e a recessão de 1974. Uma longa sucessão de crises marca as três últimas décadas. No começo das décadas de 70 (1974 e 1975) e de 80 (1980 a 1982) ocorreram fortes recessões; E ainda, a crise da dívida externa que atinge os países periféricos (anos 80), crashes da bolsa de Nova Iorque em 1987 e de Tóquio em 1989; as crises do México (1994 e 1995), do Sudeste asiático (1997), da Rússia e do Brasil, entre 1998 e 1999, e, no presente a crise da Turquia e da Argentina. Todos esses episódios não têm caracteres meramente regionais. São a exacerbação das contradições do capitalismo mundial, demonstrando sua fragilidade financeira sistêmica. Atualmente, a conjuntura se caracteriza pela ausência de simultaneidade entre os ciclos econômicos das principais potências — estagnação japonesa, tendência de recessão da economia norte-americana e desaceleração na Europa —, acentuando as dificuldades no processo de acumulação capitalista. São mais evidentes os temores quanto ao risco de um desastre global que ronda a economia capitalista.

Em duas décadas de hegemonia do neoliberalismo, o resultado geral é de crescimento medíocre, recuo dos investimentos, queda da

produtividade, desemprego massivo e crônico, agravamento das contradições sociais e nacionais. A liberalização econômica e a implantação de uma estratégia privatista e deflacionista não cumpriram suas promessas de relançamento da economia capitalista. A volatilidade nas taxas de juros e de câmbio é uma constante na economia mundial, prevalecendo a especulação e o rentismo. Agravou-se o déficit crônico em contas correntes dos países de porte médio, tornando suas economias mais vulneráveis e reféns de crescentes e vultosas dívidas. Os países pobres e pequenos foram jogados à margem do desenvolvimento econômico atual. Ampliou-se a desigualdade entre os países e dentro deles individualmente. Este século que se inicia está marcado por enorme retrocesso civilizacional.

Diante da tendência decrescente da taxa de lucros — no final do apogeu econômico do segundo pós-guerra, na segunda metade da década de 60 —, o capitalismo torna-se impotente para compensar essa queda com o aumento constante produção. A taxa média anual de crescimento decresce progressivamente nessas características que determinam mudanças qualitativas no seu processo de produção: extraordinário movimento de concentração e centralização do capital e da riqueza, contenção do



trabalho vivo e hipertrofia da esfera financeira com o crescimento da especulação.

A tendência ao aumento da concentração e centralização do capital se efetou em escala inédita, por meio das fusões e aquisições, criando megamonopólios, aprofundando a competição entre grupos oligopolistas (as 500 maiores empresas do mundo obtiveram em 1999 mais de 1/3 do produto bruto mundial.). A tendência ao esgotamento dos espaços produtivos nos quais se realiza a reprodução ampliada do capital reforça essa tendência megaconcentradora. O nível de concorrência capitalista situa-se hoje no patamar dos grandes monopólios transnacionais, levando o capitalismo contemporâneo a se reproduzir de maneira autofágica – "engole" gigantesca massa de capitais menores ou se funde aos monopólios de mesmo porte.

A tendência à negação do trabalho devido com o aumento simultâneo do desemprego – evidência maior da crise – é da automação. Isso colide com a necessidade de exploração da força de trabalho para assegurar a valorização do capital. Por um lado, aumenta-se a produção e a produtividade e, por outro, diminui-se relativamente o valor atribuído à força de trabalho, restringindo a renda dos trabalhadores e estreitando-se o mercado de bens de consumo. A reprodução ampliada do capital se realiza às expensas de ir excluindo a população da relação capital-trabalho. Essa tendência à exclusão social aponta para o esgotamento histórico do modo de produção capitalista. Em última instância, a reciclagem produtiva e financeira tem em vista a transferência do peso da crise

para os ombros dos trabalhadores, buscando o lucro máximo.

A denominada financeirização é outra característica fundamental do capitalismo contemporâneo. Esse é um novo fator de perturbação da dinâmica dos investimentos produtivos, agregando novos elementos à instabilidade do capitalismo. De certa maneira, impossibilitado de concluir o ciclo de sua reprodução ampliada dentro da esfera produtiva, o capital recorre ao expediente da especulação financeira. O predomínio da especulação sobre a produção revela o grau de parasitismo e do nível de decomposição do sistema.

Essas tendências à exclusão da população da relação capital-trabalho, à crescente concentração do capital e ao aumento do parasitismo – nas condições em que os ciclos econô-

micos passaram a ser indefinidos e irregulares, com o entrelaçamento de crises de superprodução e financeira –, demonstram a realidade de um quadro de crise econômica sistêmica, confirmando a indicação (que o Partido vinha fazendo) da existência de uma crise crônica e integral do sistema capitalista. Portanto, o caráter da crise na etapa atual do capitalismo não tem um caráter simplesmente conjuntural, localizado, parcial ou pontual. Como também o conceito de crise capitalista não implica a idéia de colapso automático e imediato, ou liquidação do capitalismo, sendo neste caso considerados outros fatores do nível da luta política revolucionária. (continua)

*Renato Rabelo é vice-presidente do PCdoB.*

## Por uma nova Internacional

ALTAIR ALVES DE FREITAS

**L**á se vai uma década desde a derrocada do bloco soviético e o início do maior ataque ideológico perpetrado pela burguesia contra as idéias socialistas. Uma década inteira na qual vivenciamos deserções das mais variadas formas. Partidos inteiros, que até então ostentavam termos como "socialista" ou "comunista" simplesmente desapareceram ou então se converteram às linhas gerais da nova ordem mundial neoliberal.

A bem da verdade, tal desencanto já vinha de longa data, gerando uma intensa fragmentação no movimento comunista internacional. A desintegração final do socialismo soviético no início dos anos 90 foi o ponto culminante de um processo de estagnação teórica, política e econômica, sendo que suas linhas gerais já estavam identificadas, desde os anos 60, por diversas correntes de opinião, particularmente pelo nosso Partido. A partir dessas críticas, o movimento comunista passou a viver uma intensa divergência ideológica e política. Sucedeu-se um período de intensos ataques mútuos, à medida que vários daqueles partidos permaneceram alinhados a Moscou e outros, como o nosso, posicionaram-se abertamente contra a política soviética.

Com a implementação do neoliberalismo, capitaneado por Margaret Thatcher e Ronald Reagan, ainda na primeira metade dos anos 80, e intensamente favorecido pela derrocada soviética, praticamente todos os países do mundo, notadamente os que haviam sido socialistas, e aqueles que jogam um papel eco-

nômico importante no processo de divisão internacional do trabalho – como o Brasil – foram amplamente dominados pelo capital estrangeiro.

Passados dez anos, o que se vê é a ampliação da pobreza em larga escala; uma crise econômica e social que começa a atingir os próprios centros capitalistas, o que levou o nosso Partido a apresentar a seguinte afirmação no parágrafo 19 da Tese internacional: "Diante desse quadro de crise econômica sistêmica, o Partido Comunista do Brasil sustenta a opinião de que, nas atuais condições, são falsas as prédicas sobre as possibilidades de desenvolvimento social sob o capitalismo." Ao longo da Tese internacional vai identificando as diversas lutas em curso, buscando mostrar como a resistência ao desmonte neoliberal vai ganhando fôlego, ainda com grandes limitações, tanto no campo teórico quanto no tocante à prática, particularmente no que tange ao próprio movimento comunista.

Creio ser este um momento propício para nos debruçarmos de maneira mais atenta e decidida sobre a reestruturação do movimento comunista internacional. A palavra reestruturação pode parecer pesada, mas é adequada para identificar as latentes limitações, no campo internacional, da ação dos comunistas.

Grosso modo, por imposições diversas, algumas das quais já foram apontadas acima, não podemos identificar realmente a existência de um Movimento Comunista Internacional. Os partidos que se mantiveram, como o PCdoB, reafirmando a necessidade da Revo-

lução, do fim do capitalismo e a conseqüente construção do socialismo, salvo erro ou engano, têm se mantido nos marcos das fronteiras nacionais, o que, se por um lado aponta a necessidade de reforçar as estruturas locais contra a desnacionalização e destruição dos direitos sociais dos trabalhadores, imposta pela sanha imperialista, por outro, dificulta a articulação do combate mais geral ao próprio capitalismo. Sempre é bom reafirmar que nós comunistas somos essencialmente internacionalistas e que o nosso objetivo estratégico é a superação das contradições nacionais, com a construção do socialismo no mundo todo, avançando assim para o comunismo em escala mundial.

Entendo ser imprescindível colocar na ordem do dia a rearticulação de um Movimento Comunista Internacional, que possibilite a composição de linhas gerais de ataque ao capitalismo. É evidente que essa rearticulação deve superar os principais equívocos cometidos pela última Internacional Comunista, principalmente quanto à visão de um modelo único de construção socialista, desconsiderando a realidade de cada país.

No parágrafo 48 da Tese, está colocada a necessidade de se fortalecer a unidade dos partidos comunistas no mundo, ao mesmo tempo em que se busca alianças amplas para agrupar correntes de esquerda. E finaliza apontando: "A unidade na luta não exclui, antes pressupõe, a intensificação do embate político e ideológico, indispensável à demarcação de fronteiras com o oportunismo reformista da chamada 'terceira via' e de correntes

e partidos que se apresentam no cenário político como a 'nova esquerda', com projetos de adaptação à ordem vigente".

Para cumprir tais tarefas, entendo ser hora de iniciarmos, de maneira objetiva, a construção de um centro político internacional que unifique as ações dos Partidos Comunistas; que possa favorecer o surgimento de PCs nos países onde não existam partidos revolucionários, dotados de capacidade política e teórica para enfrentar os problemas locais, nacionais, articulados à grande luta internacional anticapitalista. Um centro político que não esteja sujeito às nuances dos interesses de quaisquer dos atuais estados socialistas, que, em função da necessidade objetiva de garantir sua sobrevivência econômica, se vêem obrigados a negociar com o grande capital estrangeiro. Um centro político que, com base na experiência histórica, aprenda com os erros e acertos da trajetória revolucionária e contribua decididamente para que a revolução mundial não seja apenas um sonho de velhos combatentes da causa socialista, mas a esperança concreta da atual e das novas gerações do proletariado.

Não é, com certeza, tarefa simples. Mas entendo ser imprescindível, uma vez que não há soluções definitivas para este ou aquele país isoladamente, o que, de resto, já havia sido apontado pelo velho Marx há 150 anos atrás!

*Altair Alves de Freitas é membro da Direção Municipal de SP, Capital.*

## O novo papel do FMI

ALDO ARANTES

**A** Conferência de Bretton Woods em 1946 consagrou a hegemonia financeira norte-americana com a criação de um novo sistema financeiro internacional baseado no padrão ouro-dólar, alterando o sistema anterior baseado no padrão ouro, sob a hegemonia inglesa. Nesta mesma oportunidade foram criados o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial.

O peso dos países nas decisões do FMI está relacionado com o tamanho de sua quota na entidade. Os maiores quotistas do Fundo pertencem ao grupo dos 7 países mais ricos do mundo, o chamado G-7. Dentro desse grupo, com 19,76% das quotas do Fundo, os EUA é o maior deles e tem direito de veto a qualquer decisão do FMI, que exige para qualquer alteração mais expressiva em sua política 85% de votos dos quotistas. A conseqüência natural disto é que a entidade segue, no fundamental, a política traçada pelos interesses do G-7 e, em especial, dos norte-americanos.

A função primordial do FMI seria de regulador do sistema monetário internacional. No entanto, ele passou, de fato, a cumprir uma função de controle das políticas econômicas dos países deficitários, em particular dos países dependentes. Para isso estabeleceu as cha-

madas "cartas de intenções" onde são formuladas determinadas "condicionalidades", ou seja, exigências de políticas econômicas para garantir o pagamento dos compromissos com os credores internacionais. Segundo Boletim do FMI a condicionalidade é entendida como "elemento essencial da contribuição que o Fundo realiza para atenuar os problemas de balança de pagamentos dos países membros e para facilitar o processo de ajuste internacional". Os empréstimos são condicionados ao grau de cumprimento do programa econômico ajustado com o Fundo e os recursos desembolsados de forma escalonada.

O FMI viveu várias fases em sua existência. Entre 1950 e 60 o papel do FMI foi de pouca expressão. Com a crise do endividamento vivida pelos países da América Latina nas décadas de 70 e 80, o FMI ressurgiu jogando importante papel.

Essa crise teve como origem o aumento excessivo das taxas de juros internacionais e os baixos preços das mercadorias desses países. Tais fatos causaram enormes déficits nas balanças de pagamentos dos países dependentes e na incapacidade de saldar os compromissos internacionais. Devido à queda das taxas de lucros nos países capitalistas centrais, ocorreu um deslocamento dos capitais para os países da América Latina entre as décadas de 60

e 70. Com taxas de juros relativamente baratas, os países latino-americanos se endividaram crescentemente. Em 1968 a dívida externa dos países latino-americanos que era de 11,7 bilhões de dólares, passou para 59,1 bilhões em 1974 quando da primeira alta do petróleo. E de 68,9 bilhões de dólares em 1975, para 222,5 bilhões em 1980, após a segunda alta do petróleo.

Esse aumento brutal se deu principalmente porque 70% dos empréstimos tomados por países da América Latina eram corrigidos pelo mecanismo dos juros flutuantes. Sendo assim, após o segundo choque do petróleo, em outubro de 1979, os EUA aplicaram um arrocho monetário que elevou a taxa de juros de 9 para 12%, atingindo 20% em 1980 e 21,5% em janeiro de 1981, taxa recorde de todos os tempos. Este acréscimo nas taxas de juros representou um aumento brutal do montante da dívida. Entre 1981 e 1985 a dívida externa da América Latina aumentou de 277,7 bilhões de dólares para 368,0. Nesse período, só de juros, pagou 161 bilhões de dólares. A elevação da taxa de juros e a redução do preço das commodities foram os mecanismos encontrados pelos países desenvolvidos para repassar o ônus da crise do petróleo para os países dependentes.

Com as taxas de juros elevadas os capi-

tais se deslocaram para os países mais desenvolvidos, particularmente para os Estados Unidos. Nessas condições, os países da América Latina ficaram sem os dólares necessários para equilibrar suas balanças de pagamentos. Afé se configurou a crise da dívida, particularmente para os países importadores de petróleo.

Esse endividamento excessivo levou a um aumento do receio que os países devedores decretassem moratória, causando pesados prejuízos aos credores internacionais. Neste período o ajuste definido pelo FMI tinha por objetivo a redução da demanda interna e a exportação dos excedentes para o exterior, com o objetivo de gerar superávits na balança comercial, assegurando assim o pagamento dos encargos da dívida. Na realidade tais políticas conduziam à recessão econômica que criava limitações para o desenvolvimento dos países dependentes.

Na década de 90, com a persistência da crise do sistema capitalista devido as taxas decrescentes de lucros, começa o processo de globalização e de implementação das políticas neoliberais, em particular nos EUA e na Inglaterra.

A globalização é, na verdade, uma nova fase da internacionalização do capital. Ela tem uma face objetiva, a continuidade do desen-

Centro de Documentação e Memória  
Fundação Maurício Grabois



volvimento do sistema capitalista mundial. Sua face subjetiva diz respeito à adoção da política neoliberal. Foi uma orientação conscientemente adotada com o objetivo de enfrentar a crise vivida pelo sistema e que utilizou os avanços tecnológicos para facilitar sua concretização, principalmente no terreno financeiro.

A política neoliberal tem como objetivo primordial assegurar a plena liberdade do capital, através de medidas tais como a redução do papel do estado em certas esferas, a liberalização, a desregulamentação da economia, as privatizações e a "flexibilização" dos direitos trabalhistas.

Nesse cenário o FMI passa a jogar um novo papel. Ele passa a ser o agente da implantação da estabilização econômica e da reforma estrutural. Diante da crise do México os líderes do G-7 se reuniram em junho de 1995 criando uma nova modalidade de empréstimo denominado "emergency financing mechanism" (EFM) para dar respostas rápidas a situações semelhantes à do México.

Fica evidente que a nova tarefa do FMI passou a ser a de colocar em prática a política neoliberal para a América Latina, o chamado Consenso de Washington. Os dirigentes do G-7 determinaram a criação de forte condicionalidade e orientaram o FMI para as políticas de ajuste macroeconômico. Para cumprir este

objetivo o órgão lança mão de um novo tipo de condicionalidade, a condicionalidade estrutural. Isto equivale a dizer que os empréstimos do FMI passam a condicionar os países devedores a colocar em prática o ajuste estrutural, a reforma do estado.

Assim sendo, o ajuste estrutural decorre de decisões expressamente tomadas com o objetivo de retirar as limitações à plena liberdade do capital. Tal política favorece os países capitalistas desenvolvidos e traz graves consequências para os países dependentes. O FMI passa a ser um mero executor das políticas definidas pelo G-7, impondo o ajuste fiscal com o objetivo de gerar superávits primários com vistas a assegurar o pagamento dos encargos da dívida. Para isto são impostas limitações aos gastos em investimentos e gastos sociais, sem que haja qualquer limitação aos gastos com a dívida, sendo a Lei de Responsabilidade Fiscal um instrumento institucional cristizador dessa política.

Consequência inevitável desta política é a redução de investimentos públicos e de gastos na área social. Uma face visível dessa redução nos investimentos públicos é a crise de energia vivida pelo Brasil. As empresas de energia dispunham de 17,5 bilhões de reais mas não puderam fazer os investimentos necessários em decorrência da meta de superávit primário firmado no acordo com o FMI.

Michel Chossudovsky, no livro *A Globalização da Pobreza*, falando sobre as consequências da política apregoada pelo FMI afirma que ela "destrói a possibilidade de um 'processo de desenvolvimento econômico nacional endógeno' controlado por estrategistas políticos nacionais. As reformas do FMI-Banco Mundial desmantelam brutalmente os setores sociais dos países em desenvolvimento, anulando os esforços e as lutas do período pós-colonial e revertendo de uma 'canetada' o progresso já conseguido".

Em suma, de instituição que intervinha nos países dependentes para garantir um equilíbrio na balança de pagamentos que assegurasse o pagamento dos encargos com a dívida externa através de políticas fixadas nas "cartas de intenção" que incorporavam condicionalidades, o FMI passou a ser o agente das reformas estruturais nos países dependentes, contando para isto com um novo tipo de condicionalidade, a condicionalidade estrutural.

Um conjunto de medidas adotadas sob supervisão do FMI como o processo de privatizações, desnacionalização das economias nacionais, abertura comercial, liberalização do câmbio, livre fluxo de capitais, queda da produção industrial em decorrência das altas taxas de juros, levaram a um sério debilitamento da economia nacional, aprofundaram a dependência dos países que se

submeteram a tal política e a uma perda de soberania crescente.

Todavia a redução do papel dos países dependentes na formulação de suas políticas macroeconômicas está longe de comprovar que tais países perderam, em definitivo, tais condições. Na verdade eles nunca as tiveram plenamente. Todavia, mesmo como países dependentes, em certas condições conseguiram formular políticas mais de acordo com os interesses se seu povo.

A questão de fundo é, portanto, de natureza política. De opção de caminho de desenvolvimento do país. De formular um projeto de desenvolvimento que, integrado na economia internacional, coloque como questão central os interesses do povo e do país e não os interesses do sistema financeiro internacional e do G-7.

A análise evidenciou que este processo de ajuste estrutural não é algo inevitável, mas uma política deliberadamente colocada em prática pelo G-7, através do FMI. A adoção de uma política que coloque o centro nos interesses nacionais, sem se isolar do resto do mundo, pode reverter esta situação. A adoção de caminhos próprios foi colocada em prática de forma exitosa na China, Japão e outros países asiáticos.

Aldo Arantes é membro do comitê central do PCdoB.

# Experiências de construção de instâncias unificadoras de lutas

MILTON ALVES

Um exemplo bastante positivo, talvez não valorizado devidamente pelo conjunto da esquerda, é o Fórum Nacional de Lutas por Terra, Trabalho, Cidadania e Soberania. Este fórum reúne os mais variados segmentos políticos e sociais. Faz a unificação de diversos setores sociais e de categorias de trabalhadores, contribuindo para a superação do corporativismo.

O Fórum surgiu como instância organizada para travar o combate ao neoliberalismo e apresentar alternativas para a construção de um novo modelo político, econômico e social para o país. Ele também possibilita a articulação da ação institucional da esquerda com os movimentos sociais.

As mais consistentes ações de rua, de

protestos e mobilizações populares contra o governo neoliberal de Fernando Henrique foram articuladas e promovidas pelo Fórum. As diversas jornadas nacionais de lutas, a campanha e o plebiscito pelo não pagamento da dívida externa e a vitoriosa Marcha dos Cem Mil em Brasília, momento importante da luta contra o governo neoliberal de FHC, são o exemplo da sua eficácia como instrumento de unificação das lutas sociais. O Fórum Nacional de Lutas talvez seja o embrião da formação de uma ampla frente política e social, reunindo todos os setores populares que lutam por uma nova hegemonia e um novo projeto para o país.

Outra experiência recente, já resultado de certa acumulação de forças na luta contra o neoliberalismo em escala internacional, é o Fórum Social Mundial, uma vasta somató-

ria de diversas formas de movimentos e objetivos. Reunido no começo deste ano em Porto Alegre, definiu uma série de ações supranacionais contra a globalização neoliberal. É uma instância que reúne desde de setores que buscam uma reforma do capitalismo até setores abertamente anticapitalistas. Também expressa a indignação de vastos setores sociais afetados pela onda neoliberal do mundo — pequenos e médios agricultores, migrantes do Terceiro Mundo que são tratados como párias na Europa, movimentos guerrilheiros, movimentos ecológicos, pacifistas, de raça, de gêneros etc. Ou seja, abarca uma diversidade de interesses e de formas de luta. Para alguns, trata-se de uma nova "internacional rebelde".

As manifestações em Praga, Davos e Quebec, ocorridas paralelamente às reuniões

de representantes das instituições que "regulam o funcionamento" do capitalismo com os governos dos países imperialistas (G7) mostram o repúdio e a revolta crescente dos povos contra o neoliberalismo e o controle da economia mundial pelas corporações transnacionais.

A criação de instâncias com um caráter de unificação dos diversos movimentos sociais e políticos é uma necessidade objetiva. Além disso, temos a tarefa de concretizar ações de massas coordenadas de cunho supranacional dos movimentos populares. É a "globalização" da luta dos povos contra a voracidade do capital.

Milton Alves é presidente estadual do PCdoB/PR.

# Um novo rumo para o Brasil sob uma visão original

ELIAS MARCO KHALIL JABBOUR

Partindo da análise dos itens 108 a 113, e observando a inoperância em se fazer atender ao anseio de um "Projeto Nacional", venho contribuir ao debate interno do nosso Partido tendo como fundo teórico o mais genial economista que o marxismo concebeu em nosso país: Ignácio Rangel.

"Um novo rumo para o Brasil", apontado como item da tese a ser debatida no 10º Congresso obrigou a pontuar-me em duas idéias rangelianas centrais onde irei discorrer nesse artigo, que são Capacidade Ociosa e Pontos de Estrangulamento, que estão diretamente ligados à questão do endividamento externo e interno, que passarei a tratar nesse momento.

Ao falar em endividamento externo, é preciso comentar algo a respeito da Crise do Petróleo (1973), afinal tal crise é o retrato recorrente do 3º de Kondratieff que trouxe consigo o aumento das taxas de juros nos países cêntricos afim de se buscar uma taxa positiva para compensar a inflação que "assombrou" tais economias.

Tal quadro exposto refletiu diretamente sobre a economia nacional que tanto abusou de sua capacidade de endividar-se externamente. Voltando para a atualidade, FHC abusa do direito de manter uma alta taxa de juros com a finalidade de dar sobrevida a uma economia dependente. O mesmo fenômeno com que Delfim Neto deparou-se em 1973, o "príncipe das trevas", se vê hoje, mas com uma diferença: naquela época nossa economia criou mecanismos via "capacidade ociosa" mantendo altos índices de crescimento (marcha forçada); hoje todo o esforço é para manter compromissos com o imperialismo.

Outrora o endividamento tinha um caráter básico de busca de recursos para conclusão de um parque industrial de base. Hoje o endividamento externo assume o efeito deletério de dumping do mercado nacional. Rangel ao discorrer sobre tal problemática dizia: "(...) devemos nos preparar para provar aos nossos credores que podemos arcar com nossos compromissos iníquos. Entretanto uma vez feita essa prova, seria absurdo satisfazer os ditos compromissos. A dívida, tal

como está formulada não será paga." (Rangel, I.; In, *Economia: Milagre e Anti-Milagre*, 1985, pag. 66).

Antes da abordagem acerca dos conceitos "Capacidade Ociosa" e "Pontos de Estrangulamento", quero deixar bem claro que tais termos formam uma união dialética e logo, segundo Rangel, tal união é o motor primário do desenvolvimento econômico do próximo Ciclo Longo (4º de Kondratieff), e o desenvolvimento do mesmo pode ser a prova que daremos ao imperialismo de que podemos arcar com nossos compromissos iníquos...

Caros camaradas, o "x" da questão acerca de "Capacidade Ociosa", consiste no fato de que entre 1938 e 1980, nossa economia cresceu 27 vezes, uma marca semelhante à da URSS no período, tendo um caráter substitutivo de importações. Por posição imposta pela própria vida o tipo de indústria criada (bens de produção), ao longo de todo esse ciclo econômico, desenvolveu-se além das fronteiras do sistema e constituiu-se logo em "capacidade ociosa" — exemplificando, é só darmos uma olhada ao nosso redor e veremos a verdadeira

"capacidade ociosa" que são as refinarias de petróleo, as companhias que tratam da questão do aço etc.

Elucidando o termo "Pontos de Estrangulamento", é bom saber que nos últimos 35 anos nossas cidades cresceram o correspondente a mais de seis Grandes São Paulo...

Apesar de tal crescimento vertical, "por baixo" dessas "selvas de pedra", falta quase tudo: faltam vários km de linhas de metrô, saneamento básico, estacionamentos, túneis etc. A crise energética atual também pode ser enquadrada como resultado de um "ponto de estrangulamento", ao mesmo passo que nossa rede ferroviária.

Citei rapidamente acima para fins de entendimento, alguns "Pontos de Estrangulamento", agora discorrerei sobre como Rangel equaciona o problema imposto. Devemos acompanhar o raciocínio de que a ociosidade de um lado se converterá em poupança de investimento em áreas estranguladas, tal operação é necessária para o desenvolvimento, essa conversão se dará via Concessões de Empresas Públicas para Empresas Privadas Nacionais.



O Estado será um hipotecador eficaz, afinal o mesmo será o seu tomador.

Em tal quadro temos que salientar o atual estágio do capitalismo financeiro em nosso país (afinal ele poderá se converter em um concessionário em potencial), fato novo na conjuntura nacional, pois esse era um óbice intransponível a mais de 50 anos atrás.

Para terminar esse artigo, quero dizer que o Estado sem renunciar à sua posição de poder concedente, ao trocar seu aval pela hipoteca oferecida pelo concessionário privado, terá sua posição enormemente fortalecida pela sua emergência como credor hipotecário, e que em caso de inadimplência, o Estado tomará o bem do hipotecado.

Nesse espaço quis expor alguns pontos-

chave para o sucesso de um projeto nacional, pois ao nosso lado convivemos com "neo-liberais de esquerda" e "marxistas moderados", que tentam nos empurrar "goela abaixo" a inviabilidade de uma moratória e propagandizam suas políticas compensatórias a la Milton Friedman, de Renda Mínima, Bolsa-Escola etc - pensam mais em suas carreiras pes-

soais do que a necessidade premente de um projeto nacional para um país maravilhoso e rico, porém miserável e dependente.

*Elias Marco Khalil Jabbour é membro da comissão pró-Distrital Tatuapé-Moóca-Belém (São Paulo/SP).*

## Reconstruir o Brasil, construir o socialismo

EGBERTO MAGNO

As discussões e debates emanados das Teses para o 10º Congresso do PCdoB têm possibilitado ao coletivo partidário em todo o país o afloramento de aspectos até então pouco tratados e a renovação/readequação de outros, que ainda carecem de maior aprofundamento, até a plenária final do evento, em dezembro, ou mesmo depois dele.

O processo de concentração e centralização de capitais e a crescente marginalização cultural, política e econômica dos países "emergentes", associado à radicalização das contradições inerentes ao capitalismo globalizado tem propiciado a diversificação da luta, em nível internacional, com o aparecimento de novos "atores sociais". E a questão nacional, longe de representar a negação de uma construção destrutiva da hegemonia neoliberal no planeta, ganha relevância como ponto de partida para o erigir, em longo prazo, de uma hegemonia contraposta à atual. "São muitas as utopias anunciando o que pode ser o futuro do mundo, o que pode ser as outras formas de ser, os diferentes tipos de individualidade e coletividade. Todos começam por convidar a uns e outros a soltar a imaginação, pensando o presente, lembrando o passado e imaginando o futuro" (Ianni, Octávio, "O reencantamento do mundo", revista Fórum, nº 1). Desse modo, tomo a liberdade de, à luz do passado e do presente, imaginar o futuro. Não se trata de botar o carro à frente dos bois mas sim de ter em conta os desafios que inevitavelmente se colocarão seguidamente a uma eventual vitória da oposição, capitaneada pela esquerda. Penso que, ao assim procedermos, teremos maior compreensão e dimensão da necessidade de o PCdoB obter vitórias e avanços políticos e organizativos no curso da luta visando derrotar o neoliberalismo e construir um novo rumo para o país.

O item 115 das teses acentua que "... Nas condições do Brasil atual a proposição de um

governo de reconstrução nacional, constituído por amplas forças democráticas e populares, produto de um movimento de oposição ao neoliberalismo, se insere nessa perspectiva antiimperialista, podendo se aproximar do objetivo maior - conforme o papel e a dimensão da hegemonia que vier a ocupar o Partido Comunista do Brasil e as correntes de esquerda mais conseqüentes e o nível de organização alcançado pelos trabalhadores e as demais camadas do povo no desenvolvimento da luta anti-neoliberal". É nesse contexto que se insere a temática da luta pelo socialismo no Brasil.

Um eventual governo de tipo nacional, democrático e popular só se sustentará, conforme acentua João Amazonas em sua intervenção na reunião da CP do CC de 03/08/01, com base em "... um movimento de massas, popular, amplo e ativo, que garanta transformações profundas. Não podemos ter e nem se-mear ilusões. Não é possível ver o futuro como uma calmaria", porque, acredito, o advento desse (eventual) novo governo engendra uma série de antagonismos e contradições.

Os antagonismos decorrerão da inevitável inconformidade das classes dominantes brasileiras e seus aliados externos que, alijados do poder, recorrerão a instrumentos tanto da chamada blindagem econômica (o que já ocorre com a LRF e a idéia de BC independente) quanto aos que Amazonas chama a atenção em sua intervenção, já que o "inimigo não permite o rompimento com a estrutura social e econômica desumana e a libertação do país".

As contradições se expressarão, fundamentalmente, em razão das dificuldades próprias de uma experiência inédita, ainda mais nas condições de um país que nos últimos anos tem sido desestruturado pelo neoliberalismo, que sofrerá justa pressão para o enfrentamento/equacionamento de demandas sociais históricas; do arco de aliança indispensável à consecução da vitória das forças oposicionis-

tas. Sendo ampla a frente, sobretudo no 2º turno das eleições, o governo acertadamente deverá ter uma composição também ampliada, para garantir a governabilidade; do tensionamento interno do partido de maior força e densidade eleitoral; e das posições e atitudes político-ideológicas da tendência hegemônica desse partido.

Colocam-se então duas possibilidades: 1) estagnação e até retrocesso de uma tendência nacional, democrática e popular; 2) avanços que nos aproximem do objetivo maior - o socialismo. É claro que uma ou outra possibilidade teria como pano de fundo a correlação de forças em plano internacional e nacional, portanto, do nível dos antagonismos. E também das contradições quanto aos rumos a serem seguidos. É nesse ambiente de disputa pelo conteúdo do novo governo que o PCdoB - tal qual os demais partidos - se situará. Portanto, a disputa pela hegemonia do Partido Comunista numa frente desse tipo é questão fundamental da luta pela perspectiva socialista em nosso país.

A temática do socialismo como alternativa ao capitalismo neoliberal vem, aos poucos, reaparecendo. Muitos que haviam abandonado a abordagem socialista voltam a discuti-la. Mas, existe socialismo e socialismo. Para uns, "o socialismo precisa ser compreendido como um artifício da consciência (sic!) e não como uma perspectiva (...) e nem mesmo como a mais provável. Trata-se, isto sim, de uma vontade que precisa ser construída a partir da consciência e também da esperança" (Tese Democracia, solidariedade e luta, do PT). Seguindo esta concepção, o socialismo seria construído aqui e agora, não como um processo de ruptura. Desse modo, o socialismo poderia ser alicerçado em políticas públicas compensatórias que se tornaram ícones de administrações populares, como a "Bolsa-Escola" e "Fome Zero", por exemplo. Falam da experiência do Orçamento Participativo como estratégia para a construção do socialismo

(sic!). Defendem o chamado "socialismo democrático" que, por assim ser, seria plural, universal, com a radicalização da democracia burguesa. Para outros, o "socialismo democrático" tem como premissa a negação da experiência histórica da ex-URSS, leste da Europa, China, etc. pois assim estaria livre do "ranço autoritário" dessas experiências. Por outro lado, há aqueles que advogam a idéia de que a sociedade capitalista não precisa ser transformada, mas sim melhorada. Em recente debate ouvi de um desses a opinião de que a Lei de Responsabilidade Fiscal tem aspectos positivos e negativos, então precisamos melhorá-la. Segundo essa lógica não seria necessário um rumo radicalmente diferente para o Brasil mas sim uma humanização da sociedade capitalista. São setores vacilantes que tiraram de sua perspectiva histórica o socialismo, adotam o pragmatismo político e representam o "campo majoritário".

Ameaça que seguramente terá de ser tratada é a da substituição da luta pelo "gerenciamento das coisas" do estado capitalista. Qual tem sido o exemplo de experiências administrativas populares, nesse terreno? Em algumas delas não se desenvolve mais a luta de combate ao neoliberalismo vez que os partidos (inclusive o PCdoB, em alguns casos) estão voltados para questões puramente administrativas.

A participação do PCdoB nesse processo contraditório de disputa de rumos será fundamental para impedir a fragmentação da coalizão bem como para evitar a perda de perspectivas mais avançadas. Mais isso só será possível se conseguirmos alcançar vitórias próprias importantes no processo político-eleitoral de 2002 e se dermos saltos nos terrenos ideológico e organizativo.

*Egberto Magno é membro do Comitê Estadual da Bahia e presidente do Partido em Simões Filho/BA.*

## Entre a social-democracia e a institucionalidade burguesa-liberal (parte 2)

DURBENS M. NASCIMENTO

Em primeiro lugar, é sabido que nós do PCdoB corretamente acreditamos, na contracorrente do emaranhado de concepções, movimentos e ações coletivas, que se movimentam em escala global sem sentido revolucionário - tese anticapitalista -, numa ruptura com o modelo econômico, social e político capitalista que impera também em nível planetário. Já disseram que para esse movimento ter sucesso é necessário que comunistas assumam a coordenação e direção dessa luta anticapitalista. Tal movimento se constituirá por forças políticas e sociais interessadas num projeto alternativo de socialismo reavivado a partir das experiências negativas do século XX.

Em segundo lugar, desde o Congresso passado, visando o fortalecimento do PCdoB reafirmamos a idéia consubstanciada no marxismo-leninismo e de sua tradição cultural, e expressa em documentos oficiais, de ser um

partido de novo tipo, voltado para a organização e o exercício da direção de um movimento de grande envergadura, que aponte para o objetivo estratégico que é tomada do poder político e a implementação da República dos Trabalhadores (conforme o Programa Socialista), rumando para a instauração de uma ordem econômica, social e política plenamente socialista.

Não obstante essas assertivas, no Brasil, o PCdoB vive um momento ímpar na sua trajetória. Esta coincide com uma quadra singular da história mundial e da vivência política democrática da sociedade brasileira, ainda que sob o vendaval neoliberal ameaçando conquistas históricas do povo brasileiro. Entre essas conquistas podemos destacar os recentes 16 anos de legalidade do PCdoB.

Nesse período, é fato o crescimento da influência política e eleitoral demonstrada na participação efetiva em setores estratégicos da sociedade, tais como o movimento operário e de juventude, bem como nos resultados eleito-

rais. Reflete-se, também, organicamente no aumento das filiações e recrutamento de lideranças experimentadas nas lutas sociais e políticas. Além do que, é perceptível a importância da participação institucional, vinda das reflexões das eleições de 1998, nos Executivos em todos os níveis, com exceção do federal, no aparelho do Estado. Hoje, participamos direta ou indiretamente, em alguns estados da federação, em instituições executivas e legislativas de governo nos níveis municipal e estadual.

De outra parte, no interior do movimento democrático-popular, presenciamos uma discussão controvérsia acerca da participação institucional com a profusão de teses social-democratas sobre a necessidade de reformas profundas na direção do aperfeiçoamento da democracia brasileira. Vale ressaltar, o pronunciamento de alguns grupos petistas, ditos revolucionários, que insistem em afirmar que qualquer mudança mais profunda tem, inexoravelmente, que passar por uma experiência de governo social-democrata petista. Em vista

disso, somente o PT encabeçando um grande processo de mudanças, não realizadas historicamente pela burguesia, seria capaz de criar as condições para a redução das desigualdades em nosso país e melhorar, assim, sensivelmente as condições de vida de milhões de trabalhadores.

Certamente, o projeto petista, via de regra, concerne exatamente na democratização da vida nacional, por meios de iniciativas ancoradas nos movimentos sociais e operário, que rompe, em tese, com a cidadania da dívida de caráter elitista, a qual tem servido como mecanismo de dominação política e cultural e toda sorte de conseqüências nefastas para os brasileiros. A luta histórica dos partidos e organizações comprometidas com justiça e com a democracia e o socialismo é implantar um projeto de desenvolvimento nacional voltado para o mercado interno, que rompa com a dependência aos monopólios internacionais e promova mudanças profundas na forma de apropriação da terra com a realização da re-



forma agrária e, finalmente, democratize o Estado. Tudo isso, obviamente, levando-se em conta o contexto internacional, a correlação de força em plano interno e externo e a herança histórica que nos faz uma sociedade diferente das outras capitalistas.

Some-se ainda a esse programa as seguintes medidas reformistas: as políticas sociais compensatórias como o Programa Bolsa-Escola e o espaço público de discussão, debate e formulação de políticas públicas como o instrumento político-institucional de participação popular que se reflete no Orçamento Participativo e nos Conselhos Populares. Estes últimos para fins de elaboração de políticas setoriais: transportes, juventude, etc... Além dessas, não custa citar também as políticas públicas de integração que vão ao encontro das demandas de minorias existentes. A propósito uma nota adicional: é notório, na altura dos acontecimentos, embora com pequenas nuances, a incorporação destas propostas

por partidos que há bem pouco tempo eram empedernidos adversários de teses oriundas do campo da esquerda, mas que como estão contribuindo para a estabilização dos mecanismos de poder neoliberais porque visam ao atendimento de benefícios sociais eminentemente clientelísticos, se tornaram parte efetiva das propostas e ações de governos de inspiração elitista. Exemplificado no Programa Bolsa-Escola federal do PSDB-PFL-PMDB, isto só reforça a tese que defendo aqui.

É inegável o caráter progressista dessa proposta. Sua efetivação é uma das medidas essenciais e inadiáveis para o povo brasileiro e para a democracia. Não é à toa, portanto, que a nossa aliança política preferencial do ponto de vista tático e estratégico é com essa organização partidária.

Contudo, se é verdade que supomos programaticamente avançar através da luta em todos cantos da sociedade a fim de criarmos as condições subjetivas, as capacidades impres-

cindíveis para direção do movimento revolucionário mudancista, para que, quando no momento preciso, da exacerbação da luta de classes, os de cima não consigam governar como antes e os de baixo não desejarem ser governados com até então – parafraseando Marx, então estamos preparados teórica e organizativamente para o embate que corresponderá à necessidade de rupturas violentas. Porém e por outro lado, pensemos aqui um cenário oposto.

Imaginemos um Brasil com indicadores econômicos e sociais elevados, que traduzam transformações importantes nas estruturas e superestruturas da sociedade. E que essas mudanças sinalizem para a diminuição das desigualdades sociais e políticas. Imaginemos que essas transformações sejam conduzidas basicamente por coalizões de esquerda hegemônicas pelo PT. Imagine-mos, em síntese, que mesmo que a social-democracia não tenha sido eficiente e capaz de solucionar os problemas, que são insuperá-

veis nos marcos da sociedade capitalista, não se pode absolutamente negar os avanços sociais e democráticos que possam vir e que, historicamente, suas irmãs européias patrocinaram em diversos países da Europa. Mas essa situação, com seus desdobramentos econômicos, sociais, político e culturais não nos diz absolutamente nada sobre a transição revolucionária nem que são favoráveis ao PCdoB profundamente revolucionário. Ao contrário, ela aponta efetivamente para a derrota desse movimento ainda que no discurso continuemos, abnegados que somos, afirmando ao mundo, o nosso espírito revolucionário e nossa luta para a instauração de uma nova ordem calcada na organização socialista das atividades econômico-sociais da sociedade. (continua)

*Durbens M. Nascimento é militante da OB da Universidade Federal do Pará.*

## A bandeira do estudo

EMERSON LOPES BROTTTO

**N**ossos documentos já afirmam: quem é de luta estuda.

Assim, na intrincada atualidade da luta de classes, mais do que nunca se faz necessário nos debruçarmos sobre o estudo, no fito de nos engajarmos bem armados para a luta ideológica.

Em que pese tal afirmativa, que nos soa de forma consensual, não raras vezes – e como acontece muito no envolvimento sindical –, nos deixamos levar pelo espontaneísmo, como se o movimento fosse tudo, ao que, cámos na vala comum daquelas correntes políticas de esquerda que fazem da luta econômica um fim e si mesma.

Sobre isto, bem acentua o camarada João Amazonas: "Mas patenteia-se, ao mesmo tempo, a subestimação da teoria como guia para a ação revolucionária. Declara-se que o Partido 'não deve possuir qualquer filosofia' e tem de evitar abstrações ideológicas. Sem filosofia própria e objetivos corretos apoiados na teoria de vanguarda, o Partido se converte num ajuntamento eventual levado pela correnteza do movimento espontâneo. Em lugar da organização consequente da luta, a improvisação mal definida. (...) Lenin dizia que 'não pode haver um forte partido socialista sem uma teoria revolucionária que agrupe os partidários do socialismo'. E assinalava que 'sem teoria revolucionária não há movimento revolucionário. Verdades incontestáveis. Não chega a ser um partido socialista aquele que prescinde

da teoria. Quando muito, será uma frente política agrupando inúmeras tendências. A unidade torna-se praticamente impossível."

Abrimos aqui um breve parêntese na citação para dizer que qualquer semelhança com o PT e outros partidos do campo popular é mera coincidência. Seguindo na oportuna e atualíssima citação, "Certamente, os praticistas, os espontaneístas também falam da importância da teoria. Mas a concepção que têm de teoria é sui generis. Dizem: construir a teoria a partir das experiências de luta dos trabalhadores, com o aprendizado prático, com o constante avanço de nossa capacitação política, vista como reflexão, debate e estudos apoiados em nossa ação concreta. Que tem isso a ver com a teoria de transformação da sociedade? É puro espontaneísmo, ilusão fugaz. Dos conflitos entre patrões e operários nasce apenas o tradeunionismo. Dos recontros entre polícia, a serviço do dono do solo, e os invasores de terrenos que buscam construir seus barracos o que desponta é o populismo. Não nasce daí a teoria revolucionária, a consciência socialista. (...) Na situação atual, quando passam a primeiro plano os problemas estratégicos da luta revolucionária, a teoria, que não deve ser confundida com dogmatismo, tem função ainda mais importante. Das três formas de luta de classes – econômica, política, teórica – que se referia Engels, precisamente a luta teórica ganha maior dimensão nos dias que vivemos. (...) Defender e desenvolver a teoria marxista é uma exigência impostergável da época atual. E isso se faz não de maneira abstrata, mas ligada

à luta concreta no terreno das idéias, no combate ao capitalismo cada vez mais selvagem, na ação política que organiza e educa as massas". (Revista *Princípios*, nº 20)

Certamente não estamos a afirmar que não devamos estabelecer a luta econômica. Mas para que possamos ligar esta à política, de forma clara e estratégica, necessitamos do domínio da teoria que, como já asseverado, não é algo pronto a acabado, mas que nos dá toda uma base de princípios para que possamos alçar vôos mais altos.

Não se fazem militantes revolucionários só ao se folhear livros marxistas. É necessário base e estudo para intervir na prática e com ela interagir na teoria, isto é, "A prática é a base do conhecimento, no entanto, é a teoria que generaliza a experiência, que revela as leis objetivas em atuação, que dá ao homem a consciência da necessidade" (João Amazonas, *idem*)

Nós comunistas temos a consciência da necessidade da revolução socialista para um novo rumo de mundo. Mas e o povo, em especial as massas exploradas? O que é necessidade plausível de ser realidade para nós, para muitos é utopia, e para outros ainda é algo sequer "pensado".

Se é verdade que "O Partido Comunista do Brasil nasceu para atender a uma necessidade histórica e cumprir uma tarefa grandiosa de transformação social – a tarefa de dirigir a revolução proletária no Brasil e promover a luta por uma sociedade nova, que descortine horizontes avançados para os brasileiros e para a humanidade" (José Carlos Ruy, *Princípios*, nº 60) verdade também é que ainda não compreendemos – e se compreendemos, não empreendemos – nossa parte dentro desta grande tarefa, que é o estudo sistemático da teoria, com vistas a uma contribuição para a realização dos propósitos transformadores da realidade social.

Reafirmar a luta pelo socialismo não é só portar um botão no peito, e se dizer comunista. É preciso ser comunista, e ser comunista é também ser estudioso, não esperando que só os quadros da direção maior pensem e elaborem. "Nós somos as forças da vida e devemos usar a inteligência para imaginar, para construir, para fazer com que a sociedade evolua usando toda a sua diversidade. O que o homem fez pode ser modificado, corrigido ou mesmo desfeito por outras conjugações" (Danielle Mitterand, Fundação France Liberté)

O 10º Congresso deve servir – e está servindo – para uma profícua discussão sobre nossa formação teórica, formação esta que passa pela qualificação de quadros em todas instâncias diretivas e deliberativas do Partido com vistas a uma "reprodução freqüente e consistente" do estudo e aplicação da teoria, consubstanciado no efetivo entendimento de que só um partido de vanguarda é capaz – e deve estar capacitado – para elevar a luta econômica contra o capital em luta política pelo poder.

*Emerson Lopes Brotto é membro da Executiva Municipal de Passo Fundo/RS.*

## Reflexão sobre cultura necessita de placenta

JEOSAFÁ FERNANDEZ GONÇALVES

**A**inda que se possa discordar da forma de apresentação adotada para as Teses do 10º Congresso do Partido, há que se reconhecer nelas os méritos das muitas portas que abrem para as muitas reflexões necessárias ao desenvolvimento teórico e prático do marxismo e do próprio Partido. Da política internacional à ação concreta na vida social, as portas das Teses convidam o militante ao debate franco e produtivo, e suscitam nele toda sorte de inquietações, que vão de seu papel de indivíduo no interior da organização partidária ao papel da própria organização partidária nos destinos mediatos e imediatos do Brasil.

Em relação às Teses, não me atenho neste artigo às portas francamente abertas, que são muitas, mas a apenas uma – modesta porta, portinhola talvez – que me parece ou mal aberta, ou simplesmente fechada: a porta das reflexões sobre a cultura, acerca da qual penso ser oportuno discorrer.

O atual estágio da luta antineoliberal

tem exigido amplos e profundos esforços das correntes democráticas do mundo, em todos os campos da vida social, política e ideológica. Se ações de ONGs, de entidades e de movimentos sociais, assim como de partidos políticos resistentes aos modelos totalitários do pensamento único resultam em acúmulo de forças do campo democrático, a luta ideológica não ocupa papel secundário, porque, ao fim e ao cabo, é ela que amadurece e orienta as condições subjetivas essenciais para as transformações de que tanto andamos necessitados.

E a luta ideológica não se restringe quer ao pensamento econômico, quer ao político, quer ao filosófico: a luta ideológica é o próprio motor do desenvolvimento do pensamento humano, vigora desde os primeiros movimentos do feto no sentido da aquisição da linguagem, ainda no útero materno, até o último laivo de vida cerebral, e se expressa seja cientificamente, seja filosoficamente, seja artisticamente: enquanto vive, o homem é espaço de luta de idéias, que se so-

mam pela experiência, que se potencializam pela reflexão crítica e que se superam pela ação militante.

Porém, se os pensamentos econômico, político e filosófico têm encontrado espaço de reflexão cotidiano e profícuo no Partido, o mesmo não se pode dizer acerca das artes e da cultura, embora seja freqüente, sabida e notória a militância artística e cultural de uma grande quantidade de comunistas.

No entanto, o neoliberalismo e a sua versão midiática, a tão propalada globalização, não têm feito outra coisa no campo da produção simbólica senão produzir lixo cultural inexpressivo e formas artísticas estandardizadas e desumanizadoras. E nessa sua impotência criativa reside uma de suas muitas falhas genéticas irreparáveis, aspecto que necessita ser alvo de crítica ampla e profunda por parte dos comunistas militantes dos meios acadêmicos, científicos e culturais, porque essa esterilidade do neoliberalismo e de sua globalização é constatação de morte espiritual, profetiza

seu fim agônico e é eloqüente réquiem de sua morte geral.

De modo que aqui fica a sugestão de que o nosso 10º Congresso dedique um espaço para a reflexão acerca de como o Partido pode intervir proficuamente na luta de resistência simbólica ao neoliberalismo e à sua globalização, à moda hamburger e a outras de igual essência – saltos de qualidade só são possíveis após acúmulos quantitativos de qualidades específicas; no campo da produção simbólica esses saltos só são possíveis pelo acúmulo de reflexão crítica no interior de um espaço claramente delimitado. Penso que certa reflexão crítica já possuímos, mas penso também que essa certa reflexão crítica se dispersa e se perde pela ausência de espaço placentário propiciatório dos saltos de qualidade necessários às nossas formulações para esse quesito específico de nossas preocupações.

*Jeosafá Fernandez Gonçalves é membro da base da USP/SP.*

# O socialismo vive

PÉRICLES SANTOS DE SOUSA

A revista *Veja*, considerada por Aldo Rebelo a maior revista americana em língua portuguesa, publicou um "primor" de matéria sobre a pesquisa feita pelo Ibope a pedido da CNI. Os resultados surpreenderam os donos da pesquisa e a nós próprios. Transcrevo abaixo trecho da referida matéria:

"Há outro fator, este surpreendente, apontado em pesquisas recentes. Numa delas, encomendada pela Confederação Nacional das Indústrias (CNI) ao Ibope, perguntou-se a 2.000 pessoas o que pensavam do socialismo. Nada menos do que 50% foram favoráveis à sua implantação no Brasil. O Ibope também perguntou se o Brasil precisa de uma revolução socialista. Cerca de 55% concordaram com a proposta. Na pesquisa, 78% dos entrevistados querem uma presença mais forte do Estado na economia. Como "socialismo" e "revolução socialista" estão associados a idéias complexas e um tanto exóticas para andarem na cabeça de brasileiros comuns, a CNI encomendou uma pesquisa qualitativa para decifrar a compreensão popular dessas expressões. O trabalho, entregue ao Cepac - Pesquisa e Comunicação, foi coordenado

por Ney Figueredo, integrante do Centro de Estudos de Opinião Pública da Unicamp e consultor político da CNI.

Ouvidas 600 pessoas, representantes de todos os segmentos do eleitorado, chegou-se à conclusão previsível de que "socialismo", na acepção popular, nada tem a ver com marxismo, Mao Tse-tung ou Che Guevara. Para os brasileiros ouvidos na pesquisa do Ibope, socialismo é sinônimo de "união", "amizade", "comunhão", "partilha", "respeito", "solidariedade" e "justiça". Da mesma forma, "revolução socialista" não tem nenhum parentesco com Cuba nem com a guerrilha do Araguaia. Conforme o levantamento, trata-se de uma "mudança social", "ampliação das oportunidades de emprego", "diminuição da corrupção". Não importa muito que haja uma confusão dos entrevistados, baseada em falta de informação. O que importa, segundo Ney Figueiredo, é que "o PT é o partido que os entrevistados mais associam aos ideais que admiram".

A *Folha de S. Paulo* de 12 de agosto retoma o assunto dizendo que a nata do empresariado entrou em estado de alerta após a pesquisa. Diz que a CNI buscava munição contra Lula e que deu o contrário. Acrescenta aos índices divulgados por *Veja* os de 43% favoráveis à passagem de todos os

bancos para as mãos do Estado e de 49% de acordo com a estatização de empresas particulares. Diz ainda que quando instadas a falar sobre o capitalismo, as pessoas associaram o sistema a dinheiro, desigualdade, exploração, crueldade, selvageria, escravidão, domínio do rico sobre o pobre etc, e que uma ampla maioria expressou sentimentos nacionalistas.

O que mais chama atenção na pesquisa é o índice de simpatia pelo socialismo. Apesar do fim da experiência do Leste europeu, de toda a propaganda neoliberal, dos personagens das novelas globais dizerem que isso não existia mais, de partidos banirem o socialismo de seus programas, essa idéia permanece como coisa boa, em contraposição ao capitalismo, na cabeça de grande parte de nosso povo.

Chama atenção também a vinculação do socialismo ao PT, revelada pela tal pesquisa, o que realça a insistência das Teses no esforço de diferenciação do PCdoB, "o Partido do socialismo".

Ao texto da *Veja* pode-se contrapor o item 133 das Teses ao 10º Congresso:

"Os valores ideológicos defendidos pelo PCdoB são opostos aos da elite brasileira. Uma elite submissa, anacrônica e incapaz de formular e dirigir um projeto nacional que mude a situação do país para melhor. Os comunis-

tas cultivam o sentimento nacional, o orgulho de pertencer a este povo, a cultura e a arte da terra em suas múltiplas manifestações e a admiração pelas lutas históricas que tantos heróis e mártires produziram. Valorizam o trabalho produtivo contra a exploração e a especulação parasitária, as coisas públicas e coletivas sobre as coisas privadas, a solidariedade generosa contra o individualismo mesquinho; ao mesmo tempo, respeitam a singularidade de cada indivíduo incentivando-o a desenvolver suas potencialidades. Combatem a indiferença e o sentimento de impotência - disseminados pela burguesia -, diante da situação vigente, procurando despertar o interesse pela vida política e descortinando uma perspectiva transformadora. O PCdoB estimula o combate aos preconceitos existentes, sobretudo os étnicos, raciais e de gênero, que foram amplamente impregnados na sociedade brasileira pelas classes dominantes e que são manifestos aberta ou sutilmente. Afirma sua luta por direitos iguais para todos, para que as diferenças entre os indivíduos floresçam e sejam respeitadas. A luta por tais valores é parte integrante do combate político por uma nova sociedade."

Péricles Santos de Sousa  
é membro do Comitê Central.

# Democracia de classe

SÔNIA CORRÊA

O Partido Comunista do Brasil tem em sua trajetória o legado, como nenhum outro partido, de defensor da democracia, que se mistura e se confunde com a própria história do país e de seu povo. Assim foi a resistência à ditadura militar, no Araguaia, que teve o alto preço da queda de valerosos camaradas como Osvaldão, João Carlos Hass Sobrinho, Dina, José Humberto Bronca, Maria Lúcia Petit, entre tantos outros homens e mulheres, verdadeiros heróis do povo, cujo sangue generoso significou a luta pela anistia, por um governo democrático, pelo fim dos atos institucionais. Foi assim, na massiva campanha Pelas Diretas, na Constituinte, no Fora Collor, e atualmente no Fora FHC e pela unidade das forças progressistas para derrotar o neoliberalismo.

Quando falamos em defesa da democracia, surgem sempre questionamentos, acusações, especialmente no campo dos partidos aliados nos diversos movimentos sociais de nossa atuação. Urge dizermos o que é a democracia que defendemos.

Assistimos no campo da esquerda brasileira a um debate que tem como principal pano de fundo este tema, cuja análise é de caráter burguesa, na medida que concebe a democracia como valor universal, onde acreditam ser possível, numa sociedade dividida em classes, que os valores democráticos possam ser estendidos a todos, não importa a que classe pertençam, indistintamente. Não fazem, por opção ideológica, a análise de classe, onde toda a democracia é uma ditadura e toda a ditadura é uma democracia, dependendo da classe que está no poder. Por isso, dizer que defendemos a "Ditadura do Proletariado", significa dizer que defendemos a democracia para a maioria do nosso povo trabalhador, produtor das riquezas de nosso país. Exatamente o oposto do que temos hoje, em que há uma democracia total e irrestrita para uma minoria de sanguessugas que detém o poder em grande parte do mundo, enquanto que para os operários e trabalhadores resta a condenação à miséria, à fome, à barbárie neoliberal. Na atual democracia, os poderosos têm direito a tudo e a população pobre não tem direitos sequer aos serviços básicos como saúde e educação, e, a cada ano de eleição, trocar seu voto por um

prato de feijão, que diga-se de passagem, é valor alto, para quem vê seus filhos vitimados pela fome. Precisamos subverter essa ordem, por isso, é justo dizer que o Partido foi e é um defensor da democracia, ou de liberdades democráticas, mesmo nos marcos do capitalismo, pois que a ruptura com a ditadura burguesa, ou democracia burguesa, só será possível, com a ruptura do próprio capitalismo, com a condução de outra classe ao poder: a classe operária e a construção do socialismo.

A questão da democracia, muitas vezes confundida com liberalismo, precisa ter a atenção dos comunistas. Não pela ótica falseada das eleições diretas em todos os níveis e em todos os locais imagináveis, ou que todo mundo pode tudo, com base na tese (que provoca frisson em muita gente) de liberdade de pensamento e expressão pública de opiniões, cujo "canto da sereia" de alguns figurões ditos de esquerda, é "contribuir na construção de uma 'ordem' social livre, justa e solidária". Defendem organizações baseadas numa ética abstrata, sem compromisso com a prática coletiva. Alguns deles já deixaram claro que a questão da transformação social está fora de voga e enchem a boca para falar em direitos humanos, democracia plena, ou democracia radical, como se a "humanização" proposta fosse possível nos marcos da sociedade capitalista, onde a classe no poder conta com os mais variados e poderosos instrumentos para fazer valer a sua concepção e sua manutenção na condição de dominadora. Já a classe operária e os trabalhadores, precisam cada vez mais de uma organização aguerrida, decidida a romper com os grilhões do capitalismo, que aponte a saída revolucionária socialista, cuja democracia seja um privilégio da ampla massa de homens e mulheres trabalhadores.

Cabe analisar a democracia, dentro e fora do Partido com a visão de classe e com os pés bem firmes na realidade concreta, do tipo de sociedade em que vivemos, ou seja do capitalismo em tempos de política neoliberal, cuja marca é a restrição continuada das liberdades políticas e dos direitos sociais do povo em geral. Neoliberalismo, não rima com democracia. Mas, o tal "canto da sereia" das idéias liberalizantes, presentes com a força do modismo pequeno burguês de setores que se intitulam de esquerda, de um partido mais

'democrático', onde todo mundo diz e faz o que quer antes e depois de ser tomada uma decisão, onde se promove discussões contínuas nos mais variados locais que não nas instâncias partidárias, pela 'liberdade de expressão' e em 'defesa das minorias oprimidas', por vezes, fazem eco entre nós. Em nome da democracia, assistimos muitas vezes o ataque ao Partido, repito, por dentro e por fora, através de críticas a sua direção das mais diversas instâncias, na maioria das vezes, mascarando o real motivo e/ou objetivo, qual seja, sua concepção no mínimo distorcida, mas que pode significar ainda uma tendência liquidacionista disfarçada, que busca adeptos no seio do próprio Partido. Por isso, sempre é bom estarmos vigilantes e desconfiar de quem muito bate no peito se dizendo defensor incontestável da ideologia e princípios comunistas, mas que na relação entre a prática e a teoria são os que promovem o ataque permanente ao Partido da classe operária e às direções partidárias. Não que estas sejam intocáveis, ou que não errem. Aliás, vale a pena reler o informe "Sobre o Trabalho de Organização", do camarada Jairo José, no nosso 9º Congresso, especialmente no ponto onde trata do trabalho de direção. E é justamente aí, que a democracia do PCdoB se manifesta com toda a sua superioridade. E a própria possibilidade de que neste momento de debate intenso no interior do Partido, uma militante comum, como eu, entre tantos outros, dirigentes ou não, possam estar manifestando sua opinião para o Brasil inteiro, sem ter de buscar adesistas que assinem uma tese, para que esta seja publicada, e diga-se de passagem, não em qualquer momento, mas no principal momento do Partido, ou seja, seu Congresso Nacional, a instância máxima dos comunistas.

Por isso, a reafirmação do Centralismo Democrático é condição imprescindível para o fortalecimento de nossa organização. E este princípio não menospreza a questão das eleições, ao contrário, todos os organismos de direção são eleitos de baixo para cima e com visão de unidade classista do significado de maiorias e minorias, cobra o cumprimento igualitário das decisões tomadas pela maioria. Também está contemplado no Centralismo Democrático o amplo debate de todas as orientações do PCdoB, como neste momento em que de norte a sul, do Oiapoque ao Chuí, se discute esse belíssimo documen-

to de análise e de busca de caminhos para derrotar a política neoliberal vigente no mundo, que são as nossas teses ao 10º Congresso, e como bem propõe a tese, sobre as proposta de modificações nos Estatutos do Partido, em seu Artigo 19: "Os organismos do Partido trabalham segundo o princípio da direção coletiva. Todos os organismos dirigentes devem discutir e decidir coletivamente os problemas que se colocam diante do Partido, as tarefas e os planos de trabalho. O princípio da direção coletiva não elimina a responsabilidade individual".

O Partido Comunista é o partido unido na ação política e o centralismo democrático é a força propulsora na formação da consciência e da disciplina revolucionária. Penso que essas questões não podem jamais ser vistas como algo formal, ou como instrumento meramente administrativo/burocrático, que via de regra, é a impressão que se tem de instrumentos reguladores, como no caso do Estatuto, mas acima de tudo, como um instrumento ideológico, que regula sim, como método, a opção cotidiana do comunista, de transformar o Partido numa "força imprescindível" para a classe operária e os trabalhadores construir uma sociedade baseada no bem comum, na produção e apropriação coletiva: a sociedade comunista.

Por fim, gostaria de fazer referência à contribuição da camarada Ana Rocha na Tribuna de Debates, ao lembrar Gramsci: "vale a pena ser comunista", pois a convicção de que nossa luta não é vã e de encontrarmos no debate deste 10º Congresso esse entusiasmo contagiante, renova-nos o vigor revolucionário. Sim, camaradas: Vale a pena ser comunista!

O Partido Comunista do Brasil, com a grandiosidade de quem consegue fazer uma avaliação pontual do atual momento em que vivemos de ofensiva brutal do neoliberalismo sobre os povos, convoca o seu 10º Congresso, que até pela sua chamada por "Um Novo Rumo para o Brasil", demonstra mais uma vez que o Partido, alinhado com as necessidades e anseios do povo, aponta o caminho para a derrota do neoliberalismo, através da ampla união das forças democráticas e patrióticas, abrindo picada para a construção do socialismo. Viva o 10º Congresso do PCdoB! Viva o Socialismo!

Sônia Corrêa é da OB do Funcionalismo Público (Santa Maria/RS).

# É preciso ousar

ÂNGELO ANDRADE CIRINO

As teses do 10º Congresso tratam a questão da passagem ao poder proletário em dois contextos diferentes. Ao analisar a situação internacional, no parágrafo 44, as teses afirmam que "Do ponto de vista das exigências objetivas, a sociedade está madura para o advento de um novo regime dirigido pelas amplas massas trabalhadoras. Jamais foi tão aguda a disjunção entre socialismo e barbárie". E também, no mesmo parágrafo, "A luta contra o neoliberalismo será inconseqüente se se mantiverem circunscritas as reivindicações parciais e localizadas e ignorar a perspectiva socialista".

Entretanto, ao analisar as tarefas políticas no contexto da situação nacional, no parágrafo 114, as teses afirmam que "o nível da batalha em curso demonstra que não se reúne ainda as condições políticas e orgânicas para a conformação das forças sociais necessárias a esse empreendimento e, ademais, não se coloca, de imediato, a ruptura da ordem institucional predominante".

A despeito da correção desta última afirmativa, creio ser possível iniciarmos a virada da correlação de forças, não só pela batalha eleitoral que se aproxima, mas pela criteriosa análise dos conflitos das demandas políticas do proletariado com o poder da burguesia. Quero fazer eco ao artigo do camarada Jairo José na Tribuna de Debates nº 1, pois também considero que o Partido está por demais preso à situação de defensiva estratégica, que perdura por décadas. No meu entendimento há um círculo vicioso, pois estamos em defensiva estratégica e, por isso, o Partido não leva ao povo suas alternativas de poder e, como o Partido não apresenta alternativas de poder, não saímos da defensiva estratégica. É preciso ousar para quebrar este círculo vicioso e para ousar é preciso ter o povo ao nosso lado.

A força motriz da transformação socialista do Brasil é o proletariado, com destaque para sua parcela mais avançada, a classe operária fabril. Mas sem um partido forte o proletariado não terá a direção consciente do processo de luta, e sem os movimentos de massa não terá os instrumentos de luta. O enraizamento e a ampliação do Partido no proletariado são premissas da transformação socialista. Amplas mobilizações de massas e os movimentos organizados do povo sob a direção dos comunistas são os instrumentos da luta de transformação, sem os quais o proletariado não terá condições de ser o agente concreto da passagem para o socialismo. O proletariado e as

mobilizações de massa são o centro das atenções partidárias na luta pela tomada do poder político.

Sem adiantar conclusões, é preciso ter em mente a situação concreta do proletariado, dos movimentos populares, do movimento sindical e da nossa atuação institucional. O proletariado vive um momento muito difícil com os seguidos ataques às conquistas trabalhistas e com o aumento incessante do desemprego. Apesar das condições objetivas favoráveis para o ressurgimento das mobilizações, há fatores subjetivos que impedem o movimento popular de crescer. Em meio ao desemprego generalizado o medo da perda do posto de trabalho é fator de desmobilização. O massacre ideológico e a repressão aos trabalhadores que se organizam também desmobilizam a classe operária. O movimento sindical padece com a conciliação de classes de parte da esquerda e com a divisão, veja-se o papel representado pela Força Sindical.

Os movimentos populares carecem de articulação entre si e de unidade de luta. As demandas populares, pela própria situação a que o proletariado e o povo estão submetidos pelo capitalismo, são imensas, variadas e dispersas. Vários camaradas, refletindo inclusive o pensamento do coletivo partidário, têm elaborado sobre esse assunto. Na Classe nº 202, por exemplo, Altamiro Borges aborda muito bem os movimentos sociais, com atenção especial para o problema das ONGs.

No campo da luta político-institucional, como se não bastassem a ofensiva ideológica do neoliberalismo e a disputa de espaços políticos com outras forças de esquerda, nossa atuação é limitada. Temos somente uma prefeitura, pouca participação em governos de esquerda, poucos parlamentares e a camisa de força das instituições do poder burguês. Lembro que, por mais avançada que seja a democracia liberal, ela é e sempre será a ditadura da burguesia, contrária aos interesses do proletariado.

Sabemos da importância e do papel dos movimentos populares no processo de transformação da sociedade. Sabemos das limitações e do papel de negação da luta política que têm as ONGs. Por outro lado, conhecemos a diversidade dos problemas que afligem o povo, e a quantidade e variedade de ONGs é um reflexo dessa diversidade. Conhecemos a importância da forma partido e da luta político-institucional, bem como o papel do movimento sindical. Concluo que o atual quadro da luta de classes é favorável a um salto de qualidade nos movimentos populares, com base na atuação conjunta de associações, sindicatos e parlamentares do Partido.

O salto de qualidade pode ser conseguido com uma mudança no caráter das associações de moradores. Na situação de desemprego crescente o local de moradia tende a ser mais estável que o local de trabalho, além do que o local de moradia tende a apresentar uma multiplicidade de problemas não encontrados ou não diretamente relacionados com os do trabalho. Os trabalhadores desempregados e os semi-proletários, na ausência de um sindicato no qual possam atuar, podem encontrar nas associações de moradores um canal de atuação.

Se o operário é reprimido dentro da fábrica, se tem medo de aderir à greve por receio do desemprego ou se está sob a direção de um sindicato da Força Sindical, em última instância ele pode ter na associação de moradores do seu local de moradia um novo instrumento de luta. Cito as diretrizes da nossa Conferência Sindical Nacional, que mostram ser preciso "reforçar a interação da entidade sindical com o conjunto dos movimentos de massas, especialmente com o movimento comunitário, interagindo com as associações de bairros e a Conam".

Além de propor um novo modelo para as associações de moradores, que as transforme em poderosos instrumentos de luta complementares ao movimento sindical e aos movimentos populares organizados, a proposta tem em vista a transformação do poder. O novo modelo é baseado na transformação paulatina das associações em estruturas com perspectiva de se tornarem alternativas reais de poder. O nome pouco importa, se assembleias, comitês ou comissões populares, importa que as associações se estruturam para cumprir o papel do Estado em suas áreas geográficas, em conjunto com o Partido, os sindicatos e os movimentos organizados, como o movimento estudantil.

Por exemplo, uma nova estrutura das associações, agora chamadas de Assembleias Populares (AP), contemplaria a criação de comitês das APs para ações setoriais, como os Comitês de Trabalho, de Saúde, de Educação, de Segurança, de Meio Ambiente e outros. O Comitê de Educação, junto com o movimento estudantil e nossos parlamentares, faria propostas de emendas ao orçamento para os poderes estadual e municipal e controlaria a execução do orçamento, com a finalidade de criar escolas e creches em sua área de responsabilidade. Mais, por causa da dimensão do problema do desemprego e do papel que os desempregados podem cumprir na luta anti-capitalista, as APs, juntamente com os sindicatos, podem criar condições para elevar a consciência de classe dos desempregados, usando para isso recursos do FAT, realizando censos de de-

sempregados, cursos de formação, requalificação profissional e mobilizações. Acho mesmo que a criação de Comitês de Trabalho nas associações, a captação de recursos do FAT e a ação conjunta com sindicatos entre os desempregados pode ser um excelente início do salto qualitativo. Mas, tendo em vista a complexidade da nossa realidade, é preciso que cada AP inicie sua atuação pelas contradições e problemas mais flagrantes em sua área.

A forma política dos movimentos sociais renovados em APs tem de ser o mais próxima o possível do poder proletário, com mandatos revogáveis e controle popular dos mandatos em todos os níveis, democracia participativa e ampla liberdade de ação e participação do proletariado. As APs serão um instrumento de educação política do povo e de aumento da consciência de classe do proletariado. Uma das razões disso é evitar que a direita se aproprie das APs, corrompendo-as.

Os objetivos das APs não se restringem a apresentar uma alternativa de poder real, a deixar mais claro o caráter de classe do Estado. Cabe-nos usar as APs para evidenciar as contradições e conflitos entre as demandas do proletariado e o Estado burguês. Resgataremos a forma partido de ação consciente do proletariado e demonstraremos que só a forma partido pode unificar as diversas lutas. Colocaremos a nu as deficiências e limites das ONGs na transformação social. Apresentaremos uma alternativa de organização popular que pode assumir, com vantagens, as tarefas que as ONGs vêm desempenhando e assim incorporar as ONGs mais avançadas e representativas ou esvaziar as mais atrasadas. Isso tudo é possível até mesmo com recursos financeiros do próprio Estado, como o FAT, Comunidade Solidária e emendas aos orçamentos federal, estadual e municipal. Com as APs o Partido ganhará experiência prática e terá terreno fértil para defender novas propostas em uma possível constituinte.

O espaço é curto para minha mensagem, minha reflexão é muito maior do que estes parágrafos, mas insisto na necessidade da ousadia, pois tenho certeza de que o povo brasileiro está muito mais cansado de esperar pelo fim da defensiva estratégica do que nós. Insisto que, se não tomarmos a iniciativa da ofensiva, esta situação perdurará. Se o Partido não tomar a iniciativa de sair da defensiva, não será a burguesia a nos fazer esse favor.

Ângelo Andrade Cirino é militante da OB de Trabalhadores em Processamento de Dados (Belo Horizonte/MG).

## Organização: burocracia ou necessidade

GUSTAVO ALVES DE SOUZA

Chegamos a um novo século com uma conjuntura diferenciada e novos desafios, entretanto algumas questões continuam centrais para nosso Partido – como a questão da organização.

Nosso Partido, ao longo de seus quase 80 anos, nunca atravessou um período de legalidade tão longo, marcado por intenso debate político, crescimento do número de filiações, trabalho eficiente nas entidades de massa e, principalmente, a coragem de levantar a bandeira do socialismo quando todos a questionavam e se perdiam na cortina de fumaça neoliberal.

Porém, um novo desafio se avizinhava, o fomento da vida interna partidária, o desafio da organização. Nosso Partido pôde, a partir de 1986, assumir sua estrutura e nomenclatura originais, e passou a definir do ponto de

vista legal, seu perfil organizacional, e esta nova conjuntura trouxe à tona a discussão sobre como cuidar do Partido.

Constituímos os Planos de Estruturação Partidária, que representaram um enorme diferencial na vida interna do Partido, enfrentamos o debate que se alonga desde o 6º Congresso sobre o papel das OBs, estipulamos metas de filiação e principalmente "cuidamos mais e melhor do Partido".

Enfrentamos também diversas manifestações de descontentamento e inércia, questionamentos sobre o porquê de voltar nossas energias para cumprir "metas", e esta é a razão desta contribuição ao debate de nossas teses.

A organização de um partido de vanguarda, revolucionário, é uma tarefa grandiosa, e tão importante quanto a inserção nas lutas de massa. Parece o óbvio, mas não é.

Nossa experiência na clandestinidade, ad-

quirida como o partido político mais perseguido e combatido, nos ensina que a filiação, a firmeza de princípios, o centralismo democrático e a seriedade no trato com a organização podem em muitos momentos significar a diferença entre a vida e a morte.

Aqueles que consideram nossas circulares, resoluções e encaminhamentos como "burocracia" lembramos que nossa atividade política tem que ser documentada, pois representam nossa história.

Aqueles que consideram as ditaduras como episódios do passado, lembramos as recentes apreensões feitas em um aparelho do Exército, onde operações de espionagem política eram feitas a inúmeros movimentos políticos, inclusive ao MLT, lembramos que até hoje o Exército se faz presente na região de Araguaia onde nossos camaradas tomaram, e que muitos de nossos saudosos camaradas ainda se encontram desaparecidos até hoje.

Aqueles que consideram o quadro político consolidado e democrático, lembramos que nossa luta não mudou e somos o alvo preferencial quando existe a ruptura do quadro institucional pelas forças da burguesia.

Temos o vigor e a coragem da juventude em nossas ações, a responsabilidade na condução do processo político e precisamos ter a experiência e maturidade de um partido de quase 80 anos na nossa organização interna.

Em suma, a organização é nossa principal arma de intervenção política e também deve ser encarada com a seriedade de ser nossa principal defesa contra tempos e situações adversas que nunca sabemos quando irão chegar.

Gustavo Alves de Souza é membro do Comitê Estadual de Minas Gerais.

# Organismo de Base

ARTHUR BLOISE

**P**ermanentemente necessitamos estudar, formular e aplicar orientações que permitam dinamizar e manter moderno o Partido. Em uma sociedade cada vez mais impregnada pelos valores do individualismo e da competição, não há, sob hipótese alguma, concessão de parte dos capitalistas para o desenvolvimento de organizações baseadas na sabedoria coletiva, na ação política unitária e, quanto mais, na tarefa principal que é a transformação da sociedade, rompendo com os velhos valores capitalistas e construindo um mundo novo. Manter a política de organização sempre atualizada é a garantia de que estaremos aptos a atrair mais e mais trabalhadores para as nossas idéias.

Sobre esse assunto, me parece essencial a questão do organismo de base. Para dar concretude à política partidária e para a existência do centralismo-democrático ele é elemento indispensável. Pensar num partido moderno sem priorizar política de construção e consolidação desses organismos, ou mesmo, tratar com menosprezo a questão, põe em risco as tarefas centrais da organização partidária e enfraquecem substancialmente a democracia interna. Sob esse aspecto, em particular, é bom que se diga há uma preocupação central explicitada nas orientações, nos últimos congressos, na política na-

cional de organização. Há um esforço de vincar a militância em um organismo de base, como uma das quatro atitudes do comunista.

Parece-me que, apesar dos esforços e avanços, há ainda muito de formalismo e superficialidade no trato do assunto quando chega a hora da aplicação da política de organização. Organismos de base são células vivas e devem ser o "Partido em ação" e manter constante discussão dos problemas do povo, intervindo neles com as melhores propostas. Neles militam quadros, militantes antigos e novos, todos com suas características trazidas de uma sociedade permeada de vícios e valores estimulados pelo capital. As bases, portanto, não podem ser importantíssimas somente em vésperas de conferências, congressos, etc. Ou se diluam no calor e pressão das campanhas eleitorais das quais participamos. Nem devem ser um conjunto de números burocraticamente tratados em planos formais. Necessitam, isso sim, de construção planejada com a militância; de paciência (às vezes, quando pensamos que já conseguimos construir uma base, necessitamos começar tudo de novo) e muito, muito acompanhamento para sua consolidação. Acompanhamento permanente, com as direções intermediárias envolvidas na vida política dos organismos de base. E acompanhamento que leve em conta que o dirigente deve passar não só a orientação, mas ouvir e

entender o coletivo da base, as críticas, sugestões, dúvidas e as propostas formuladas.

Tendo feito a opção de militar no Partido, o indivíduo não se torna comunista pura e simplesmente por esse ato. Precisa encontrar o terreno fértil para lutar de forma organizada e coletiva, entrando em contato com a política e a ideologia comunistas, tornando-se um adepto consciente, crítico e autocrítico da vanguarda proletária. Isso só pode acontecer se ele tiver o "ambiente" propício. E no Partido, esse "ambiente" deve ser o organismo de base. Em nossa vida militante, muitas vezes poderemos incorrer nos erros do espontaneísmo, no individualismo, no carreirismo, tarefismo e tantos outros problemas que conhecemos do dia-a-dia da luta e da sociedade em que vivemos. Porém menores serão esses riscos de se manifestarem se a ação do militante estiver orientada pela organização de base. Se ocorrerem, poderão então ser corrigidos.

Necessitamos parar de arranjar justificativas sem conteúdo para não encaminhar melhor o trabalho de construção e consolidação desses organismos. É mais fácil tratar individualmente. É mais fácil juntar um grupo de militantes desorganizados. Mas o mais fácil nem sempre é o eficiente. É óbvio que é muito mais fácil reunir a militância em plenárias e ativos. Esses instrumentos, longe de atrapalhar, servem eficazmente para determinados momentos da vi-

da partidária. O que não pode e não devemos deixar ocorrer é que eles substituam a tarefa que compete às OBs: organizar a militância do Partido. Não deixando de recorrer a um pouco de nosso bom humor característico, diria que bem antes dos "modernos esquemas táticos" de Felipão e Bernardinho, nossa tática de jogo, digo, de organização é clara: jogamos de maneira coletiva e com muito espaço para as diversas qualidades individuais.

Por último, não devemos mitificar e calcificar o funcionamento da base. Como organismo vivo, em cada local de atuação ela deverá ter uma característica muito própria. Sem receitas de bolo e sabendo assimilar as experiências do nosso povo, que é formidável, inteligente, generoso e capaz de criar soluções que, muitas vezes, não aproveitamos para solucionar nossas deficiências.

Estamos convocados a construir o Partido que no século XXI terá grandiosos enfrentamentos. Enfrentamentos esses que poderão culminar com a vitória do proletariado brasileiro e mundial no rumo do socialismo. Não será tarefa fácil e nem de pouco tempo. Mas será uma bela e vitoriosa tarefa.

*Arthur Bloise é do organismo de base da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Porto Alegre).*

# O proletariado brasileiro

ADILSON FORNAZIER

**"I**mpõe-se um estudo cuidadoso do perfil do proletariado brasileiro, que vem passando por sucessivas modificações. A classe operária fabril adquire novo perfil e traz à cena aspectos fundamentais para a definição de novas estratégias para sua incorporação à luta emancipadora". (item 140 da tese)

A própria tese do 10º Congresso traz um aspecto importante, de preocupação e de grande desafio aos comunistas. Qual é o novo perfil do proletariado brasileiro?

Sabemos que nos últimos dez anos o processo produtivo sofreu várias inovações tecnológicas. Um exemplo é o do ferramenteiro, que jogava papel estratégico-fundamental no processo produtivo, e, hoje, é um mero montador de ferramenta, bem como outros segmentos que vão sendo extintos gradativamente no processo de produção —

como o inspetor de qualidade, frezador, torneiro mecânico, soldador etc. Os efeitos, todos já conhecemos: desemprego em massa, já que esse operário não possui qualificações necessárias para acompanhar os avanços tecnológicos.

Novas técnicas de controle e de gerenciamento, novas cooptações ideológicas, que o capital tenta impor com a maior sutileza — que pelo esforço individual do operário, este obterá sucesso junto com a empresa, em detrimento do coletivo — para dissimular a organização sindical e ganhar o operário a se sentir num ambiente familiar.

O Partido, apesar das dificuldades, vem dando sua resposta, mas que ainda é débil. Precisamos compreender mais profundamente esse desafio de organizar o trabalho operário para corrigir as nossas falhas no movimento sindical, que infelizmente fazem o Partido ficar em segundo

plano — principalmente no estado de São Paulo, onde encontramos incompreensões ideológicas, abrimos espaços para o carreirismo, colhemos derrotas absurdas como no sindicato dos condutores e perdemos terreno nos sindicatos operários.

Como Lênin já dizia: "os sindicatos são correias de transmissão da política do Partido à ampla massa de trabalhadores". Precisamos entender qual é o tipo de "graxa" que vamos usar para essa "correia" para que o Partido possa dar um salto de qualidade no trabalho operário.

Proponho que a plenária do 10º Congresso eleja uma comissão para apresentar um estudo completo do perfil do proletariado brasileiro, desde de sua formação até os dias de hoje, a atuação do Partido no movimento sindical desde a sua fundação, em forma de livro, com o objetivo de compreendermos o perfil atual do proletariado.

## Contribuição às modificações nos Estatutos do PCdoB

Título I. Capítulo I

Dos objetivos, emblema e sigla

Onde se lê: "(...) o PCdoB guia-se pela teoria científica elaborada por Marx e Engels, desenvolvida por Lenin e outros revolucionários proletários."

Proposta: suprimir "e outros revolucionários proletários"

Justificativa: não há outros revolucionários proletários que desenvolveram a teoria de Marx, Engels e Lenin. Outros revolucionários apenas adaptaram o marxismo-leninismo à sua realidade, como Stalin, Mao Tsetung, Enver Hoxha. Portanto, esse adjetivo não cabe no estatuto.

*Adilson Fornazier é secretário de organização do Comitê Municipal de Santo André/SP.*

# Juventude: patrimônio histórico e estratégico

THOMAS HENRIQUE DE TOLEDO STELL

**N**o processo do 10º Congresso do PCdoB pouco vem sendo debatido acerca de nossa ação na juventude. Não é necessário aqui lembrar o potencial revolucionário dos jovens, expresso nos diversos processos de ruptura já presenciados pela humanidade, mas é fundamental destacarmos seu papel no âmbito da disputa ideológica, e conseqüentemente política, tendo em vista a violenta contra-ofensiva de valores neoliberais e a posição de vanguarda que ocupamos por dirigirmos as duas principais entidades estudantis do Brasil, a UNE e a UBES.

O histórico da ação dos comunistas do Brasil em um movimento paralelo de juventude inicia-se no limiar do II Congresso, em 1925, que aprovou a fundação da UJC (União da Juventude Comunista). Seu destaque maior ocorreu nos anos da ANL, sendo posta junto a ela na ilegalidade, em 1935. As atividades da

UJC são reabertas com a democratização em 1945, sendo posteriormente extinta em 1958, no calor dos debates acerca do revisionismo.

Com a sigla PCdoB surgem novas experiências, como a UJP (União da Juventude Patriótica), no início da década de 70, e em fins, a inserção se dá na Juventude do MDB. A Judepro (Juventude Democrática e Progressista), vem no começo dos anos 80, e finalmente, em setembro de 1985, nasce a UJS (União da Juventude Socialista), filha da corrente "Viração" do movimento estudantil.

O que inovava nestas novas formas de organização, era a aplicação da visão de Dimitrov, que criticava a forma das UJC's de diversos países, que apenas refletiam a estrutura dos partidos comunista. Sua sugestão era a criação de movimentos juvenis mais amplos, capazes de atrair uma massa maior de jovens à esfera da influência partidária, que seriam também escolas de formação de jovens comunistas.

Com a UJS, o PCdoB conseguiu alcançar de fato esse mérito. Por ser um movimento de

massa, a UJS surge como um instrumento para direcionar o potencial revolucionário da juventude, ramificando-se nas diversas formas de manifestação juvenil, seja ela política (estudantil, torcidas organizadas, associação de moradores, jovens trabalhadores) ou cultural (teatro, hip-hop, hardcore, capoeira). Porém, apesar de sua plena autonomia organizativa, sua direção política e ideológica deve ser mantida pelo Partido, que não deve de forma alguma agir de modo tutelar.

A UJS deve então galgar, ao lado do PCdoB, um caminho seguro para o planejamento estratégico de sua construção e crescimento, sabendo aproximar-se da juventude, ao expressar junto a ela sua linguagem, ou como se costuma dizer, ser "a cara da juventude". Cumprindo este papel de ponte entre o Partido e a juventude brasileira, a UJS deve aproximar seus militantes dos valores, da concepção, da forma de ação, e até do modo de vida, da concepção leninista de partido, ao utilizar-se do centralismo democrático, expresso de

forma didática no estatuto da UJS, como a valorização do consenso e da unidade política. Foi um grande avanço a UJS não mais propor eleições por chapa.

Todavia, ter clara nossa concepção e reconhecer nossos avanços não basta. É necessário apontarmos nossos erros, em especial aqueles que já foram citados, e que ainda continuam a permear nossa ação.

Aos jovens filiados do PCdoB, fica claro sua tarefa de se organizar na UJS (CC, 12a, 04/96), mesmo em casos em que ela esteja descredenciada ou passando por dificuldades. Com essa visão será possível quebrar barreiras e construir uma UJS forte, tendo em mente que construí-la é construir o Partido, o que nos clama buscar uma compreensão científica da realidade e da juventude brasileira.

Encarar os problemas da UJS é então encarar os problemas da juventude do PCdoB. A falta de uma política de formação leva a muitos outros problemas, dos quais podemos indicar o individualismo e o carreirismo.



O reflexo disso leva a fatores mais complexos, como a formação de grupos e as articulações internas (lobbies). Contudo, o maior dano é de fato quando isso ocorre nos dirigentes da UJS. A prática do "capismo" (o que é abominável a uma entidade socialista) é praticado às vezes descaradamente, e os métodos de administração não são transparentes. Em muitos casos, percebe-se a preguiça quando aparecem tare-

fas que necessitam de um trabalho de base. Evita-se buscar os núcleos ou municípios que estão com dificuldades e que necessitam de um maior acompanhamento.

Vê-se um comodismo infantil.

A UJS, tida como a segunda maior entidade de jovens revolucionários do mundo que não participa do poder, e também a maior organização juvenil do país, merece do Partido

maior atenção. Crescemos em muitos estados e municípios, quantitativamente e qualitativamente. Em muitos locais, os problemas citados já são coisa do passado. Mas em centros importantes ainda permanecem, e o pior, vê-se que os fóruns competentes da UJS são ineficazes, e os problemas são ignorados.

O relançamento da UJS representa um grande avanço na compreensão de nossa es-

tratégia de ação. O processo do 10º Congresso do PCdoB deve ser também um marco no avanço da discussão da concepção e da cara que queremos dar à nossa juventude.

*Thomas Henrique de Toledo Stell  
é secretário de formação do  
Comitê Municipal de Piracicaba/SP.*

# O internacionalismo proletário e a solidariedade internacional

ANTONIO BARRETO

Logo no artigo 1º do estatuto, que define política e ideologicamente o nosso Partido, está firmado com todas as letras que o "Partido Comunista do Brasil educa os seus membros no espírito do internacionalismo proletário e da solidariedade internacional dos trabalhadores de todos os países". Esta é uma questão fundamental do comunismo.

O proletariado, a classe dos assalariados produtivos, uma classe que para Marx é da sociedade burguesa, mas que não pertence a ela; a classe revolucionária – cujo objetivo e ação históricos estão traçados pela sua condição de existência e por toda a organização da sociedade burguesa: suprimir as relações de produção vigentes, o antagonismo de classes e, em conseqüência, a emancipação das classes em geral e de toda a humanidade – necessita se organizar internacionalmente para poder enfrentar a ofensiva planetária do capital, que

apesar de se encontrar em crise sistêmica profunda, tem muito fôlego para continuar subjogando os povos, mesmo que para isso tenha que levar grande parte da humanidade a uma condição de extrema barbárie.

Temos consciência que nos encontramos numa situação de defensiva estratégica frente ao poder da globalização neoliberal imperialista. Que ainda enfrentamos um poderoso cerco ideológico em decorrência do desmoronamento do campo socialista e, em conseqüência, enfrentamos também muita confusão ideológica no movimento comunista internacional, mas que por outro lado, as experiências que restaram, que florescem e se apresentam como o desabrochar de um bosque em incício de primavera, cada um com suas características, suas justificativas e seus erros, mas todos considerando o cerco e as barreiras a serem transpostos, experiências que deixam estupefatos os nossos inimigos de classe, bem como o rico arsenal

teórico, acerca do futuro do socialismo, fruto da análise dos erros e acertos do passado recente, com base nos fundamentos do marxismo, já nos permitem ousar um pouco mais nessa seara.

É nesse contexto de grandes dificuldades e de uma imensa gama de idéias que grassam no movimento comunista que os partidos do proletariado devem começar a discutir a sua organização em escala internacional e que fruto desse processo possa surgir algo novo que, na adversidade de idéias e práticas políticas de cada partido, ganhe vida uma organização proletária internacional democrática, poderosa e verdadeiramente revolucionária que possa ajudar os povos de todo o mundo a desenvolver o seu processo revolucionário, cada um com as suas características e formas de luta mais adequadas às suas realidades. O PCdoB pode e deve dar uma importante contribuição nesse sentido.

A solidariedade internacional entre os tra-

balhadores é parte integrante desse processo internacionalista. Deve estar no sangue dos comunistas. Sem ela, é provável que já não estivesse de pé, por exemplo, aquele que sempre deu e continua dando o maior exemplo de solidariedade ao mundo. Cuça Socialista. A solidariedade dos comunistas, no entanto, não pode se resumir apenas a documentos e cartas de intensões dos militantes. A solidariedade entre os trabalhadores, a defesa dos povos oprimidos pelos imperialistas deve acontecer na prática concreta. Aqui na Bahia já iniciamos a discussão para a criação de um comitê para a solidariedade aos povos. Este será um instrumento para viabilizar as iniciativas políticas de solidariedade toda vez que um povo estiver sendo vilipendiado pelos opressores imperialistas ou seus lacaios.

*Antonio Barreto é membro  
do Comitê Estadual da Bahia.*

## Um partido afinado com os novos tempos (parte 1)

PAULO DIVINO RIBEIRO DA CRUZ

Especificamente sobre a estrutura partidária, reforço e endosso a avaliação do camarada Augusto César, em seu artigo "Lenin e o partido de vanguarda", publicada nesta tribuna em 16 de agosto. Tomo a liberdade de iniciar minhas considerações exatamente onde ele encerra as dele, acrescentando que nossa principal tarefa no âmbito da organização partidária deve ser a de realizar um trabalho minucioso no sentido de identificarmos as características orgânicas de nosso partido e esclarecer qual a relação entre essas características e a visão, até aqui predominante de modelo partidário. É provável que muitos camaradas considerem esse assunto uma tarefa espinhosa, já que o aprofundamento das discussões sobre a estrutura organizativa do partido pode abrir a brecha para o aparecimento de tendências anti-partido. Porém, o problema deve ser enfrentado ou corremos o risco de pecar por omissão e continuar nos organizando segundo parâmetros estabelecidos em outra com juntura histórica. É evidente que devemos propor alterações substanciais na maneira como estamos organizados enquanto partido. A organização é a maneira como o movimento se cristaliza e a eficiência na mobilização da organização partidária está diretamente relacionada com a capacidade da organização em dar respostas às questões colocadas pelo processo revolucionário em curso: um partido cuja estrutura física tenha uma agilidade menor que o conjunto das organizações sociais estabelecidas não tem condições objetivas de conduzir uma ruptura revolucionária, nem de agregar os setores mais dinâmicos e conseqüentes da sociedade. É nesse sentido que não devemos ter receio de admitir nossas limitações. A discussão que antecede o congresso do Partido é o momento mais adequado para nos olharmos exatamente como somos e não como gostaríamos de ser ou como pensamos que somos. E, decididamente, nossa concepção organizativa de partido está mais ancorada em um modelo que consideramos leninista do que na realidade circundante. Quer

queiramos ou não, somos herdeiros dessa tradição de partido como "exército", construído a partir da Revolução de 17 e inspirado em uma realidade que dista aproximadamente um século e um continente de nós. A estrutura partidária atual é organizada de maneira vertical e hierarquizada, de forma que a cadeia de comando atua num sentido diametralmente oposto ao sentido da democracia interna. As condições objetivas que um militante da base tem de intervir no conjunto do partido não são as mesmas que um dirigente intermediário ou do comitê central e isso tende a criar uma situação que centraliza demasiadamente a autoridade, limitando a atuação consciente da militância, criando em certa medida um espírito de cordeiro, mais que um espírito de responsabilidade individual e coletiva. Conscientes dessa realidade, devemos envidar esforços para observar, sob a ótica do materialismo histórico, a realidade na qual estamos inseridos e a partir de então trabalhar para construir uma organização partidária que tenha como objetivo principal a garantia da participação de todos os membros no processo de discussão, da maneira mais democrática possível. A fórmula do centralismo democrático deve ser invertida, ou melhor, colocada sobre suas pernas: devemos trabalhar para construir uma democracia centralizada, onde o processo de discussão seja o ponto de partida para a organização partidária e não o contrário; onde cada membro do partido possa falar e ser ouvido e suas considerações sejam apreciadas independentemente de sua posição na estrutura organizativa do partido. Outro aspecto digno de ser avaliado é a nossa atuação nesses longos anos de legalidade, durante os quais a construção do partido foi focalizada quase que exclusivamente no caminho da luta institucional, da nossa participação em sucessivas campanhas eleitorais e de um certo menosprezo pela construção de um partido nitidamente ideológico. É óbvio que devemos manter e lutar para ampliar a nossa presença nos parlamentos e no executivo, mas não devemos perder de vista que o nosso objetivo é mais profundo e amplo: conduzir um

processo revolucionário e isso requer um enfoque preferencial nas lutas cotidianas dos trabalhadores e do povo. Devemos voltar às ruas, que é o nosso leito natural e a democracia, pela qual tantos morreram, deve deixar de ser um fim em si mesma e passar a ser apenas um meio através do qual podemos criar as condições para atingir nossos objetivos maiores. Um novo partido exige, antes de tudo, uma nova militância. É necessário que as condições reais de militância sejam devidamente investigadas pelo coletivo partidário. Assim como a concepção de partido, a concepção de militante também herdou algumas características relacionadas a um ambiente e tempo histórico alienígena, não genuinamente nacional e moderno. É preciso que se discuta o que é ser militante hoje, no Brasil do século XXI. Nesse sentido, acredito que a área de atuação de um militante não deve estar necessariamente limitada ao seu local de trabalho, moradia ou estudo, de forma estanque, como se isso fosse um dogma do qual não pudéssemos abrir mão. Se o militante é verdadeiramente o maior e mais valioso patrimônio do partido, o partido deve trabalhar para que isso se verifique na prática cotidiana: mais uma vez a organização deve levar em conta e submeter-se às condições objetivas do militante e não o contrário. Uma das inovações que podemos introduzir é o intercâmbio de militantes e dirigentes, de forma semelhante como algumas instituições permitem o intercâmbio de estudantes. Além disso e nessa mesma linha, os dirigentes dos comitês estaduais e central não podem militar indefinidamente em cargos de direção: é necessário que um dirigente do comitê central milite por um determinado período em um organismo inferior e que os dirigentes estaduais façam o mesmo. O exercício de funções dirigentes deve ser intercalado com a militância de base. É necessário também evitar que um dirigente ocupe um mesmo posto por um período muito longo, de preferência que não seja reeleito para o mesmo cargo, a fim de que a experiência nas mais diversas secretarias do partido possibilite uma visão de conjunto e evite a formação de

personalidades unilaterais: a visão universal do processo deve nortear a ação específica de cada um. Entre as responsabilidades estatutárias de cada militante deve figurar a assinatura e a leitura da **Classe Operária**, ou do jornal de massas que vier a ser criado, bem como uma meta mensal de assinaturas, como por exemplo, a responsabilidade de fazer ao menos uma assinatura por mês. A assinatura como obrigação estatutária reforça o jornal e a formação do militante. Com relação à formação ideológica do militante comunista, precisamos ter em mente que a verdade é uma criação coletiva, não obra de iluminados e que o grande empecilho para a obtenção dessa verdade é o critério da autoridade. Para superar esses entraves, acredito que o debate permanente de idéias pode dar uma contribuição imprescindível: a Tribuna de Debates deve fazer parte da estrutura orgânica do partido. Não faz sentido que um partido de cunho ideológico discuta a cada quatro anos. É claro que se pode objetar que a estrutura atual já cumpre esse papel é que todo membro pode participar da discussão no seu organismo de base. Mas uma coisa não impede a outra e estou me referindo ao debate amplo, aberto e permanente inclusive como uma condição *sine qua nom* para a superação da chamada crise do marxismo, a respeito da qual muito se tem falado, mas contra a qual pouco tem se feito. Não podemos perder de vista o fato de que a crise do marxismo seja uma questão acima de tudo prática e não meramente teórica: essa crise somente será superada nos marcos de uma nova e revolucionária política de organização do PCdoB, não será resolvida por um indivíduo em particular e só acontecerá quando formos capazes de reunir prática e teoria num único movimento que rompa definitivamente com o estabelecido. Uma nova prática revolucionária, é disso que necessitamos. Ao debate de idéias conduzido pelo partido comunista, não podemos acrescentar debates, poderemos e devemos acrescentar um estímulo consciente, planejado e sistemático ao estudo individual e coletivo que passe por algumas ações que viabilizem isso: que a se-

cretaria de formação teórica esteja apta a utilizar a Internet para realizar cursos virtuais de marxismo; que o membro do partido receba, desde o primeiro instante em que entrar no partido, um programa de formação gradual, cotidiana e continuada; que se crie uma biblioteca virtual do marxismo, como forma de fornecer subsídios ao estudo individual e coletivo; que se crie e desenvolva um projeto para dotar todos os comitês com uma biblioteca básica do marxismo, pois a falta de fontes é um dos empecilhos ao estudo individual e coletivo. É provável que a maior parte dos comitês estaduais já possuam os elementos necessários para a implementação desses projetos, mas eles não devem ser realizados de forma espontânea por cada comitê em particular e sim fazer parte de um esforço coletivo global, já que o nosso objetivo deve ser o de fornecer as condições concretas para que todos os membros do partido tenham acesso aos materiais de formação marxista, independentemente de onde morem ou atuem. Outro projeto que deve ser desenvolvido pelo partido, em âmbito nacional é o de dotar todos os comitês de uma estrutura de comunicação composta por: computador, impresso-

ra, scanner, telefone, fax, internet, televisão, vídeo-cassete e retro-projetor; essa é a infra-estrutura básica para que todo o coletivo partidário tenha acesso às informações partidárias online, em tempo real; além de permitir a nossa atuação como educadores do povo que somos através da Internet: a atuação popular a qual estamos chamado requer um mínimo de estrutura material em torno da qual possamos nos organizar para fazer nossa propaganda interna e externa.

### O partido escola

Se o partido não é um "exército", deve ser uma escola. Já é do conhecimento geral que boa parte da atual crise do marxismo deve-se ao fato de que os partidos revolucionários foram incapazes de incorporar ao marxismo os avanços verificados em todas as áreas do conhecimento humano nas últimas décadas. O que determinou a capacidade e o alcance científico do marxismo foi o fato de que seus construtores chamassem para si o combate contra as concepções anticientíficas de seu tempo. Este trabalho, entretanto, não teve solução de continuidade, de forma que

qualquer professor universitário que nunca tenha lido uma linha sequer de Marx, Engels ou Lenin possui argumentos para criticar o marxismo. A resolução dessa crise e o enfrentamento com as atuais concepções anticientíficas da chamada pós-modernidade somente poderá ser realizada a partir de uma leitura marxista da realidade, onde cada novo aspecto desde Marx seja observado pela ótica do materialismo histórico ou dialético. Isso impõe a necessidade de um trabalho monumental, ainda maior e mais importante do que o realizado pelos enciclopedistas do século XVIII, quando do enfrentamento com os resquícios políticos e ideológicos do feudalismo. É preciso ter em mente que teorias obscurantistas travestidas de modernidade rondam a filosofia de todas as ciências e em alguns centros de ensino superior no Brasil e no mundo essas teorias já arrebanham parcelas consideráveis de professores e estudantes. Por isso deve ser uma tarefa partidária organizar um coletivo de professores e estudantes universitários, além de outros pensadores de fora da academia, no sentido de promover um enfrentamento sistemático, organizado e cotidiano a essas teorias obscurantistas. A crise do marxismo, coincidentemente ou não ocorre num

mesmo momento que a crise do pensamento científico moderno e dela não pode ser separada. As correntes obscurantistas estão de tal forma ousadas que em alguns estados norte-americanos proíbe-se o ensinamento da teoria evolucionista de Darwin e em outros locais o "Criacionismo" recebe o mesmo tratamento que as teorias científicas. A física moderna também vê-se as voltas com o falso problema da incompatibilidade entre mecânica quântica e teoria da relatividade geral. A genética, com a possibilidade real da clonagem humana, vê-se refém de uma suspeita "ética". A História é atacada por todos os lados por correntes neo-hegelianas, que já haviam sido superadas por Marx. É nesse contexto que a crise do marxismo se insere e é este o nosso combate: somos chamados não apenas a revitalização histórica dos nossos fundamentos, como também a dar a nossa contribuição para que a reação moderna seja devidamente derrotada, antes que sobre nós caia uma nova noite de mil anos. (continua)

Paulo Divino Ribeiro da Cruz é membro da direção estadual em Mato Grosso.

## Mais atenção às lutas urbanas

MARCOS CASTELI PANZERA

O Brasil é hoje um país urbano. Mais de 80% dos brasileiros vivem nas cidades. E com a população densamente concentrada. Em apenas 13 cidades residem 53 milhões de habitantes. A população das 63 maiores cidades soma em torno de 120 milhões de habitantes. As cidades estão inchadas e enfrentam gravíssimos problemas com acúmulo de demandas não atendidas. As condições de moradia, saneamento, transporte, saúde, educação, entre outros, são cada vez mais precárias. O déficit habitacional no Brasil é de 5,6 milhões de moradias. O déficit de habitabilidade (infraestrutura, saneamento, etc.) alcança cerca de 1/3 das moradias do país. Segundo dados do IBGE, as favelas aumentaram 47% entre 96 e 99. No Estado do Pará o crescimento das áreas faveladas ultrapassa 400% nos últimos 10 anos. As conseqüências da aplicação do projeto neoliberal atingem gravemente as condições de vida da maioria de nosso povo. As questões sociais são tratadas sob a lógica do mercado. A redução dos investimentos na área social, a privatização das estatais de serviços, agravam e depreciam a já difícil situação de vida. Em contrapartida o

governo reduz os investimentos sociais. Desde 1996 os encargos com saúde e educação têm sido repassados aos municípios sem contrapartida financeira proporcional. FHC aplicou 12,4 bilhões de reais (de um total de R\$ 13,5 bilhões do FGTS) destinados a saneamento, habitação popular e infra-estrutura urbana, em títulos da dívida pública. A recente Lei de Responsabilidade Fiscal impede maiores investimentos na área social. Tudo para garantir os compromissos assumidos com o FMI e a oligarquia financeira internacional. E agora a crise de energia, a ameaça de cortes, de apagão e de privatização das distribuidoras de água.

Todo esse cenário vai criando uma situação explosiva. O grau de revolta das massas urbanas é crescente. O resultado do último pleito eleitoral demonstra a insatisfação, particularmente nas grandes cidades onde as forças de esquerda conquistaram importantes vitórias. Lutas por ocupações e moradia, revoltas contra as altas nos preços da energia, da água, dos telefones, contra os cortes de energia e de água, as enchentes, os transportes, são constantes e crescentes.

As lutas pelos direitos sociais podem se transformar em poderoso desaguadouro da revolta e do movimento popular contra FHC e a

política neoliberal. E em seu seio a luta pelas condições de habitabilidade tem relevância e tem gerado constantes e importantes mobilizações das massas. Essas mobilizações envolvem a população mais pobre, mas também, o proletariado e a classe média. É interessante a experiência de Belém, onde a reeleição do atual prefeito popular foi garantida pelos bairros mais pobres, onde foi maior a participação popular no orçamento participativo (assembléias que chegaram a juntar mais de 3 mil pessoas) e por conseguinte se realizaram muitas obras de infra-estrutura. Também a realização da última Conferência Estadual de Saúde em Belém, que mobilizou centenas de usuários e transformou-se em uma batalha entre as forças progressistas e os aliados do governador do PSDB que chegou a intervir com batallão de choque em plena Conferência.

Crescem e se afirmam organizações populares nessa área em nível nacional, estadual, municipal e de base. A Conam, a União Nacional de Luta Pela Moradia, o Movimento Nacional de Luta pela Moradia, a Central dos Movimentos Populares, o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, o Movimento de Mutuários, ligados a várias tendências políticas as Federações de Bairro, Fóruns de Luta,

Associações de Moradores e ONGs de toda espécie, que proliferam por todo o lado.

As Conferências da ONU, do Habitat II, a ECO 92, a Agenda 21, a aprovação dos Planos Diretores, do Estatuto das Cidades, estimulam e municiam essas lutas e movimentos para a idéia da conquista de um ambiente mais saudável e do desenvolvimento sustentável. Destaca-se a realização das Conferências de políticas públicas e a eleição de seus Conselhos (saúde, educação, assistência social, etc.).

Em suma, é preciso uma atenção maior do Partido com essa frente. Através dela poderemos alcançar todos os segmentos da sociedade. Apoiando-se nas entidades existentes, é possível desencadear poderosos movimentos, despertar a população, construir alternativas, vinculando-os à luta maior contra a política neoliberal, FHC e seus representantes regionais, responsáveis maiores pelas mazelas urbanas da atualidade, abrindo caminho para a conquista de um governo de Reconstrução Nacional que dê um novo rumo ao país e ao trato das questões sociais.

Marcos Casteli Panzera (Neco) é membro do CE/Pará.

## A distância entre intenção e gesto

APOLINÁRIO REBELO

As teses de nosso 10º Congresso avançam bastante na análise do quadro político nacional e internacional e dão boas indicações sobre os desafios do Partido. É um rico material, mas pela exigüidade do espaço gostaria de me concentrar na discussão sobre a comunicação partidária exposta sobretudo nos itens 167 a 169 e 188 a 190.

Como a comunicação serve à política uma das questões centrais da nossa tática envolve o raciocínio escrito no item 31 do documento que aqui reproduzo: "o desafio da nova ordem imperialista há 10 anos, na esteira da derrocada da URSS e dos países do Leste da Europa, trouxe consigo a formação de uma correlação de forças bastante desfavorável ao movimento revolucionário de libertação dos povos em todo o mundo. Se bem que essa correlação de forças ainda perdure, determinando um diferenciado e prolongado processo de forças do movimento revolucionário, ressurgem sinais de retomada do movimento operário e são marcantes os avanços das lutas democráticas, progressistas e patrióticas em todo o mundo".

A retomada da ofensiva política e a defensiva estratégica encerra uma contradição de conteúdo riquíssimo para a ação partidária. Em minha opinião aqui está o trecho mais importantes para se discutir a comunicação partidária.

Está correto o diagnóstico de defensiva estratégica em relação ao socialismo, como

também o está a análise sobre os sinais de retomada das lutas de massas. Portanto está aberta a retomada da ofensiva contra o capital sobretudo nos combates de caráter econômico e político, enquanto nos esforçamos para atualizar o pensamento marxista.

No espectro partidário "a defensiva estratégica" encerra tarefas nas instituições do tipo Editora Anita Garibaldi, Instituto Maurício Grabois e na revista *Princípios*. Os três precisam passar por reformulações, reforço em suas ações e afinação política. Ajustando melhor nossa propaganda ao debate ideológico e político dos temas atuais. A *Princípios* precisa acompanhar em suas páginas os debates de maior fôlego em cima da pinta para manter-se atual, interessante e jogar maior papel político. Uma revista para a intervenção e secundariamente para consultas, arquivos, bibliotecas ou leituras genéricas.

Mas quero me ater mais ao desafio da comunicação ligada à agitação, à denúncia, à ação, ao dia a dia do Partido. É aqui que se encontra nossa maior defasagem. A comunicação partidária nacional, sobretudo a impressa, é pobre, dispersa, pouco ágil e desatualizada. Quando recebemos o jornal *A Classe Operária* já obtivemos as notícias mais importantes quinze dias antes do jornal chegar. A leitura fica inossa. Sem saudosismo, lembro da época da *Tribuna Operária*. Quinta feira era dia de ansiedade pela saída do jornal, saber o que es-

tava acontecendo, as notícias, as análises, o balanço da semana, as informações mais importantes do país e do Partido ali sistematizadas.

Vou fundamentar melhor essa observação. Um jornal, rádio ou TV surge em determinada situação. Lenin fundou o *Iskra num momento* de ascensão do movimento operário russo em finais do século XIX. Corresponha a determinadas exigências: instrumento de organização, formação, aglutinação, mobilização, orientação, coesão e estruturação ideológica do Partido. O livro *Que Fazer?* sistematizou esse papel que foi cumprido entre 1900 e 1905.

Após o período de reação que se seguiu às jornadas revolucionárias de 1905, o Partido retomou a ofensiva política na virada da década. Para isso precisou sintonizar seu projeto político com a comunicação. Foi para responder a essa nova realidade que surgiu o *Pravda* em 1912.

Nosso órgão central *A Classe Operária* também surge assim. É produto dos mesmos elementos que originaram o Partido em 1922: urbanização, industrialização, ampliação da massa social crítica, Revolução Russa, greves e organização operária do início do século e a necessidade de chegar às massas com a política do Partido. Em outras palavras um momento de ascensão ou de retomada da luta de classes.

O jornal *Liberdade*, que foi uma das marcas importantes da luta libertadora de 1935, publicado pelo governo provisória de Natal, nasce num momento de ascenso revolucioná-

rio. E foi noutro ascenso de massas, pós 1945, que tivemos vários jornais diários, semanais, escola de jornalistas, editora, agência de notícias e vários outros instrumentos.

Nos estertores do regime militar, novo momento de ofensiva da luta do povo. As greves operárias do ABC, a retomada da UNE e da UBES, a anistia e um pouco mais de liberdade política leva o Partido a lançar a *Tribuna da Luta Operária* - um instrumento para chegar mais amplamente ao povo.

Mesmo os veículos da imprensa burguesa surgem ou crescem nos momentos de viragem. Basta ver a quantidade de jornais que surgiram nas campanhas republicanas e abolicionistas. O nascimento dos primeiros veículos dos Diários Associados na década de 20. As mudanças no *Jornal do Brasil* e nascimento do *Última Hora*, no Rio, pós ditadura Vargas. O aparecimento da Rede Globo logo a seguir ao golpe militar de 1964. Até mesmo a expansão do jornal *Folha de S. Paulo* que soube perceber a importância da campanha das "Diretas Já" e transformar-se no maior diário burguês do país.

A questão central da imprensa comunista é o projeto político, o papel que joga na vida real, na luta de classes, no combate conjuntural, de auxiliar fundamental da construção partidária e da luta de massas. E esse papel o jornal *A Classe Operária* não cumpre. Então o problema principal do jornal *A Classe Operária* não é desleixo dos dirigentes, falta de empenho da militância, pro-



blema de equipe, quotas reduzidas dos estados ou mesmo falta de dinheiro.

A questão é mais profunda. A verdade é que o atual projeto político do jornal faliu, está ultrapassado. Na vida dos jornais quando isso ocorre apresentam-se dois caminhos: o primeiro é o fim da circulação, como já ocorreu com muitos deles, inclusive com a *Tribuna da Luta Operária*. O segundo caminho é a permanência quase burocrática de sua edição, cumprindo quase que uma formalidade.

Diante disso em vez de um órgão que estimula e empolga, informa, orienta, educa, ele passa a existir de forma secundarizada, como uma tarefa pesada, um fardo ou um estorvo a ser carregado pela equipe que o produz, pelos dirigentes e pela militância.

Para nossa comunicação ganhar novo impulso e sair do patamar atual é preciso muito

mais do que recursos, equipe e projeto. É necessário mexer no fator consciência, refazer-se da defensiva ideológica, recompor a teoria, atualizar a crítica marxista aos problemas contemporâneos. Mas é preciso também, e sobretudo, realizar a denúncia viva e constante dos problemas atuais dando nova energia e vigor à ação política do Partido. Há um clima político-social mais propício para uma ofensiva maior contra o capital e o neoliberalismo e isso deve se refletir na atuação da comunicação.

Em outras palavras. Qual é o desafio atual e para o próximo período da comunicação partidária? Quais os instrumentos principais? Nossos encontros de comunicação e o debate nesse terreno deveria refletir mais essas questões.

Definido o projeto político, percebido o momento de virada que estamos presenciando, estudando seu formato, estruturação, equi-

pe, recursos, distribuição, impressão, periodicidade, público alvo, é possível ter uma comunicação e um jornal para esses desafios. Esse veículo ascenderá com força cumprindo em melhores condições o papel de agitador, propagandista, organizador e orientador coletivo de um partido que passa à ofensiva política e recompõe o combate ideológico ao capitalismo com uma defesa do socialismo renovado como projeto para o Brasil e o mundo.

Precisamos de um jornal para esses novos momentos. Sobre os escombros do desemprego, fome, violência, escassez, desnacionalização, perda de soberania de países e massacre sobre os povos, ergueremos a tocha vermelha da contestação, da rebeldia e do combate mais aberto contra o capital.

É para esse momento que a comunicação partidária deve se voltar. É esse momento que

a imprensa partidária deve refletir. A Conferência Sindical Nacional fez uma sugestão que deve ser estudada com todo o carinho. Em minha opinião precisamos de um jornal para falar mais amplamente para as massas com uma grande tiragem. Um jornal ágil, informativo e abrangente. Algo como a *Tribuna Operária* o foi em seus melhores tempos.

A Tese do 10º Congresso avança alguns elementos nesse rumo. É um bom sinal, mas ainda há uma considerável distância entre a intenção e o gesto. Precisamos enfrentar com destemor e ousadia as graves dificuldades e limitações no terreno da comunicação. E destemor e ousadia não faltam ao nosso Partido.

*Apolinário Rebelo é secretário de comunicação e propaganda do PCdoB/DF.*

# Levanta agora, levanta aurora!

NELSON FLORES

**C**amaradas do Partido, nossa bandeira que tremulava nos ventos do nosso Brasil, nas manifestações de rua, nas praças, nos comícios, nos mastros, nas casas de comunistas, não é mais a mesma. O Partido de feição moderna, o Partido do socialismo, que vai se estruturando e se aperfeiçoando na nova realidade política, econômica e social de nosso país e nas condições em que está inserido o Brasil, está no rumo certo, pois não abre mão dos princípios que nortearam o PCdoB, nesses anos de duras lutas e não há o porque de abrir mão do que há de mais moderno na sociedade, a tão almejada pátria socialista. Nossa bandeira representa o Partido, nela está simbolizado o conjunto do projeto socialista. São mais de 4 dezenas de anos, que gerações inteiras conheceram a bandeira, a única do mundo que é diferente das demais, com um círculo sobre a foice e o martelo, bandeira esta que centenas de militantes se agasalharam do frio, da chuva,

nos árduos dias difíceis, da luta política brasileira. Muitas vezes, senti frio nas longas noites do sul e foi nela que eu me enrolei, desde quando entrei no Partido, aprendi a erguer bem alto, empunhá-la com coragem, amor e respeito pela bandeira, várias vezes enfrentei os social demócratas, pedindo que não levantassem a bandeira porque atrapalhava, nunca baixei, altas horas da noite chegava em casa, depois de longas tarefas e a guardava com carinho. Onde resido, ela está sobre a parede, sempre em local destacado. Lembro de várias vezes que a polícia tentou tomar, largava o mastro e me agarrava nela, nunca entreguei, pois ela é linda e bela para os operários e camponeses.

Pois bem, não é mais a mesma, não existe argumento nenhum, que me convença, que precisa mudar a bandeira. Ouvi falar que é para dar maior visibilidade; tudo bem, pode dar um formato melhor na própria que é estatutária, aprovada em congresso. Outro argumento é que existem diversos tipos de formatos da nossa bandeira e que essa nova logomarca é

para dar uniformidade, enquadrar-se melhor nas novas técnicas da propaganda, hoje computadorizada, e que fica um perfil mais leve, suave, etc. Ora, se mudam o visual, logotipo, ficando diferente da bandeira do Partido, que se cumpra o estatuto. Amanhã estarão mudando de novo e argumentos não faltarão, e aí não será mais nem a atual proposta, e então, novamente no argumento de que existem várias apresentações da bandeira. Alguns camaradas me argumentaram que o círculo representa um Partido fechado, que deve se abrir. Entendo que nosso Partido nunca foi fechado para a classe a qual ele representa e nem será, e que independentemente da bandeira, nunca aberto para oportunistas e aproveitadores, que não lutam, nem defendem o Partido de concepção marxista-leninista. Mas não mudar a bandeira! E o centralismo democrático, onde fica? O Partido discute, debate bem com o conjunto do Partido, linhas de ações de menor ênfase, onde reforça os princípios partidários e não discute a bandeira que é estatutária. Vejo vários materiais circulando, bótons, logotipo, bandeiras

que não são mais a mesma, sem mesmo terem acontecido as conferências, que dirá o congresso, e o estatuto? Com exceção de documentos do Comitê Central que observo que possui a logomarca da bandeira do Partido.

Camaradas, muitos devem dizer ao ler estas simples palavras "esse camarada é atrasado, tem concepção errada de Partido, etc", digam o que digam, mas fico triste ao ver que uma mudança do nível desta não é qualquer coisa e o Partido ficou de braços cruzados, aceitando tudo, tanto que a maioria do Partido já deve ter abandonado a bandeira de meu Partido, que é socialista. Estandarte puro da nova era, te amo sorrindo, te amo cantando, mas jamais deixarei de te defender.

Finalizo dizendo que se for parte da minoria, certamente serei, se não houver debate, me submeterei à maioria, pois sou Partido, mas jamais esquecerei da bandeira do meu Partido.

*Nelson Flores é membro da Comissão Política do CE/RS.*

# Trazer a luta pela hegemonia para o cotidiano

JÚLIO VELLOZO

**L**emos raciocinado, desde o 9º Congresso do Partido, com a idéia de que nossa política está acertada, e que estão na questão orgânica as chaves da resolução dos problemas do Partido. Penso que essa afirmação precisa ser bastante relativizada. A idéia de que a revolução depende de um partido comunista hegemônico não tem tido dimensão em nossa tática.

São parte desse problema as corretas constatações de que não temos nos construído entre os trabalhadores, e de que temos tratado com debilidade nossa política de massas. A militância do Partido se recente e se desanima com um partido que não se afirma, e que mesmo jogando um papel importante no processo político tem se contentado com os bastidores.

A luta pela hegemonia deve ser cotidiana e ter uma dimensão de concretude na tática. Do contrário ela não se realiza, não tem dimensão real. A estratégia é sempre um ponto de referência, mas só tem existência material se dimensionada na tática, na política, na vida cotidiana do partido.

O elemento único na nossa política é a busca pela unidade das forças progressistas contra o projeto neoliberal. Essa linha está correta já que no atual quadro de forças, pode abrir perspectivas para a luta. Mas ela não pode ser o único elemento. Devemos no processo de luta pela unidade batalhar pela hegemonia, firmando-nos no processo político como força independente, apresentando às massas nossa política e nossas diferenças com as outras forças, fugindo do alinhamento automático.

Nesse esquadro, é de essencial importân-

cia localizarmos o papel que o PT cumpre. Desconsiderar o PT equivale a não traçar um quadro minimamente real do processo político no Brasil. É preciso entender que não existe cumprimento da consigna de nos construirmos entre os trabalhadores, as massas populares e a intelectualidade progressista sem disputar espaço com o PT.

É óbvio que nossa disputa com o PT se dá no campo das idéias. É a luta entre a reforma e a revolução, entre o projeto da social-democracia e o dos comunistas. Não vamos disputar com o PT quem defende o aumento maior para o funcionalismo

Mas esse slogan, a disputa com o PT se dá no campo das idéias tem servido para a inação, para a paralisia, como se luta de idéias fosse uma coisa abstrata, guardada na estante das resoluções, e sem dimensão no cotidiano e na tática.

É absolutamente falsa a idéia de que temos total acordo com o PT na tática e de que nossa diferença está na estratégia. Ela parte do perigo pressuposto de que a estratégia não tem dimensão na tática. Se a estratégia não tem dimensão na tática, ela não existe, não se realiza. As nossas diferenças com o PT na tática se concretizam, por exemplo, em duas políticas diferentes para o movimento de massas, sendo uma de luta e outra de conciliação; em duas políticas diferentes para a luta institucional, sendo uma de unidade e outra exclusivista.

Temos aberto mão da disputa com o PT. E justamente na disputa que interessa, que é a de idéias. Ao não criticarmos as vacilações do PT abrimos mão da disputa dos setores mais conscientes. Essas vacilações tiveram enorme papel nas derrotas que o proletariado sofreu

na década de 90, já que os grandes batalhões de classe que eles dirigem, se abstiveram da luta contra os 10 anos de aplicação do projeto neoliberal. Para dar outro exemplo podemos citar a marcha dos 100 mil onde depois de uma enorme mobilização, na qual o Partido empreendeu meses de esforços monumentais, o PT esvaziou a luta, traindo o processo que poderia ter levado o governo às cordas. Diante de tão graves fatos o Partido se calou.

Mas além de abrimos mão do ataque na luta de idéias, contra o PT, também abrimos da defesa. São tristemente inescusáveis os ataques desferidos por Lula e Marta ao socialismo, à China e à guerrilha, ataques esses que atingiram em cheio o Partido. A resposta do PCdoB veio de maneira indireta e insuficiente, com fleumas de diplomacia, talvez pelo receio de ferir o aliado diante da opinião pública. Mas e como fica o socialismo diante da opinião pública? E o nosso Partido? E a luta guerrilheira?

É preciso deixar claro que podemos casar a unidade com a luta, a disputa de idéias nos marcos da tática com os acordos pontuais. As duas podem conviver e se alimentar. É no marco da unidade com o PT que devemos estar, porque a luta dos trabalhadores, a movimentação das forças progressistas vai passar por aí ainda por um período. É nessa onda que o Partido vai acumular para sua hegemonia. Mas precisamos estar junto com o PT demarcando nosso espaço, apresentando nossa diferenciação. Porque se os trabalhadores pensarem que PT e PCdoB são a mesma coisa, o Partido não vai crescer agrupando os melhores elementos. Mas se no marco da unidade o Partido marcar sua fisionomia, mesmo crescendo menos que o PT em um

primeiro momento agruparemos os melhores elementos, as melhores fatias das massas trabalhadoras.

Trazer a disputa pela hegemonia para o plano cotidiano pressupõe medidas importantes. Devemos empreender um esforço maior junto à intelectualidade e aos setores que formam opinião, buscando influenciá-los com nossa política. Dar maior publicidade às resoluções do 8º Congresso e ao Programa Socialista, documentos capazes de marcar na luta de idéias as concepções mais de fundo do Partido hoje. Empreender todos os esforços para a construção do Partido entre os trabalhadores, disputando espaço com o PT e com a Força Sindical. Responder prontamente, dar opinião de maneira fraterna e construtiva, diante das orientações (mais importantes e de fundo) equivocadas do PT. Maciços investimentos em propaganda com o lançamento de um jornal de massas nacional do Partido. Grande investimento de quadros na revista Princípios. Mudanças progressistas em nossa tática eleitoral que apontem para o lançamento de um número cada vez maior de candidatos a cargos majoritários. Compor com outras forças cutistas no sentido de superar a crise de direção dos sindicatos dirigidos pela articulação. Abrir forte canal de diálogo com outras forças de esquerda além da articulação, mesmo as agrupadas dentro do PT, no sentido de termos mais interlocutores que possibilitem maior margem de manobra para o Partido na luta pela unidade.

*Júlio Vellozo é secretário de propaganda do Comitê Municipal de São Paulo.*

# Partido de feição popular

WELLINGTON FÉLIX CORNÉLIO (ZUZU)

Recentemente, lendo os artigos de vários camaradas de todo país, na *Tribuna de Debates*, tivemos a oportunidade de observar algumas avaliações no que diz respeito à nossa intervenção nos movimentos sociais.

Percebemos que várias avaliações concluíram que somos, depois do PT, o Partido que mais está inserido nos movimentos sociais. Entretanto, iniciando uma reflexão acerca deste tema, perguntemo-nos o seguinte: hoje quem compõe ou quem é o Movimento Social?

Primeiramente, gostaria de deixar bem claro, que não estou fazendo qualquer descredenciamento ao movimento social; pois sem dúvida, é inquestionável sua importância e influência nos principais momentos de nosso país. Vamos apenas fazer análises conjunturais e propositivas.

Infelizmente, podemos denominar os movimentos sociais como aqueles que são organizados ou "dirigidos" pela esquerda brasilei-

ra. Partindo deste princípio, o movimento social não passa de pessoas que já militam com a esquerda, ou que são dirigentes da mesma. Para ser mais claro, devemos repensar este conceito de movimento social, referido acima. Devemos torná-lo mais amplo.

Diante da atual situação de nosso país, crescem os movimentos "espontâneos" sem a direção deste "movimento social" apontado. Observamos em todo país, várias lutas "isoladas", grandes mobilizações não dirigidas pela esquerda que expressam o puro anseio popular. Lutas como moradia, transporte coletivo, perueiros, por comida, saneamento básico... Lutas dos chamados "excluídos", que são até excluídos do contexto "movimento social".

Em síntese, os partidos, o PT, o PCdoB e outros não estão conseguindo organizar e inserir nessas massas, que muitas vezes lutam até por um prato de comida. Vale ressaltar que existe hoje uma grande ofensiva ideológica contra os partidos políticos. Querem descredenciá-los, colocá-los todos "no mesmo saco", afirmando que todos os partidos políticos são iguais e que são os redutos onde concen-

tram os corruptos ou mesmo, finalizando, que somente servem para a época das eleições.

Entretanto, temos que reverter este quadro, temos que ampliar o movimento social, inserindo esses movimentos "isolados" (por terra, moradia, água, entre outros) no movimento das massas em sentido amplo.

O Partido deve estar mais próximo do povo. O texto "Nenhum Comunista sem Organismo de Base" é bem claro, neste aspecto. Isto é, as Organizações de Base, além de um órgão deliberativo previsto em nossos estatutos, é um artifício ideológico antineoliberal. Tornar a OB um Centro de Vivência e Convivência auxilia o Partido a ser mais organizado e, principalmente, contribui para que ele possa estar mais próximo do povo, ajudando a grande massa de excluídos a se organizar de fato, não de forma "isolada", e ainda, apresentando alternativas e perspectivas. O PCdoB deve estar inserido no seio do povo, nossos militantes devem estar presentes, assim como, as escolas de samba, as igrejas, os clubes recreativos, as associações de moradores, os times e torcidas organizadas de futebol fazem parte do dia a

dia do povo brasileiro. Ou simplesmente, estar no cotidiano, conversando com o vizinho, com o colega de trabalho, com o amigo, no final de semana, no bar.

Apresentando estas proposições, tornando as OBs instrumentos de organizações populares, no sentido de se tornarem Centro de Vivência e Convivência de um povo e ainda de cunho político, podemos derrotar a idéia de que o partido político não serve para nada; bem como, conseguiremos tornar o movimento social mais amplo e popular, pois as lutas "isoladas" se inserem no mesmo, como dito acima, adquirindo um cunho não somente reivindicatório, mas também de cunho político, e por último e mais importante, conseguiremos organizar mais e melhor nosso Partido, o PCdoB, que se difere de todos, em sua forma de organização e que defende o futuro, o futuro que pertence ao Socialismo!

Wellington Félix Cornélio (Zuzu)  
é presidente do Comitê Municipal  
do PCdoB de Uberaba/MG.

## Formação teórica sob regimes liberais

ALEX LOMBELLO AMARAL

Tanto ao tratar da atuação comunista no movimento sindical quanto na prática estudantil, assim como da necessidade de revigoramento partidário, da estruturação do Partido e de vários outros pontos, as teses do 10º Congresso lembram uma questão para a qual todo o Partido vem sendo despertado desde meados da última década – a defasagem ideológica em relação à influência política.

Apresento neste texto duas propostas para auxiliar na resolução dos problemas de forma teórica: tornar permanente a *Tribuna de Debates* e combater as práticas liberais, pois não se pode formar socialistas sem práticas socialistas.

### Mais debates, mais estudos

A cada Congresso o PCdoB se afirma como o mais democrático partido do Brasil, pois é o único a criar o grande debate, a maior tribuna do país – a *Tribuna de Debates*.

Como a *Tribuna* incentiva a formação teórica?

Não existe avanço de idéias sem debates. O socialismo científico, como toda ciência, vive seus períodos de maior desenvolvimento quando ocorrem os mais francos e profundos debates. Na mente, como em todo o universo, as contradições são a raiz de todo movimento, de toda transformação. É por isso que, numa sala de aula, os alunos aprendem errando e sendo corrigidos, apresentando suas dúvidas, expondo-se. Como um aluno, um militante

que não tem como expor suas deficiências teóricas se mantém com essas concepções, que acabam prejudicando todo o Partido.

A *Tribuna de Debates* estimula os estudos. Para escrever, o militante estuda, para responder estuda, se discordar estuda. O debate impossibilita o comodismo intelectual.

Para cientistas não interessa que opiniões adversas se retraiam – o oportunismo, o carreirismo, o espontaneísmo, o tarefismo etc, ou seja, os aspectos práticos do senso comum liberal não resistem à exposição, ao debate.

A *Tribuna de Debates* ainda permite que dirigentes comunistas de todo o país e de todos os níveis sejam melhor conhecidos pelo coletivo partidário.

Sendo permanente, a *Tribuna* reforçaria o centralismo democrático, assim como o faz durante os Congressos – os militantes que se deixam levar pelo liberalismo de contrariar as posições da maioria, e hoje o fazem silenciosamente, não se expondo, ou se exporiam ou se desmoralizariam. Qual comunista teme expor suas opiniões aos outros comunistas? Por que?

### Pedagogia da práxis

A vida prática no mundo capitalista é liberal, assim como toda a educação formal e informal capitalistas. O proletariado, sobretudo a classe operária, agüentando nos ombros toda a carcaça da sociedade burguesa, por instinto detesta seus exploradores (e o governo, que personifica o Estado destes), mas a ciência não é aprendida por instinto.

Prova inquestionável da dominação do senso comum liberal sobre nossa classe é o fa-

to de que as mais amplas organizações de resistência aos exploradores, os sindicatos, são organizadas como miniaturas das democracias capitalistas – o mesmo caso das entidades estudantis e outras dos mais diversos tipos.

Mas o Partido deve ser a negação do capitalismo, as práticas dos militantes comunistas fazem parte da educação comunista. Objetivo, como todos sabemos, muito difícil, tanto mais quanto acomodamo-nos e desistimos de influenciar o mundo ao nosso redor, onde atuamos, desistimos de estender nossas práticas, pelo exemplo e pela vitória política.

### Onde atuamos?

Nas entidades sindicais, estudantis etc, cujo modelo de organização é liberal. A organização serve à política. Nessas miniaturas do Estado burguês somos tragados por uma série de tarefas nada socialistas, nada proletárias, como uma série ininterrupta de eleições liberais (diretas), campanhas salariais despolitizadas, reuniões, burocracias de todo tipo e daí para pior. Essas práticas de estruturas liberais não nos deixam sequer tempo para estudos.

Se é verdade que não se aprende ciência só com prática, também o é que aprendê-la sem prática é tão impossível quanto aprender a nadar ou andar de bicicleta só com teoria. As práticas liberais, que têm sido exigidas pela militância em entidades de molde liberal, estão criando enormes dificuldades para a formação socialista, talvez intransponíveis se não ousarmos encerrar essas práticas pela raiz.

É possível reduzir tais práticas? Cortar-lhes a raiz nos movimentos sindical e estudantil?

Sim, se ousarmos superar o modelo democrático-liberal.

Em cada tipo de organização essa superação deve ser feita de uma forma, a partir das próprias contradições internas das demais.

No movimento universitário é a vitória final dos conselhos de entidades de base sobre as diretorias eleitas diretamente, com esses conselhos tomando o nome e os poderes dessas diretorias, subtraindo, portanto, as eleições diretas, momento máximo do liberalismo nos DCEs.

No movimento sindical as comissões de fábrica talvez tenham enorme papel na formação de conselhos que substituam as eleições diretas, mas são necessárias mais observações e estudos. As dificuldades na existência de comissões de fábrica se devem a que estas não têm poder nos estatutos dos sindicatos, dado que as diretorias são eleitas diretamente. Se as diretorias fossem eleitas pelas comissões, abolindo as antipáticas eleições diretas, é certo que as comissões seriam muito fortes. Os conselhos entre sindicatos de um mesmo município também são boa experiência.

Mais debate teórico e mais prática de luta pelo socialismo, de combate ao liberalismo – nessa trilha seremos o primeiro partido comunista do mundo a derrotar um Estado democrático-liberal.

Alex Lombello Amaral é presidente do Comitê Municipal de São João del-Rei/MG.

## A observância do estatuto

PAULO ROBERTO MONTEIRO PERES

com preocupação que venho observando certa alteração no símbolo do PCdoB por parte do Comitê Central e também do jornal *A Classe Operária*.

Um precedente dessa natureza, inaugurado pelo mais alto escalão do Partido e pelo porta-voz oficial dos comunistas em termos de divulgação, causa apreensão; exatamente porque, sendo o PCdoB um partido coeso, uno e monolítico em seus princípios, que

não comporta alas, tendências ou facções, deve consolidar a observância de seu estatuto naquilo que muito o identifica – que é seu símbolo – a começar pelos órgãos maiores do Partido.

Sirvo-me do presente estatuto, onde reza em seu artigo 3º: "o emblema do Partido Comunista do Brasil – PCdoB – é constituído de uma foice e um martelo, cruzados, simbolizando a aliança operário-camponesa, num campo de um círculo, sob o qual está inscrita em quarto de coroa a legenda Partido Comunista do Brasil".

Observe-se que não é usado a legenda como diz o estatuto e sim a sigla PCdoB (se fosse inscrita a legenda, em um quarto de coroa, as letras ficariam tão juntas que ficaria impossível distinguir o que estivesse escrito).

Mas a observação acima se soma a outra, que, ao meu juízo, merece ser avaliada com seriedade, visto se aproximam o 10º Congresso do Partido, onde novas propostas para o estatuto serão votadas; e daí questionar-se a validade efetiva das resoluções, uma vez que, a tomar como exemplo a descrição aci-

ma, onde nunca foi obedecida e a descrição abaixo, que ora farei, onde se deixa de cumprir algo tão simples e sem maiores consequências, por não fazê-lo, já que nada justificava seu abandono.

Mas vamos aos fatos. Em novembro de 2000 foi publicado na capa do jornal *A Classe Operária* uma fotografia da reunião do Comitê Central do PCdoB, estando a falar o camarada João Amazonas ao lado de uma bandeira do PCdoB sem o aro constante do estatuto.



Em fevereiro de 2001, *A Classe Operária* nº 197 trouxe em sua capa, pela primeira vez, o emblema do Partido sem o aro (desse momento em diante não mais o aro circundava a foice e o martelo na capa do jornal).

Em junho de 2001, *A Classe Operária* nº 202 traz em seu encarte especial a proposta de mudança no estatuto do Partido, entre as quais a supressão do aro que circunda a foice e o martelo em nosso símbolo (permanecendo a legenda Partido Comunista do Brasil, em vez da sigla PCdoB que é sempre usada).

O questionamento que faço é o seguinte:

1) Quis a direção nacional do Partido justificar em Congresso a alteração do símbolo pelo mesmo estar em desuso (sendo que foi essa direção que o desusou ou permitiu que o desusassem)?

2) Pode o jornal *A Classe Operária* divulgar um símbolo alterado de seu Partido?

3) Poderão, a partir dos casos citados, ou-

tros órgãos do Partido tais como direções estaduais e municipais, por exemplo, criar, alterar ou suprimir o símbolo do PCdoB?

4) Se o exemplo acima for confirmado, que órgão partidário tomaria medidas cabíveis se o Comitê Central está na mesma situação?

A propósito, as cores oficiais da bandeira e símbolo do PCdoB são "campo vermelho com símbolo e letras brancas"?

Camaradas. Longe de me ater a legalismos ou pontos sem fundamentos, insisto em levantar questão sobre o precedente aberto, uma vez que nossa condição ímpar de partido que procuramos seguir, a forma leninista de organização, onde as decisões devem advir das bases. Somos um partido sólido nos princípios, autênticos na militância, sério e respeitado junto ao povo, e não é nossa bandeira com aro ou sem aro que irá modificar nossa essência revolucionária (particularmente creio

que sem o aro nosso símbolo original – foice e martelo – será melhor visto).

Entretanto, enquanto comunista, não posso furtar-me a expressar contrariedade quanto à forma que está sendo encaminhada a alteração citada. Acredito ser extremamente perigoso o voluntarismo não institucionalizado no Partido.

Num momento em que os demais partidos ditos de esquerda se convulsionam intestinalmente, está o PCdoB incólume, sem fissuras ou direções paralelas e, em uníssono, nossa militância em todos os quadrantes do país reconhece e proclama nossa história, nossos valores e nosso símbolo.

A história demonstra que as instituições mais antigas, como o Exército e a Igreja, os valores simbólicos se mantêm (o exemplo da cruz para os cristãos), assim como as hierarquias.

A manutenção e crescimento de nosso

Partido passa pelo reconhecimento hierárquico de nossas direções.

O Comitê Central do PCdoB, assim como a direção do jornal *A Classe Operária*, além de comunistas são competentes, e saberão fazer uso de um expediente que somente nós comunistas o professamos: a autocrítica.

Camaradas, orgulho-me de pertencer ao PCdoB, um partido onde seus filiados/militantes têm o direito e dever de criticar (no caso, fraternalmente) todas as instâncias de direção do Partido, sempre que isso significar aperfeiçoamento para o mesmo.

Viva o 10º Congresso!

Viva o centralismo democrático!

Viva o PCdoB!

*Paulo Roberto Monteiro Peres  
é presidente do Comitê Municipal  
de Santana do Livramento/RS.*

## Partido e sindicato (parte 1)

OSVALDO BERTOLINO

*"Anos de reação (1907-1910). (...)*

*O czarismo venceu. (...) Abatimento, desmoralização, cisões, divergências, renegação, pornografia em vez de política. Reforço da tendência para o idealismo filosófico. (...) A grande derrota é que dá aos partidos revolucionários (...) uma verdadeira lição (...) de compreensão, destreza e arte para travar a luta política. (...)*

*É na desgraça que se conhecem os amigos. Os exércitos derrotados aprendem bem."*

Lenin - *Esquerdismo:*

*A Doença Infantil do Comunismo*

Vivemos uma época profundamente marcada por regressões civilizatórias, de acentuados recuos em matéria de liberdades, direitos e garantias dos trabalhadores e cidadãos. A situação criada no mundo com os acontecimentos da década de 90 atinge o movimento sindical combativo em cheio. Para nós, comunistas, o modo como estávamos acostumados a ver as coisas e a entender o mundo parece que perdeu abruptamente o sentido. Nesse período em que os muros erguidos para se tentar construir o socialismo tombaram como peças de domínio, contudo, nosso Partido reformulou muitas convicções que a vida mostrou serem equivocadas e reafirmou princípios e bandeiras basilares da nossa ideologia. Certamente há ainda muito por fazer, mas hoje podemos dizer que temos um alicerce de idéias sobre o qual podemos nos apoiar com relativa segurança.

Consciente do quadro difícil em que atuam os comunistas, nosso Partido não desistiu de olhar com confiança para o futuro e assim armar politicamente milhões de brasileiros para a resistência à contra-ofensiva do grande capital. Trata-se, no entanto, de um combate difícil. E essa tarefa é ainda mais complexa no movimento sindical, porque nesta frente de massas atuam praticamente todos os elementos contraditórios da luta de classes. Para o comunista dirigente sindical, portanto, esse cenário requer muita disposição de luta também no campo das idéias.

É preciso, pois, enfrentar a dura realidade. Demoramos para iniciar o indispensável debate sobre as mudanças no chamado mundo do trabalho e a inadiável necessidade de adaptar nossa atuação sindical à nova situação criada. A ausência desse debate implicou num modo de tocar o sindicalismo empurrando seus problemas intrínsecos com a barriga, com o improviso numa mão e a informalidade na outra. Os efeitos dessa concepção essencialmente pragmática são particularmente dolorosos nos setores do movimento sindical que estiveram ou estão sob a hegemonia dos comunistas. E, infelizmente, vivemos exemplos concretos desses efeitos da postura de deixar os problemas pra lá, de fingir que não se vêem suas conseqüências e não atacá-las frontalmente.

O problema é que o improviso e a infor-

malidade na atuação sindical estão grandemente enraizados entre nós. São, por assim dizer, nossas marcas. No entanto, estamos percebendo, não sem dor, as conseqüências de nossas endêmicas desorganizações cotidianas nos organismos partidários ligados à luta sindical. Ao não se debater a crise e as propostas para enfrentá-la, o resultado é o definhamento ideológico. E isso faz os pratos da balança nos quais repousam as forças que atuam no movimento sindical penderem para um lado ou para o outro. Ou, numa hipótese ainda mais negativa, transforma tudo numa geléia geral em que as idéias e perspectivas das tendências sindicais valem tanto seis como meia dúzia.

Esse modo pragmático-radical de tocar o sindicalismo muitas vezes se degenera em mandonismo e arrogância, que na essência ignora o grau de adversidades acumulado nos últimos tempos. O improviso e a informalidade, embora formalmente negando as desconsiderações conjunturais, implicam numa supervalorização das "qualidades" pessoais e, como contraponto, numa subestimação do coletivo. A defesa da organização, da disciplina, da sistematização das decisões coletivas é tratada como chatice, como camisa-de-força. Em alguns casos, o apoio dessa prática sindical se baseia no incorreto – e até no antiético – por que parece ser mais relaxado e agradável.

Com isso, cria-se uma atmosfera cinzenta, hermética. E se dilui o modo de atuar dos comunistas no espectro de práticas e idéias do movimento sindical. Ao apagar as divisas ideológicas com o pragmatismo exacerbado, o organismo partidário estreita suas bases consensuais e transforma, primeiro, o sindicato numa espécie de ditadura "aparelhista", que tende a degenerar, finalmente, em ditadura pessoal. Essa é a causa fundamental da residual incorporação de novos militantes e do abstencionismo de antigos quadros e mesmo na saída de alguns filiados do Partido – como já foi oficialmente constatado em algumas categorias importantes que estão ou estiveram sob a nossa direção sindical.

Aqui aparece, nitidamente, um problema fundamental da relação Partido e sindicato. Ele tem raízes fundas nos vícios e deformações clássicos dos sindicatos. Apesar do grande esforço de muitos companheiros dos diferentes níveis de direção do Partido ligados à ação sindical no sentido de combater essa tendência e apontar novos rumos, muitas vezes esses juízos equivocados são feitos por pessoas bem-intencionadas e capazes. Por mais honrosos que são seus motivos, no entanto, isso não as tornam menos culpadas. O problema reside na cultura política de grande parte dos dirigentes sindicais, criada pela prática sindical e suas deformações intrínsecas. Basta olhar para trás para ver o que aceitamos sucessivamente: o Partido produziu muitas e acertadas propostas, mas que se perderam na obscuridade do improviso e da informalidade. Ou, em outras palavras, foram substituídas pelo pragmatismo exacerbado e estéril. Essas são as verdadeiras causas, na minha opinião, da tão falada dificuldade recorrente de cons-

trução partidária no meio sindical.

Em alguns exemplos, pode-se constatar que a produção de políticas específicas é abundante, mas sua elaboração e aplicação não obedecem ao princípio comunista de atuação coletiva e unitária. A tática do Partido de "abrir caminho para superar o neoliberalismo" e "fazer prosperar a tendência transformadora avançada, participando da conquista de objetivos intermediários como meio de acumulação de forças e aproximação do objetivo maior – a transição ao socialismo", (1) é pouco debatida entre nós. Trata-se, porém, de uma tese antiga do Partido, aprimorada no 9º Congresso. Diógenes Arruda dizia, em 1978, que "da generalização da experiência de nosso Partido no manejo dos problemas táticos extraiu-se importante princípio que deve guiar sempre a sua atividade revolucionária na luta e unidade das massas: a necessidade de uma combinação dialética, oportuna e hábil, da ampliação com a radicalização e da radicalização com a ampliação no próprio fogo da luta de massas." (2)

Para se evitar o voluntarismo estéril, pragmático, e as atitudes principistas, é importante observar o que dizia Arruda: "O sectarismo, por seu absurdo radicalismo intolerante e extremado, e o espontaneísmo, por seu servilismo diante do movimento espontâneo das massas, causam sempre graves prejuízos ao Partido e à sua atividade de vanguarda, obstaculizam qualquer luta verdadeiramente de massas e conseqüentemente revolucionária." (3) O binômio ampliação-radicalização significa aplicar uma larga e coerente política de alianças, sem, contudo, apagar as divisas ideológicas.

Ainda sobre o tema, Arruda escreveu: "Ao estreitar a atividade revolucionária de massas, o sectarismo e o espontaneísmo degradam a condição de vanguarda marxista-leninista do Partido, debilitam sua força (...). Qualquer tipo de exclusivismo sectário e toda espécie de indiferença espontaneísta relativa à necessidade da luta e da unidade das massas é oportunismo – e como tal devem ser criticados, derrotados e superados. (...) Os pequenos desvios, com o correr do tempo, vão descobrindo o vermelho da vida do militante (...). A crítica, e só a crítica, do coletivo partidário, ausente de conciliação e amiguismo, porém cheia de calor e camaradagem comunistas, ajuda, alimenta e estimula a cotidiana construção proletário-revolucionária. Ser comunista é estar vigilante dia após dia para não ir mudando de cor nas batalhas da luta de classes (...). Um militante do Partido não pode mostrar-se ignorante do que é o programa do Partido e de sua importância histórica. Tampouco pode mostrar-se inseguro sobre o conteúdo dos Estatutos e sobre o seu inestimável valor. Estes dois documentos básicos são os guias seguros do militante na sua atividade revolucionária." (4)

Em nossa história recente pouco debatemos esse tema. A tática dos comunistas nos sindicatos ainda é, de modo geral, premissa circunscrita aos documentos, conferências e congressos do Partido. Em alguns exemplos,

nossas práticas estão em flagrante contradição com o programa e os Estatutos. Vejamos um caso: nosso programa diz que "a tarefa de primeiro plano para alcançar o socialismo é a construção de um forte Partido Comunista (...). A fim de cumprir sua missão histórica, o PCdoB precisa multiplicar sua força militante, ampliar sua influência política em todos os setores de atividade, aprofundar os conhecimentos teóricos (...)." (5) Nossa maior dificuldade reside exatamente em transformar a atividade sindical em construção partidária.

Nesse quadro de adversidades conjunturais, essas premissas se revestem de importância dobrada. Sobre o quadro atual de dificuldades para o movimento sindical, nosso Partido diz: "A questão central a ser enfrentada é de ordem política e ideológica, relaciona-se com a direção efetiva do movimento, que hoje carece de uma concepção classista. Pensamos que essa é uma das principais causas pela qual o sindicalismo brasileiro não se colocou na linha de frente do combate à ofensiva do grande capital. (...) Devemos fazer um esforço redobrado nesse momento para satisfazer a necessidade de intensificar o crescimento do Partido na luta cotidiana dos trabalhadores (...), com suas bandeiras e propostas próprias, propagando seu programa estratégico; investir para que os dirigentes sindicais assumam a condição de dirigentes comunistas partidários, procurando elevar seu nível de intervenção política (...)." (6)

O movimento sindical tem uma importância fundamental para o Partido. Lênin dizia que os sindicatos "são uma organização educativa, uma organização de mobilização, são uma escola de administração, uma escola de gestão, uma escola de comunismo". (7) O combate ideológico ao sectarismo e ao espontaneísmo, portanto, é uma premissa básica para a aplicação do binômio ampliação-radicalização. Para isso, é preciso desenvolver uma justa política de alianças com outras forças que atuam no movimento sindical e preservar com nitidez nossas divisas ideológicas. Para Lenin, "os sindicatos adquirem um aspecto político. A luta política funde-se com a econômica – por exemplo, em forma de greves (...). Por conseguinte, o Partido (...) combate sempre e com toda razão o apartidismo, trabalhando com pertinácia na criação de um Partido operário socialista fiel aos princípios e sobremaneira coeso." (8) (continua)

*Oswaldo Bertolino é membro  
do Comitê dos Metroviários/SP.*

Notas:

1 - Documentos do 9º Congresso do PCdoB

2 - Educação Revolucionária do Comunista

3 - Idem

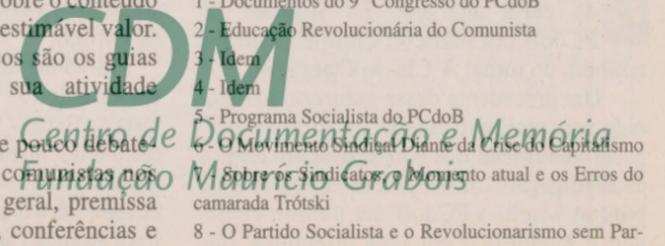
4 - Idem

5 - Programa Socialista do PCdoB

6 - Movimento Sindical e a Crise do Capitalismo

7 - Sobre os Sindicatos, o Movimento atual e os Erros do camarada Trótski

8 - O Partido Socialista e o Revolucionarismo sem Partido



## FORMAÇÃO

# Proletariado brasileiro é tema de seminário do PCdoB

NEREIDE SAVIANI\*

O PCdoB definiu a realização de seminário para enriquecer os debates do 10º Congresso e inaugurar uma nova relação do coletivo partidário com a teoria, aprofundando o estudo e investindo na pesquisa e elaboração teóricas. Um dos desafios políticos que encaramos com a discussão das teses do 10º Congresso será alvo de exame teórico-político-empírico sistemático no PCdoB: O proletariado brasileiro hoje.

É um tema central, como se evidencia nas teses em debate. O tema implica deslindar questões sobre os conceitos fundamentais do marxismo e, sobretudo, sua aplicação à realidade do capitalismo brasileiro, relacionada com as transformações em âmbito mundial.

São todas questões que remetem a uma análise do capitalismo dependente e do perfil do proletariado em nosso país. A necessidade dessa análise foi alvo de nossos documentos em 1995 e 1997, mas ainda não extraímos conclusões e conseqüências. Trata-se de fenômeno histórico complexo, não-conjuntural. Tem complexa dimensão política: que papel tem o proletariado na atual batalha pelo projeto político do Partido e que ênfase deve ter o partido dos comunistas na identificação com esse proletariado? É também problema nevrálgico à construção do partido comunista: que setores do proletariado são decisivos hoje para a luta de classes revolucionária? Que papel tem o sindicalismo e que novas formas de luta e organização pode e deve assumir?

## O tema e suas implicações

A discussão de nosso tema central, *O proletariado brasileiro hoje*, requer estudos acerca do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, em relação com as transformações do mundo contemporâneo e seus impactos sobre o proletariado. Iniciar o Seminário com a análise do conceito de proletariado (e conceitos que ele abarca) parece-nos imprescindível para compreender seu papel na relação capital/trabalho, as perspectivas da luta de classes e a intervenção do partido do proletariado. Uma vez que já temos definido o marxismo-leninismo como nosso referencial teórico, cumpre-nos examinar, de um lado, como a produção marxista (mais especificamente, Marx, Engels e Lenin) trata a questão do proletariado – com quem polemiza, como argumenta, que conseqüências tira de suas formulações e resultados de suas investigações; de outro lado, o que atualmente se vem discutindo a esse respeito.

Em que sentido se pode falar em missão histórica do proletariado? Que relação cabe estabelecer entre proletariado e classe operária, considerando-se a formulação histórica e o contexto atual? A classe operária continua a desempenhar o papel principal, de vanguarda? Qual o setor predominante, hoje? O mundo contemporâneo

estaria presenciando o fim da centralidade do trabalho?

A discussão dessas questões exige análise histórico-crítica do arsenal conceitual marxista e de sua apropriação nos dias atuais. Problemas novos se colocam hoje: a polêmica em torno da diminuição ou não da classe operária; as características atuais da geração de mais valia; a produção imaterial (o saber); o impacto das transformações contemporâneas sobre a subjetividade dos trabalhadores – entre outros.

Nosso estudo diz respeito diretamente ao Partido, que se define como partido de uma classe e tem problemas dessa classe para resolver. Temos dificuldades teóricas a enfrentar, relacionadas, inclusive, ao modo como vimos abordando o marxismo-leninismo, presos a determinadas interpretações, no apego a modelos. É preciso, por exemplo, analisar histórica e criticamente a tendência a simplificar o conceito de proletariado, identificando-o como classe operária, restritamente entendida como a que executa o trabalho fabril.

Um primeiro desafio é estudar o que existe acumulado nesse nível conceitual: o que Marx chamava de classe dos trabalhadores produtivos? Quais os conceitos relacionados às noções de proletariado e classe operária? Como eles aparecem na produção de Marx, Engels e Lenin? Esta tarefa exige que se considere o contexto dessa produção, buscando-se compreender a quais fenômenos os conceitos se referem. Por outro lado, todo conceito, ao ser colocado em discussão, já vem impregnado das transformações pelas quais passou e dos condicionantes do novo momento. Convém lembrar, ainda, que o conceito não se restringe ao nome, nem se esgota em definições. Além disso, há que se evitar o risco de ir aos textos clássicos esperando encontrar neles respostas diretas a problemas vivenciados nas condições atuais. Imprescindível, pois, ter sempre presente o que nos ensina o materialismo histórico, sobre a realidade concreta como síntese de múltiplas determinações e o conceito como expressão dessa síntese no plano das idéias, isto é, como o concreto pensado.

## Sempre

As proposições iniciais foram alvo de intenso debate na Comissão Nacional de Formação e, depois, com a participação de membros das equipes elaboradoras das teses do Congresso. Tendo chegado à delimitação da temática, decidimos dar mais elasticidade para o desenvolvimento da proposta, experimentando caminhos e estendendo prazos para além da sessão final do 10º Congresso.

Para coordenar nacionalmente o Seminário Nacional sobre o Proletariado Brasileiro Hoje (Sempro), o Secretariado do Comitê Central aprovou a formação de uma equipe composta por Nereide Saviani, Altamiro Borges, Dilermando Toni, João Batista Lemos, Vital Nolasco, com trabalho

de secretaria de Fernando Garcia de Faria e acompanhamento de Bernardo Joffilly e Walter Sorrentino, pela Comissão Nacional de Formação.

Em linhas gerais, foram delineados três grandes itens para a abordagem das questões acima colocadas:

1ª Parte – O conceito marxista de proletariado.

2ª Parte – Transformações e tendências do capitalismo contemporâneo.

3ª Parte – O proletariado brasileiro hoje.

Somente um trabalho sistemático de longo alcance pode dar conta do estudo desses três grandes itens. Elaboramos uma proposta de roteiro temático, com detalhamento para cada uma dessas partes, entendida como versão preliminar, a ser debatida e reformulada com a contribuição dos participantes do Seminário e colaboradores. Repor conceitualmente a questão do proletariado, a partir de obras (selecionadas) dos fundadores do marxismo-leninismo, é o que procuraremos realizar até a plenária final do Congresso.

As orientações para a realização do Sempro foram consolidadas num documento da equipe coordenadora. Nossa expectativa é que o Seminário deflagre um processo de estudos e debates que permitam o aprofundamento da reflexão sobre o que já se tem produzido acerca da concepção marxista de proletariado e contribuam para a realização de pesquisa empírica e elaboração teórica sobre o proletariado brasileiro, apontando perspectivas de sua intervenção na luta de classes.

## Organização e realização

O Sempro tem dupla perspectiva: desenvolver trabalho sistemático de formação teórica em nível superior, enquanto primeiro passo para constituir um conjunto integrado de formação, pautado no estudo individual, reflexão compartilhada, pesquisa e elaboração; subsidiar teoricamente os debates do 10º Congresso.

A natureza desta iniciativa é bastante distinta dos ciclos de debates a que costumamos denominar seminários. O Sempro envolve um número limitado de quadros, mas com um engajamento efetivo, organizado e coletivo, desde o estudo da bibliografia, até a participação nos debates, incluindo a pesquisa de aspectos específicos do nosso roteiro. Consideramos esta atividade como uma tarefa partidária da mais alta relevância, e não como uma atividade marginal, esporádica ou descartável. Ela exige uma carga horária da ordem de, no mínimo, cinco horas semanais de estudo individual e em torno de dez horas mensais para o compartilhar das reflexões, num grupo de discussão virtual especialmente criado para o seminário e, conforme a sistemática adotada pelo Estado, em reuniões presenciais. Demanda disciplina pessoal ainda maior que a exigida para a participação nos cursos superiores já desenvolvi-



Proletariado: quem é e qual a sua missão no Brasil

dos pelo Partido.

Os participantes do Sempro são membros do Comitê Central, membros destacados dos Comitês Estaduais, bem como companheiros/as que vêm participando do trabalho de formação, dirigentes de frentes partidárias, lideranças de massas e outros dedicados ao trabalho acadêmico de ensino e pesquisa. Os dados computados até o momento dão conta de cerca de 200 inscritos, de 9 Estados, mais o Distrito Federal.

Trata-se, portanto, de um seminário fechado, do qual somente participam os/as camaradas que, ao se inscrever, assumiram o compromisso de se preparar para a discussão, mediante estudo da bibliografia indicada e reflexão sobre as questões propostas. Mas que incluirá atividades abertas, com a realização de palestras ou ciclos de debates sobre temas polêmicos, apresentação de resultados de estudos e pesquisas ou outras contribuições decorrentes do debate realizado pelos seminaristas. Prevê, ainda, a participação de colaboradores, estudiosos do tema, pertencentes ou não às fileiras partidárias. Pretendemos disponibilizar, na página do Instituto Maurício Grabois na internet ([www.img.org.br](http://www.img.org.br)), o documento de orientações do Sempro, os textos selecionados para estudo e sínteses das contribuições dos participantes.

É um seminário nacional unificado por ter, como elementos comuns, a mesma pauta, com abertura para emendas, mas com um núcleo central único; a forma de preparação e realização dos debates (estudo antecipado, intervenções encaminhadas por escrito, registro das conclusões). Sua sistemática combina realização descentralizada, por Estado (podendo-se formar grupos de Estados, se conveniente) e acompanhamento centralizado (pela coordenação nacional). Os resultados sistematizados das discussões nos Estados serão consolidados nacionalmente, levando-se em conta textos produzidos e conclusões sistematizadas, e encaminhados à Comissão Política Nacional ou ao Comitê Central, antes da plenária final do Congresso.

A partir do envio do documento Sempro (Orientações Gerais) e do texto básico, demos por

iniciado o desenvolvimento propriamente dito de nosso Seminário. Alguns Estados já constituíram as suas equipes coordenadoras. Contribuições vêm sendo encaminhadas para reflexão, sob a forma de indicação bibliográfica, resumo do texto básico, resenhas de obras ligadas à chamada crítica marxista, opiniões sobre o roteiro temático geral. A Equipe Coordenadora Nacional vem se reunindo quinzenalmente, tanto para balanço do andamento dos trabalhos, quanto para discussão da bibliografia selecionada, uma vez que deliberou por constituir-se, ela própria, como um grupo de estudo, contando com a participação de José Carlos Ruy como convidado.

Cabe intensificar os contatos entre a coordenação nacional e as estaduais e destas entre si. Para tanto, procuraremos usar e abusar do meio virtual, intercambiando propostas e experiências. Preveremos, também, a realização de uma reunião presencial nacional, com vistas a traçarmos procedimentos para a continuidade dos trabalhos.

Esperamos que os coordenadores estaduais e os inscritos atentem para os cuidados indispensáveis a uma atividade do porte deste seminário, nas dimensões de um país como o nosso, com os condicionantes da nossa atuação partidária e, especialmente, sendo esta nossa primeira experiência desse teor.

Por fim, não é demais ressaltar o significado esperado do processo ora desencadeado e sua importância para nosso Partido. Que ele comece a lançar sementes para nosso avanço na produção teórica, a qual não é, em si mesma, o único alvo a ser buscado. Igualmente relevante é a emulação ao debate de importância estratégica sobre o proletariado: o papel formativo individual dessa proposta (que induz cada um a pelo menos ler muito mais que a média da militância), o efeito sobre a cultura do Partido, de admitir que os problemas teóricos são ingentes e demandam esforço coletivo, sistemático e prolongado. O Sempro pode tornar-se um ponto de viragem no nosso trabalho teórico. Pretendemos conduzi-lo de forma que, ao avaliá-lo mais adiante, os pontos positivos (em termos de conclusões teóricas e de efeitos sobre o Partido) sejam amplamente dominantes sobre os defeitos.

\*da coordenação do Sempro



PCdoB na TV homenageia filme de Walter Salles Jr.

# “Propaganda pela ideologia ou ideologia pela propaganda?”

ROSEANE ROCHA\*

Não é de hoje que a propaganda se faz presente no mundo. Durante os jogos da Grécia antiga, era costume fazer a divulgação dos melhores atletas, o que já se constituía em tentativa de persuadir e obter a benesse do apoio da opinião pública – e o que é a propaganda senão isso? Obviamente, naquela época o objetivo não era aliciar consumidores a um produto ou uma marca. Este último aspecto começou a ganhar impulso nos primórdios do capitalismo, no século XIX.

No início do século XX, a propaganda alcançou relevo político, no momento em que países como a extinta União Soviética acreditavam na implantação do sistema econômico comunista, em face do capitalismo. Atualmente, mesmo que o *Manifesto Comunista*, de 1848, seja considerado utópico por muitos, partidos como o PCdoB resistem politicamente. Todavia, estão eles mesmos se adaptando à inevitabilidade do uso dos atuais métodos capitalistas de comunicação.

Parece ter ficado claro que os slogans fortes e cartazes veementes, poderosos em 1917, não dão conta de uma realidade que se tornou bastante complexa, não obstante a

aparente planeza de um domínio único capitalista.

Usufruindo o direito de veicular gratuitamente em televisão e rádio, paralelamente ao fato de que a performance do presidente Fernando Henrique Cardoso tem colocado várias balas na agulha da oposição, o PCdoB procura se aproximar da população através de programas de 10 minutos e inserções de 30 segundos. Além do trabalho voluntário de publicitários, as ações têm apoio de artistas como Antonio Nóbrega, que cedeu uma de suas músicas para a campanha de 1999, e Jorge Mautner.

Esse tratamento publicitário às mensagens do partido é consequência de elas serem veiculadas na grade comercial das emissoras. O resultado tem agradado por dois motivos. O primeiro é uma visibilidade maior do partido diante da opinião pública, o que tem permitido combater antigos preconceitos. Além disso, o PCdoB contou com 4.200 novos afiliados somente no ano de lançamento do 0800 999965, número divulgado apenas no período de campanhas para críticas, informações ou filiações ao partido.

Em 1999, um dos dois programas de 10 minutos, denominado "Rodoviária Central do Brasil", pegava carona e homenageava o filme de Walter Salles Jr., "Central do Bra-



Página de *About* dedicada ao PCdoB

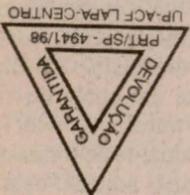
sil". Em vez de ter personagens em busca de parentes perdidos, a "Dora" da mensagem partidária apresentava perguntas da população sobre alguns dos críticos problemas brasileiros em linguagem escrita. Além do filme, foram veiculados quatro comerciais de

30 segundos, assim como em 2000. Neste ano, foi a vez do segundo programa de 10 minutos, bem como quatro comerciais de 30 segundos. Para os meses de outubro e novembro, estão previstas novas veiculações (um programa de 10 minutos e 40 inserções de 30 segundos). Cada campanha consome, em média, um orçamento de R\$ 50 mil.

As novas ações do PCdoB buscam valorizar a cultura brasileira, deixando de lado o tom exageradamente panfletário, que causa irritação em muitas pessoas. Os comerciais contam com a colaboração de publicitários, na elaboração (criação de Guido Bianchi, Roberto Menezes e Zélito Passavante), acompanhamento da produção e planejamento de mídia, mas não há intermediação de uma agência.

Parece que os resultados efetivamente têm sido interessantes. Caso contrário, o presidente Fernando Henrique Cardoso e o PSDB não teriam entrado, em 1999 e 2000, com representações no Tribunal Superior Eleitoral, tentando suspender a veiculação das campanhas. Os pedidos foram negados pelo TSE.

\* Jornalista, matéria reproduzida da Revista *About* (especializada em propaganda e publicidade)nº 642, de 27 de agosto de 2001



IMPRESSO



**CDM**  
 CEP 01318-020 - São Paulo - SP  
 Rua Adoniram Barbosa, 53 - Bela Vista  
 Tel.: 0XX11-3104.4140  
 Fundação Maurício Grabois

A CLASSE OPERÁRIA